

ARCO
EDITORES

Gabriella Eldereti Machado
Ivanio Folmer
Organização

DEBATES CONTEMPORÂNEOS:



TEMAS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 11

ARCO
EDITORES

Gabriella Eldereti Machado
Ivanio Folmer
Organização

DEBATES CONTEMPORÂNEOS:



TEMAS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 11

Editor Chefe

Ivanio Folmer

Bibliotecária

Eliane de Freitas Leite

Revisora Técnica

Gabriella Eldereti Machado

Diagramação e Projeto Gráfico

Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa

www.canva.com

Revisão

Organizadores e Autores(as)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Profa. Dra. Alicia Eugenia Olmos - Universidad Católica de Córdoba

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - Instituto Federal Farroupilha

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - Faculdade Sesi-Sp de Educação

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - Universidade Franciscana

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Roberto Araújo Silva - Centro Universitário Lusíada

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Debates contemporâneos [livro eletrônico] : temas
interdisciplinares : volume 11 / organização
Gabriella Eldereti Machado, Ivanio Folmer. --
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2023.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-167-0

1. Atendimento Educacional Especializado (AEE)
2. Educação 3. Educação inclusiva I. Machado,
Gabriella Eldereti. II. Folmer, Ivanio.

23-178417

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.48209/978-65-5417-167-0

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

APRESENTAÇÃO

Esta obra propõe dar seguimento a linha de e-books com temas interdisciplinares anteriormente publicados acerca da temática dos Debates contemporâneos ou Contemporaneidades, ora com o recorte científico e da(s) ciência(s).

Percebe-se a relevância e a atualidade em estudar e investigar essas questões contemporâneas diante dos inúmeros esforços e problematizações descritas em cada uma das valiosas contribuições presentes em cada um dos textos. Dito isso, problematizando aspectos relacionados à saúde e os sujeitos do campo, a avaliação escolar, questões vinculadas à utilização das redes sociais como meio reforçar a gordofobia, aspectos sobre o AEE – Atendimento Educacional Especializado, sobre o domínio domain names, debates sobre a matemática e aprendizagens, a Educação Inclusiva, debatendo o TOD e a Afetividade na Educação Infantil.

Cada um dos textos é imensamente importante para a compreensão e ampliação da ciência e a interdisciplinaridade, fechamos esse número extremamente felizes e gratos pela confiança que nos foi depositada pelos autores, pela aceitação das revisões quando oportunizado.

Acredita-se que o/a leitor/a/pesquisador/a após a leitura desta coletânea estará preparado para lidar com a diversidade de barreiras técnicos/científico em diversos setores existentes em nossa sociedade.

Por fim, convido ao/as leitores/as a realizar uma excelente leitura e uma reflexão sobre as temáticas apresentadas

Santa Maria, outubro de 2023.

Gabriella e Ivanio.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - PLANO ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL E A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS.....9

Matheus Machado Berleze

Tasso Araújo Kfuri Mafra

Alessandra Regina Müller Germani

doi: 10.48209/978-65-5417-167-1

CAPÍTULO 2 - IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS PARA A AVALIAÇÃO ESCOLAR.....25

Ana Cristina Sousa de Jesus

Bruna Santos Araújo

Petterson Daher de Oliveira

doi: 10.48209/978-65-5417-167-2

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DE COMENTÁRIOS EM POSTAGEM SOBRE CRIMINALIZAÇÃO DA GORDOFOBIA NA PLATAFORMA DO G1 NO INSTAGRAM.....36

Diego Miranda Nunes

doi: 10.48209/978-65-5417-167-3

CAPÍTULO 4 - INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE DESIGUALDADE TRIÂNGULAR NA SALA DO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO).....55

Mauricio de Souza Oiveira

doi: 10.48209/978-65-5417-167-4

**CAPÍTULO 5 - ARBITRAGEM EM DISPUTAS RELATIVAS A
DOMAIN NAMES.....69**

Giovana Cristina Franceschi

doi: 10.48209/978-65-5417-167-5

**CAPÍTULO 6 - A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
E SUSTENTÁVEL NAS ESCOLAS.....88**

Mariana Flores Wizniewsky

doi: 10.48209/978-65-5417-167-6

**CAPÍTULO 7 - PROCESSANDO DADOS: RECOMPONDO
APRENDIZAGENS E TRABALHANDO COM DESCRITORES
DE MATEMÁTICA DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS.....100**

Alexandrino da Costa Oliveira

Ricardo Sandro Carneiro de Mesquita

doi: 10.48209/978-65-5417-167-7

**CAPÍTULO 8 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ATUALIDADE:
TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR (TOD).....109**

Cristiane Alves dos Santos

Jane de Freitas Lopes

Laura Fernanda Ramos dos Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-167-8

**CAPÍTULO 9 - AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
IMPACTOS POSITIVOS NO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM.....120**

Darcilene Nery Piaui

Rosália Rosa de Carvalho

doi: 10.48209/978-65-5417-167-9

CAPÍTULO 10 - A RELEVÂNCIA ENTRE ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO DO 1ª, 2ª e 3ª ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA REDE MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT.....130

Edilene Pereira de Azevedo Lizzi

Michele Sousa Santana

Gleice Kelly Sousa da Costa

doi: 10.48209/978-65-5417-167-B

CAPÍTULO 11 - A IMPORTÂNCIA DA FEICOOP E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO DE SANTA MARIA.....148

Mariana Flores Wizniewsky

doi: 10.48209/978-65-5417-167-A

SOBRE OS ORGANIZADORES.....156

SOBRE OS AUTORES.....158

CAPÍTULO 1

PLANO ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL E A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

Matheus Machado Berleze

Tasso Araújo Kfuri Mafra

Alessandra Regina Müller Germani

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-1

Introdução

A elaboração dos Planos de Saúde é uma exigência legal para a habilitação do município em qualquer forma de gestão na área da saúde e faz parte do processo de descentralização da gestão em saúde, conforme previsto na Lei Orgânica da Saúde (LOS nº8080/1990). Dessa forma, é fundamental que cada esfera de governo elabore e atualize periodicamente o seu próprio plano, que deve contemplar as atividades, programações e financiamento previsto na proposta orçamentária, bem como ser aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde (BRASIL, 1990; BARROSO, 2007; PAIM, 2008).

No entanto, é importante que esses planos levem em conta as especificidades de cada região, principalmente quando se trata das populações que vivem em áreas rurais. Essas populações têm uma dinâmica de vida ligada à terra e necessitam de práticas de saúde condizentes com essa realidade. É nesse contexto que a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), proposta pelo Grupo da Terra do Ministério da Saúde em 2014, representa um avanço na luta pela efetivação do SUS nesses cenários historicamente desassistidos (BRASIL, 2013; SOUZA, 2013).

Diante disso, a questão norteadora deste estudo é sobre as estratégias de ação adotadas pelo Estado do Rio Grande do Sul para efetivar a PNSIPCFA, conforme descrito em seu respectivo Plano Estadual de Saúde. É importante ressaltar que o objetivo deste estudo não é fornecer soluções prontas, mas sim oferecer informações que possam enriquecer os debates e as práticas de gestão em saúde nos estados e municípios, respeitando a autonomia de cada município na construção de sua proposta de gestão em saúde.

Apesar de a PNSIPCFA representar um avanço na busca por uma assistência mais adequada à realidade das populações rurais, ainda há desafios a serem enfrentados, como a influência do modelo biomédico que gera um tensionamento constante entre as práticas tradicionais de cuidado e a busca por cuidados nos moldes desse modelo. Por isso, é fundamental compreender as estratégias adotadas pelo Estado do Rio Grande do Sul para efetivar a PNSIPCFA e, assim, contribuir para a construção de práticas de gestão em saúde mais adequadas às necessidades dessas populações (CARNEIRO et al, 2014; CAMPOS, 2016).

Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, que busca investigar temas relacionados ao ser humano em sociedade, suas relações, instituições, história e produção simbólica. Conforme descrito por Minayo (2004), a

pesquisa qualitativa é um método que valoriza a compreensão em profundidade de um fenômeno, a partir da perspectiva dos participantes e do contexto em que ocorre, buscando interpretar e compreender a complexidade do mundo social.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento dos estudos compreenderam a realização de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Os dados levantados durante a realização da pesquisa bibliográfica e documental foram compilados e sistematizados pela equipe de pesquisadores entre julho de 2022 e julho de 2023, nas dependências da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Passo Fundo/RS.

O desenvolvimento da pesquisa bibliográfica envolveu o levantamento, leitura, análise e interpretação de materiais bibliográficos já publicados e disponíveis em bibliotecas virtuais através da ferramenta Google Acadêmico, sendo obras de diferentes autores que tratam de temas relacionados à elaboração dos planos de saúde por parte das equipes de gestão em saúde, bem como sobre a implementação das políticas de saúde, mais especificamente a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.

A pesquisa documental compreendeu: identificação, localização e obtenção dos materiais, leitura e fichamento bibliográfico. Os dados foram coletados no Plano Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, documento público encontrado no site oficial do governo. Por meio de leitura minuciosa foram buscadas as estratégias de ação descritas com vistas à concretização da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Os dados coletados foram transcritos para uma planilha desenvolvida no programa LibreOffice (distribuição livre), na qual constavam as estratégias de ação previstas pela Política separadas por eixos e a descrição das estratégias de ação adotadas pelo estado, de modo a propiciar um comparativo do que está disposto e o que é previsto em lei.

Resultados e Discussão dos Dados

De maneira geral, o estado do Rio Grande do Sul reconhece a população do campo, da floresta e das águas como uma população específica, ou seja, apresenta necessidades distintas e, portanto, requer ações públicas direcionadas. Entretanto, a Política elaborada a nível nacional não dispõe de financiamento próprio, nem equipe de saúde específica que tornem sua implementação mais assertiva. Diante disso, surge uma iniciativa da sociedade civil, gestores e trabalhadores da saúde em incluir tais premissas da PNSIPCFA por meio da Política Estadual de Promoção da Equidade em Saúde (POPES). Esta foi aprovada pela Secretaria Estadual de Saúde somente em 2020, através da Portaria nº 512/2020, e não teve sua implementação completamente efetivada até o momento da elaboração do Plano Estadual de Saúde 2020-2023; tendo recebido poucas menções sobre seu conteúdo.

A partir das problemáticas elencadas pela Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas foi elaborado conjuntamente o Plano Operativo, o qual apresenta as estratégias de ação necessárias à implementação por parte dos gestores em saúde. Tal plano foi dividido em 4 eixos principais: Eixo 1 do “Acesso das populações do campo e da floresta na atenção à saúde”; Eixo 2 das “Ações de promoção e vigilância em saúde às populações do campo e da floresta”; Eixo 3 da “Educação permanente e educação popular em saúde com foco nas populações do campo e da floresta”; e Eixo 4 sobre “Monitoramento e avaliação do acesso às ações e serviços de saúde às populações do campo e da floresta”. Estão dispostas no quadro abaixo as grandes estratégias apresentadas nos respectivos itens.

Quadro 1 – Disposição das estratégias de ação previstas por eixos do Plano Operativo da PNSIPCFA. Passo Fundo – RS, 2023.

Eixo	Estratégias de ação previstas pela PNSIPCFA
1	Adoção de modelo de gestão conforme o Decreto nº 7.508/2011
1	Ampliação da atenção básica
1	Aperfeiçoamento da urgência e emergência
2	Ações de promoção e vigilância em saúde considerando especificidades epidemiológicas, ambientais e sociais
2	Promoção e vigilância à saúde do trabalhador
2	Desenvolvimento de ações de saneamento ambiental
3	Inserção das temáticas referentes à saúde no campo e na floresta para educação permanente de profissionais do SUS
3	Educação popular com integração de saberes e práticas de cuidado das populações do campo e da floresta
3	Fomento de pesquisas e projetos de extensão voltados à saúde das populações do campo e da floresta
3	Educação permanente para o controle social de lideranças sociais
3	Qualificação da gestão descentralizada e participativa do SUS para monitoramento da PNSIPCFA
4	Detalhamento operacional e a descrição das atividades e metas no plano estadual de saúde
4	Indicadores de morbimortalidade e acesso destas populações a atenção integral à saúde

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No quadro 2, constam as ações adotadas pelo governo estadual previstas pela PNSIPCFA. Considerando as estratégias previstas no eixo 1 que foram adotadas no Plano Estadual de Saúde do RS, a adoção de modelo de gestão conforme redigido no Decreto 7.508/2011 coincidiu plenamente com o previsto, que previa o planejamento, assistência e articulação interfederativa e assegurar acesso aos serviços de saúde do SUS de forma universal, igualitária e ordenado.

No âmbito da saúde mental, dispositivos oferecidos pelo governo representam avanços significativos no atendimento dos municípios menores, considerando que no Rio Grande do Sul a maioria dos municípios (75%) tem menos de 15.000 habitantes e não se enquadram nos critérios populacionais do Ministério da Saúde para ter Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), foram criados dispositivos de saúde mental para atender essas localidades, como Oficina Terapêutica de Saúde Mental e Núcleo de Apoio à Atenção Básica (NAAB) presentes em 40% e 30% dos municípios com menos de 15.000 habitantes respectivamente. Ainda assim, 2,7% desses municípios têm um CAPS habilitado ou em funcionamento. Entretanto, ressalta-se a ausência de Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) em aproximadamente 93% dos municípios, sugerindo uma limitação na capacidade de oferta de serviços especializados, que também pode estar relacionada à necessidade de investimentos em infraestrutura e recursos humanos (MENDES, 2011; BRASIL, 2019).

Destacou-se fortemente durante a coleta dos dados o quantitativo de ações de promoção e vigilância em saúde considerando especificidades epidemiológicas, ambientais e sociais, principalmente voltados à exposição a agrotóxicos, com implementação do Grupo de Trabalho Agrotóxicos, Vigilância em Saúde das Populações Expostas, programa Alimento Seguro e Boas Práticas Agrícolas, estabelecendo metas para capacitar a rede para prevenir intoxicação por agrotóxicos no trabalho e ampliar análises de resíduos. Nota-se uma valorização significativa por parte do governo em relação à temática da exposição a agrotóxicos, demonstrando o compromisso em aprimorar a prevenção e reduzir os impactos dos agrotóxicos na saúde pública. No entanto, é importante ressaltar que, apesar dessa ênfase, outros aspectos da vigilância em saúde também são relevantes e devem ser considerados (SANTOS, 2018; PIGNATI et al., 2017; GARCIA; DE LARA, 2020).

O eixo 3 aborda a questão da educação permanente de profissionais e da educação popular de forma geral sendo que o governo estadual valoriza

as ações de educação permanente para formar lideranças sociais e promover gestão descentralizada e participativa. No entanto, há lacunas na abrangência da educação popular com integração de saberes, limitando-se ao resgate dos saberes indígenas.

Já em relação a formulação de indicadores de morbimortalidade e o respectivo oferecimento de acesso à população, existe atualmente um Grupo de Trabalho para o Monitoramento da Gestão em Saúde, o qual pretende ser otimizado através da criação de uma unidade centralizadora responsável por todo monitoramento e avaliação coletado a nível das Coordenadorias Regionais de Saúde, prevendo ganhos a partir da implementação de um dashboard de acesso facilitado ao público, visando melhorar a eficiência do processo e promover a transparência. Assim, consolida-se a importância dos indicadores de desempenho e da disponibilização de informações transparentes para a avaliação e o monitoramento das ações de saúde, contribuindo para uma gestão mais eficaz e para o acompanhamento do progresso das ações propostas (TAMAKI et al., 2012; BATISTA et al., 2020).

Quadro 2 – Disposição das estratégias de ação da PNSIPCFA contempladas no Plano Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Passo Fundo – RS, 2023.

Eixo	Estratégias de ação previstas pela PNSIPCFA
1	Planejamento, assistência e articulação interfederativa da saúde conforme pactuadas pelas Comissões Intergestores
1	Assegurar ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS
1	Rede de Atenção Psicossocial, Álcool e outras Drogas com CAPS e NASF
1	Programa Nacional de Combate ao Câncer do Colo Uterino
2	Ações de promoção e vigilância em saúde considerando especificidades epidemiológicas, ambientais e sociais
3	Inserção das temáticas referentes à saúde no campo e na floresta para educação permanente de profissionais do SUS

3	Educação permanente para o controle social de lideranças sociais
3	Qualificação da gestão descentralizada e participativa do SUS para monitoramento da PNSIPCFA
4	Indicadores de morbimortalidade e acesso destas populações a atenção integral à saúde

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O quadro 3 apresenta as ações parcialmente contempladas pelo governo do estado. Em relação ao eixo 1, nota-se que o estado do Rio Grande do Sul tem se esforçado para ampliar a atenção básica, com esforços voltados em ampliar o cadastramento de residentes em áreas rurais e facilitar a vinculação dos usuários às unidades de saúde. Porém, ainda há uma cobertura estimada de agentes comunitários de saúde abaixo do ideal, que pode estar relacionado à falta de recursos financeiros e à dificuldade na atração e fixação desses profissionais em áreas rurais (GIOVANELLA et al., 2012; BRASIL, 2019). Essa limitação pode afetar a efetividade das ações de saúde nessas regiões, uma vez que os agentes comunitários desempenham um papel fundamental no cuidado primário e na promoção da saúde (BRASIL, 2019).

A falta de aprovação dos Planos de Ação Regionais da Rede Cegonha em seis regiões de saúde estaduais é uma questão preocupante. Essa situação compromete a organização da rede e a referência do alto risco para gestantes e recém-nascidos, mesmo com a disponibilidade de leitos de UTI neonatal e obstétricos suficientes para atender a demanda, segundo as vagas contabilizadas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde em 2019 de acordo com a Portaria GM/MS Nº 1.631/2015. A aprovação e implementação desses planos são essenciais para garantir a efetividade das ações de atenção à saúde materna e infantil, além de assegurar uma assistência de qualidade para gestantes e recém-nascidos em situações de alto risco (BRASIL, 2011). Infere-se, portanto, a falta de articulação entre os diversos atores envolvidos na implementação da

política e a necessidade de maior planejamento e coordenação para garantir a efetivação das ações propostas (BRASIL, 2011; ASSIS et al., 2019).

A deficiência na proposta de melhoria das condições de saúde das mulheres do campo e da floresta, evidenciada pela baixa realização de mamografias no estado do Rio Grande do Sul, aponta para a necessidade de uma maior aproximação da população com os serviços de saúde. A falta de acesso a esses exames pode contribuir para um diagnóstico tardio e aumento da morbimortalidade associada aos cânceres de colo do útero e de mama (CARVALHO et al., 2018; SALA et al., 2021). Estudos demonstram a importância do rastreamento e diagnóstico precoce dessas doenças, destacando a necessidade de estratégias efetivas para garantir o acesso equitativo a exames de detecção (ANJOS et al., 2021; SAES-SILVA et al., 2023).

Em relação ao eixo 2, apesar de indicar a existência de 13 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) no estado, não especifica a existência de CEREST voltados para o meio rural e não estabelece metas claras para expandir a vigilância em saúde do trabalhador, embora haja a indicação da necessidade de expandir a vigilância em saúde do trabalhador para todos os municípios do Rio Grande do Sul. Essa lacuna pode indicar a falta de uma abordagem mais abrangente e específica para contemplar as necessidades dos trabalhadores rurais (LOURENÇO; BERTANI, 2007; GOMEZ; VASCONCELLOS; MACHADO, 2018).

No contexto da ampliação e qualificação da rede de água potável e saneamento ambiental, o Plano Estadual de Saúde aborda diversas frentes de atuação, especialmente no que diz respeito à melhoria do acesso e qualidade dos Sistemas de Abastecimento de Água e Soluções Alternativas Coletivas. No entanto, não há menção explícita de que essas ações estejam direcionadas especificamente aos municípios com menos de 30 mil habitantes, como proposto pela PNSIPCFA consoante a Política Nacional de Saneamento Básico (BRASIL, 2013).

No eixo 3, que aborda a educação permanente de profissionais e a educação popular, o governo tem dado importância às ações de educação permanente e promovido uma gestão descentralizada e participativa. No entanto, a abordagem ainda não contempla de forma satisfatória a abrangência na educação popular com integração de saberes. Embora seja mencionado o resgate dos saberes dos povos indígenas, é necessário incluir outros grupos sociais e considerar não apenas a cultura, mas também os conhecimentos técnicos e científicos relevantes para melhorar a qualidade de vida de diferentes populações. Como afirmam De Souza e colaboradores (2021), a educação popular em saúde deve promover a interação entre conhecimentos científicos e saberes populares, ampliando o acesso às informações e estimulando o protagonismo das comunidades.

No que se refere ao fomento de pesquisa e projetos de extensão voltados à saúde, embora haja um esforço inicial em elaborar uma política de pesquisa, o Plano Estadual de Saúde não garante o desenvolvimento de projetos direcionados especificamente às populações do campo, da floresta e das águas. Conforme destacado por Pessoa, Almeida e Carneiro (2018), a pesquisa em saúde deve considerar as especificidades das populações vulneráveis, como as populações do campo e das florestas, e buscar soluções que promovam a equidade e a justiça social. Essas inferências sugerem que a falta de abrangência na educação popular e a ausência de direcionamento explícito para cada uma das populações são fatores que dificultam a implementação plena dos eixos mencionados.

No eixo 4, que trata das estratégias, a falta de um detalhamento operacional das atividades propostas pode ser um fator que dificulta a implementação efetiva. Viana et al. (2016) destacam a importância da formulação clara e detalhada das atividades para garantir a efetividade das estratégias propostas. Essa falta de detalhamento pode levar a uma falta de direcionamento claro e dificultar a execução das ações planejadas.

Quadro 3 – Disposição das estratégias de ação da PNSIPCFA parcialmente contempladas no Plano Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Passo Fundo – RS, 2023.

Eixo	Estratégias de ação previstas pela PNSIPCFA
1	Revisão de diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica para AB, ESF e Programa de agentes comunitários de saúde (PACS)
1	Rede Cegonha
1	Prevenção, detecção, tratamento e seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama
2	Ampliação de Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST rurais)
2	Ampliar e qualificar a rede de água potável e os serviços de saneamento ambiental, sobretudo nos municípios com menos de 30 mil habitantes
3	Educação popular com integração de saberes e práticas de cuidado das populações do campo e da floresta
3	Fomento de pesquisas e projetos de extensão voltados à saúde das populações do campo e da floresta
4	Detalhamento operacional e a descrição das atividades e metas no Plano Estadual de Saúde

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Em relação às estratégias previstas pela PNSIPCFA e não adotadas pelo plano do governo estadual, considerando o eixo 1, nota-se que trata de ações voltadas à atenção básica e principalmente à saúde do homem. Conforme discutido anteriormente, apesar dos esforços contínuos do governo estadual, ainda são necessários investimentos e maior ampliação da atuação dos agentes governamentais para contemplar as estratégias da PNSIPCFA. Considerando a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), não foram identificadas ações voltadas diretamente para o trabalhador rural, sendo uma limitação à saúde do trabalhador no plano estadual.

Não foram identificadas estratégias específicas para ampliar a cobertura do SAMU nessas regiões. Estudos destacam a importância da adequação dos serviços de emergência às necessidades das populações rurais e remotas, enfatizando a importância de estratégias que considerem as especificidades desses contextos. A escassez de recursos humanos qualificados, dificuldades logísticas e a oferta limitada de serviços de saúde nessas regiões são alguns dos fatores que podem contribuir para essa deficiência na cobertura (WAKERMAN et al., 2008; SAVASSI et al., 2018).

Quadro 4 – Disposição das estratégias de ação da PNSIPCFA invisibilizadas no Plano Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Passo Fundo – RS, 2023.

Eixo	Estratégias de ação previstas pela PNSIPCFA
1	Implantação, financiamento e manutenção da Estratégia de Saúde da Família para as populações ribeirinhas na Amazônia Legal e em Mato Grosso do Sul*
1	Cálculo do teto de Equipes Saúde da Família e de Equipes de Saúde Bucal pelo quantitativo atualizado de residentes em assentamentos da reforma agrária e de remanescentes de quilombos
1	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem
1	Ampliar cobertura do SAMU considerando as especificidades das populações do campo e da floresta
2	Ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023. *Não se aplica ao estado do Rio Grande do Sul.

Conclusão

Essas inferências baseadas na literatura indicam que a implementação efetiva das políticas de saúde requer uma abordagem abrangente e integrada, considerando aspectos financeiros, capacidade de gestão, coordenação entre os diferentes atores e investimentos adequados em infraestrutura e recursos

humanos. Além disso, a participação da comunidade e a adoção de estratégias específicas para atender às necessidades das populações mais vulneráveis são fundamentais para o alcance dos objetivos propostos. Nesse sentido, urge a Política Estadual de Promoção da Equidade em Saúde a ser avaliada desde sua implementação a consequentes impactos nas ações governamentais do Rio Grande do Sul.

Referências

ANJOS, E. F.; MARTINS, P. C.; PRADO, N. M. B.L.; BEZERRA, V. M.; ALMEIDA, P. F.; SANTOS, A. M. Monitoring of cervical cancer control actions and associated factors. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 30, 2021.

ASSIS, T. R. et al. Implementação da Rede Cegonha em uma Regional de Saúde do estado de Goiás: o que os indicadores de saúde mostram sobre atenção materno-infantil? 2019.

BARROSO, M. G. T. Saúde coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudança. 2007.

BATISTA, L. E.; BARROS, S.; SILVA, N. G.; TOMAZELLI, P. C.; SILVA, A.; RINEHART, D. Indicadores de monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. *Saúde e Sociedade*, [S.L.], v. 29, n. 3, p. 1-18, out. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902020190151>.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul 2016-2019. Porto Alegre, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saneamento Básico. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório de cobertura de Agentes Comunitários de Saúde. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Rede Cegonha: construindo uma nova política para a saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. 1ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

CAMPOS, G. W. S. Estratégias para consolidação do SUS e do direito à saúde. Ensaio & Diálogos em Saúde Coletiva. n.3. Novembro 2016.

CARNEIRO, F. F., et al. Teias de um Observatório para a saúde das populações do campo, da floresta e das águas no Brasil. Tempus - Actas de Saúde Coletiva, Brasília, DF, v. 8, n. 2, p. 275-293, 2014.

CARVALHO, P. G. et al. Trajetórias assistenciais de mulheres entre diagnóstico e início de tratamento do câncer de colo uterino. Saúde em Debate, v. 42, p. 687-701, 2018.

DE SOUZA, V. G. et al. Humanização e educação popular em saúde para pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. Revista Conexão UEPG, v. 17, n. 1, p. 1-13, 2021.

FERREIRA, E. et al. Desigualdades socioeconômicas e geográficas na realização de mamografia no Brasil, 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 7, p. 2481-2490, 2019.

GARCIA, S. D.; DE LARA, T. I. C. O impacto do uso dos agrotóxicos na saúde pública: revisão de literatura. *Saúde e Desenvolvimento Humano*, v. 8, n. 1, p. 85-96, 2020.

GIOVANELLA, L., ESCOREL, S., LOBATO, L. V. C., NORONHA, J. C., and CARVALHO, A. I., eds. Políticas e sistemas de saúde no Brasil [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, 1097 p. ISBN: 978-85-7541-349. <https://doi.org/10.7476/9788575413494>.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F.; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, p. 1963-1970, 2018.

LOURENÇO, E. Â. S.; BERTANI, Í. F. Saúde do trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 32, n. 115, p. 121-134, 2007.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 2004.

PAIM, J. S. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

PESSOA, V. M.; ALMEIDA, M. M.; CARNEIRO, F. F. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? *Saúde em Debate*, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 302-314, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s120>.

PIGNATI, W. A. et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017.

SAES-SILVA, E.; VIEIRA, Y. P.; FERREIRA VIERO, V. dos S.; SANTOS ROCHA, J. Q.; SAES, M. de O. Tendência de desigualdades na realização de mamografia nas capitais brasileiras nos últimos dez anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 2, p. 397-404, 2023.

SALA, D.C.P.; OKUNO, M.F.P.; TAMINATO, M.; CASTRO, C.P.; LOUVISON, M.C.P.; TANAKA, O.Y. Breast cancer screening in Primary Health Care in Brazil: a systematic review. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, n. 3, p. e20200995, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0995>. Acesso em: 17/03/2023

SANTOS, A. A. M. T. Política nacional de saúde integral das populações do campo, das florestas e das águas no rio grande do sul. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SAVASSI, L. C. M. et al. (Ed.). Saúde no caminho da roça. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2018.

SOUZA, M. S. Questão agrária e direito à saúde: o lugar da saúde no projeto político do Movimento Sindical de Trabalhadores(as) Rurais. 2013. 225 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TAMAKI, E. M.; TANAKA, O. Y.; FELISBERTO, E.; ALVES, C. K. A.; DRUMOND JUNIOR, M.; BEZERRA, L. C. A.; CALVO, Maria Cristina Marino; MIRANDA, A. S. Metodologia de construção de um painel de indicadores para o monitoramento e a avaliação da gestão do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 17, n. 4, p. 839-849, abr. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232012000400007>.

TEIXEIRA, C. Planejamento em Saúde: Conceitos, Métodos e Experiências. Salvador: EDUFBA, 2010. 161 p.

WAKERMAN, J.; HUMPHREYS, J.S.; WELLS, R. et al. Primary health care delivery models in rural and remote Australia – a systematic review. *BMC Health Services Research*, v. 8, p. 276, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1472-6963-8-276>. Acesso em: 13/05/2023.

CAPÍTULO 2

IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS PARA A AVALIAÇÃO ESCOLAR

Ana Cristina Sousa de Jesus

Bruna Santos Araújo

Petterson Daher de Oliveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-2

Introdução

No decorrer das últimas décadas as mudanças na educação ocorreram de acordo com as perspectivas e paradigmas apresentados pela sociedade, na qual os currículos e métodos passaram por modificações e adaptações para melhor atender às exigências sociais e profissionais. No contexto do aprendizado, a forma de controlar os resultados é feita por meio de avaliação, que usa de tipologias e instrumentos. Por conta de decorrentes mudanças no modo de pensar atualmente, os conceitos sobre a avaliação foram modificados, observando as necessidades e especificidades de cada criança. Realizar um ato de avaliar propõe análise de informações e um diagnóstico diferenciado.

Para, efetivamente, trabalharmos com avaliação, necessitamos criar um novo padrão de conduta, consciente – o padrão da avaliação. (Luckesi 2002, p.85), aponta que “É preciso romper com o campo mórfico estabelecido e

herdado, abrindo espaço a uma verdadeira experiência de avaliação, liberta do campo mórfico de forças dessa representação social”. Desta forma refletir sobre a razão de avaliar é a base para a conduta do educador.

A avaliação escolar desempenha um papel fundamental no processo educacional, fornecendo informações valiosas sobre o progresso dos alunos, identificando áreas de melhoria e direcionando o ensino de forma eficaz. No entanto, a qualidade da avaliação depende significativamente da escolha dos instrumentos utilizados. A seleção cuidadosa e estratégica dos instrumentos de avaliação é essencial para garantir que o processo seja justo, abrangente e capaz de medir com precisão o aprendizado dos alunos. Neste contexto, este artigo explora a importância da escolha de instrumentos adequados para a avaliação escolar, destacando como essa decisão impacta diretamente a qualidade da educação e o desenvolvimento dos estudantes. Para ilustrar esse ponto, examinaremos as implicações de instrumentos e os benefícios de uma abordagem criteriosa na escolha dos métodos de avaliação. Em última análise, compreender a relevância dessa escolha é um passo fundamental para melhorar o sistema educacional e promover a aprendizagem eficaz. Para o desenvolvimento deste trabalho, a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, utilizando trabalhos e obras publicadas na área, sendo então artigos científicos de periódicos e livros.

Contexto sobre Avaliação Escolar

No contexto educacional a base central sempre se apresentou com propósitos voltados à aprendizagem das crianças e adolescentes, visando resultados e rendimento de cada aluno. Luckesi (2013) explica que no Brasil avaliar a aprendizagem é um processo considerado novo, levando em consideração que a muitos anos exames eram aplicados pelas escolas do nosso país. Antes do

século XIX já existiam exames e com as mudanças na sociedade desta época, ocorreu uma forma de organização para utilizar exames para verificar a aprendizagem escolar.

A educação atual passa por constantes mudanças e a cada dia é necessário repensar métodos e ações para que o ensino seja efetivado, para que os objetivos docentes possam alcançar os resultados esperados. Nesse sentido a escola e especificamente o educador tem atribuição de investigar e buscar meios de avaliar se o aprendizado dos alunos está ocorrendo e em qual nível ele se encontra. O processo de avaliação é uma forma de permear as ações que envolvem o ensino e aprendizagem, pois se configura como uma ação de medir o conhecimento dos alunos

Dentro deste contexto observa-se as perspectivas sobre a avaliação estão sofrendo mudanças e não se apoiam mais em constatar somente suas os alunos tem notas altas ou baixas, se ocorreu a memorização do conteúdo.

Atualmente entende-se que existe uma mediação, ou seja, o educador não é mais considerado um detentor do conhecimento, pois o aluno se apresenta como construtor de seu conhecimento. O conceito de avaliação de acordo com Luckesi (2002, p. 79):

[...] é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva; ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos; no entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação.

A avaliação tem funções e tipos de técnicas e instrumentos para ser aplicada, segundo cada fase pela qual o aluno estiver inserido, buscando por

orientar e direcionar para um desenvolvimento favorável. Existem vários tipos de avaliação, sendo que Luckesi (2000) especifica que dois processos dividem esta ação, onde o primeiro ato é diagnosticar, isto é, quando se chega a uma constatação, ou seja verificar que nível de conhecimento ao aluno, mas para acontecer esta reflexão, é necessário ter decisão, que é o segundo ato dentro da avaliação, pois é necessário saber o que precisa ser feito.

Em síntese, avaliar é um ato pelo qual, através de uma disposição acolhedora, qualificamos alguma coisa (um objeto, ação ou pessoa), tendo em vista, de alguma forma, tomar uma decisão sobre ela, seja aceitando-a como se encontra, seja, decidindo processar novos investimentos para a melhoria dos seus resultados. Quando atuamos junto a pessoas, a qualificação e a decisão necessitam ser dialogadas. O ato de avaliar não é um ato impositivo, mas sim um ato dialógico, amoroso e construtivo. Desse modo, a avaliação é uma auxiliar de uma vida melhor, mais rica e mais plena, em qualquer setor da vida onde seja utilizada, desde que constata, qualifica e orienta possibilidades de novas e, certamente, mais adequadas condutas, porque assentadas nos dados do presente. (LUCKESI,2000 p. 3-4)

Tipos de Avaliações

Existem vários tipos de instrumentos para realizar avaliações de aprendizagem e cabe ao docente os que devem ser utilizados. Podemos enumerar quatro tipos de instrumentos, sendo eles: avaliações diagnósticas, avaliações formativas, avaliações somativas e avaliações comparativas.

Avaliação Diagnóstica

Nestas avaliações é relevante observar que a intencionalidade não está somente voltada para os resultados, pois existem ações e métodos presentes no registro feitos pelos docentes. A avaliação diagnóstica é a primeira avaliação a ser realizada, pois pode determinar quais conhecimentos o aluno traz consigo. Neste sentido Junior (2010, p.1) afirma:

A avaliação diagnóstica é dita como avaliação primaria. apresentar, qualificar e produz a importância de algum aspecto da conduta do estudante. Implica um procedimento de exame. Não deve ser colocada de lado em

vários outros andamentos da prática do processo de ensino, pois pode ser necessário o seu aproveitamento quando o estudante evidencia empecilhos de aprendizagem.

Com esse diagnóstico, os professores podem identificar os tipos de conhecimentos prévios de cada aluno e fazer adequações, buscando assim superar as dificuldades apresentadas durante a verificação. Ainda ponderando sobre a avaliação diagnóstica Silva, Silva e Alves (2014, p.16-17):

A função de diagnóstico visa à interação do aluno com todo o processo educativo, dando sentido pedagógico os objetivos da educação escolar. Ao se avaliar um aluno é importante ter bastante cautela, a professora não deve usar a avaliação para obter um 17 resultado que ela mesma pré-determinou, pois pode causar no aluno um sentimento de medo por achar que não vai corresponder à expectativa da professora, visto que atos como de julgamento tendem a influenciar negativamente o processo de aprendizagem do aluno. Nesse seguimento, a avaliação diagnóstica tem a função de diagnóstico, então deve possibilitar ao aluno de se autoavaliar, analisando o seu comportamento e habilidades, que são requisitos para se obter êxito nos objetivos planejados pela professora, e quando não identificados esses requisitos, oportunizar ao aluno identificar e corrigir a causa de sua falha no processo de aprendizagem.

Este tipo de avaliação pode ser utilizado no início do ano letivo, por meio de avaliações breves, para medir conhecimentos e verificar quais os tipos de conhecimentos os alunos são portadores.

Avaliação Formativa

No caso da avaliação formativa a sua principal função é a função a verificação do aprendizado dos alunos, se realmente eles estão tendo um progresso, e neste caso isto pode ser feito muitas formas, com a utilização de atividades, exercícios ou trabalhos em grupo. Não é um tipo de avaliação que tem como finalidade medir por meio de conceitos ou resultados.

Deste modo a avaliação deve ser pensando como instrumento a ser utilizado de forma contínua, conforme afirma Cruz (2014, p. 4) “A avaliação escolar fornece informações muito importantes para o educador, pois a partir das

respostas dadas pelos alunos o professor consegue reavaliar alguns conceitos [...]”. Sendo assim, as informações deste tipo de avaliação não podem ser apenas para fins classificatórios, pois trazem comprometimento para a finalidade proposta de finalidade reguladora de aprendizado. Este tipo de avaliação pode ser utilizado no decorrer do ano letivo, anteriormente à finalização de bimestres ou semestres e para verificar resultados

Avaliação Somativa

De acordo com esta concepção temos então a avaliação somativa tem uma finalidade diferente da anterior que foi descrita, pois ela pode ser aplicada ao final de cada período, sendo também uma forma de avaliação curricular. Os resultados deste tipo de avaliação são sempre resultado do final de um ciclo e como está o nível de aprendizado e os aspectos quantitativos dos estudantes, sendo que poderá ser representando por resultados numéricos.

Conforme explica Weiss e Coelho (2015) este tipo de avaliação tem com uma das características a sua dimensão técnica de sua execução, pois quando ela é realizada é necessário apresentar um conceito após sua aplicação. Seu conceito está voltado para classificar como está o aproveitamento de cada estudante, certificando a turma, se realmente houve aprendizagem durante um bimestre ou semestre, ou seja, ao aplicar este tipo de avaliação pretende ter a visibilidade a respeito dos objetivos estabelecidos inicialmente. Portanto, este tipo de procedimento é realizado somente após um período na qual ocorreu intervenções docentes voltadas para o aprendizado de cada crianças.

Avaliação Comparativa

A avaliação comparativa é um tipo de instrumento que apresenta as melhorias dentro do processo de ensino e aprendizagem, sendo que o tipo de verificação diária, buscando entender se os estudantes tiveram compreensão sobre os conteúdos.

O cotidiano da escola desmente um discurso inovador de considerar a criança e o jovem a partir de suas potencialidades reais. A avaliação assume a função comparativa e classificatória, negando as relações dinâmicas necessárias a construção do conhecimento e solidificando lacunas de aprendizagem.” (HOFFMANN, 1994, p.74)

Neste sentido a avaliação comparativa se apresenta como uma forma de verificar se todos os conteúdos estão sendo assimilados de maneira efetiva, com o apontamento de pontos positivos e negativos, sendo então um instrumento para superação de problemáticas. Esta avaliação pode ser aplicada no decorrer do ano letivo, diariamente ou semanalmente, por meio de avaliações e até mesmo trabalhos em grupo.

Juntamente com estas ações que estão presentes na avaliação, se apresentam os instrumentos que ajudam durante todo o processo e ainda de acordo com Luckesi (2000), após ter o diagnóstico, é necessária uma coleta de dados, que são um meio de apresentação em que nível está a aprendizagem dos alunos. Os instrumentos e sua utilização são a última parte de todo o processo em diagnosticar o nível de conhecimento das crianças.

Por último, o ato de avaliar é o “conselheiro do gestor”, à medida que, com sua capacidade de revelar a qualidade da realidade, oferece ao gestor a possibilidade de tomar decisões de investir mais na realidade e, desse modo, produzir um resultado de qualidade mais aceitável, ou mais satisfatória. A qualificação da realidade subsidia o gestor na intervenção, se necessária, tendo em vista a correção dos rumos da ação, tendo como meta a obtenção de resultados compatíveis com o planejado. (LUCKESI, 2014, p. 199)

A escolha dos instrumentos de avaliação deve ser orientada pelos objetivos de aprendizado e pelo que se deseja medir. É importante utilizar uma variedade de instrumentos ao longo do período letivo para obter uma imagem mais completa do desempenho dos alunos. Além disso, é fundamental que os instrumentos sejam alinhados com os padrões educacionais e que sejam administrados de maneira justa e imparcial para todos os alunos.

A decisão de avaliar estará sempre ligada a decisão do educador em auxiliar e estar disponível para buscar uma qualidade de ensino e aprendizado aos

alunos, oportunizando um desenvolvimento integral, efetivando conhecimentos, enquanto investiga e busca por meios satisfatórios e resultados positivos.

Resultados e Discussão

Os resultados da análise da importância da escolha de instrumentos adequados para a avaliação escolar revelam uma série de implicações profundas no campo educacional. É possível apresentar nas análises e reflexões finais sobre esse tema que a escolha cuidadosa de instrumentos de avaliação contribui significativamente para a equidade no sistema educacional. Isso ocorre porque esses instrumentos podem ser projetados para serem culturalmente sensíveis e acessíveis a todos os grupos de estudantes, minimizando o viés cultural e socioeconômico nas avaliações. Os instrumentos bem escolhidos aumentam a validade (medida em que a avaliação realmente avalia o que se propõe a avaliar) e a confiabilidade (consistência dos resultados) dos processos de avaliação. Isso é essencial para garantir que as avaliações sejam justas e precisas.

Desta forma a escolha de instrumentos apropriados permite que os educadores forneçam feedback mais específico e relevante aos alunos. Isso, por sua vez, auxilia os estudantes na identificação de áreas de melhoria e no desenvolvimento de metas educacionais personalizadas. A avaliação escolar não deve ser vista apenas como uma maneira de medir o desempenho dos alunos, mas também como uma ferramenta valiosa para melhorar o ensino. Instrumentos apropriados podem ajudar os educadores a identificar lacunas no currículo e a ajustar suas abordagens de ensino.

A escolha de instrumentos de avaliação centrados na aprendizagem, em vez de apenas em notas, promove uma cultura escolar em que o objetivo principal é o desenvolvimento dos alunos. Isso incentiva a autorreflexão e a autorregulação da aprendizagem. Os tipos de instrumentos adequados podem avaliar não apenas o conhecimento acadêmico, mas também as habilidades socioe-

mocionais, como resolução de conflitos, empatia e trabalho em equipe. Essas habilidades são cruciais para o sucesso na vida. À medida que o mundo evolui, as habilidades e competências exigidas dos alunos também mudam. A escolha de instrumentos alinhados com as demandas do século XXI ajuda a preparar os alunos para enfrentar os desafios do futuro.

Instrumentos de avaliação relevantes e envolventes incentivam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Isso cria um ambiente escolar mais motivador e colaborativo. Portanto a escolha de instrumentos adequados para a avaliação escolar é essencial para promover uma educação de qualidade, equitativa e centrada no aluno. Os resultados e discussões destacam a necessidade de os educadores e as instituições de ensino considerarem cuidadosamente os instrumentos que utilizam, visando aprimorar a experiência educacional e promover o desenvolvimento integral dos alunos.

Conclusão

A escolha de instrumentos adequados para a avaliação escolar é um aspecto de extrema relevância no contexto educacional. Como pôde ser observado ao longo deste texto, a seleção criteriosa desses instrumentos é fundamental para assegurar a eficácia do processo avaliativo, promovendo uma avaliação mais justa, precisa e inclusiva.

A conclusão é clara: a qualidade da avaliação impacta diretamente no aprendizado dos estudantes, na equidade do sistema educacional e na qualidade do ensino oferecido. Instrumentos mal selecionados podem gerar distorções, prejudicar o desenvolvimento dos alunos e criar barreiras ao acesso à educação de qualidade.

Portanto, educadores, gestores e profissionais da área da educação devem dedicar atenção especial à escolha e ao desenvolvimento de instrumentos de avaliação que sejam compatíveis com os objetivos pedagógicos, que considerem a diversidade dos estudantes e que promovam a aprendizagem significativa.

Em última análise, a importância da escolha de instrumentos adequados para a avaliação escolar não pode ser subestimada. Ela está intrinsecamente ligada à qualidade da educação e ao desenvolvimento pleno dos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, competentes e preparados para os desafios do século XXI. Portanto, a reflexão constante sobre os métodos e instrumentos de avaliação é fundamental para aprimorar o sistema educacional e garantir que ele cumpra seu papel de forma justa e eficaz.

Referências

CRUZ, Kamilla Cristina Miranda. **Funções da Avaliação Escolar**. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/funcoes_avaliacao/index.php?pagina=0>. Acesso em: 09 de Setembro de 2023.

HOFFMANN, Jussara. **A avaliação enquanto mediação. Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1994.

JUNIOR, Marcondes de Sousa Araújo. **Avaliação Diagnóstica, Formativa E Somativa**. Disponível em: < <https://www.webartigos.com/artigos/avaliacao-diagnostica-formativa-e-somativa/40842>> Acesso em: 09 de Setembro de 2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**, v. 4, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/715/71540206/>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

_____. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem ?. **Revista Pátio**, v. 12, p. 6-11, 2000. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu/documents/32770727/4-o-que-e-mesmo-o-ato-de-avaliar-aprendizagem_%281%29.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1537437138&Signature=S6ml5p6jvtEcavjtwN6CebSn3yI%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_QUE_E_MESMO_O_ATO_DE_AVALIAR_A_APRENDI.pdf. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

_____. Avaliação da aprendizagem na educação infantil. **Interações**, v. 32, p. 191-201, 2014. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6361>. Acesso em: 09 de setembro de 2023

SCHEFFER, Denise da Costa Dias et al. A importância da avaliação no processo de ensino e aprendizagem: Um debate provocativo no campo da educação / A importância da avaliação no processo de ensino e aprendizagem: Um debate provocativo no campo da educação. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 8, p.57441-57449, aug. 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14870>. Acesso em: 12 de setembro de 2023

SILVA, Jandilene Alves da Silva; SILVA, Maria Jeane da; ALVES, Segirlaine Camilo A aplicação da avaliação diagnóstica no ambiente escolar: um olhar reflexivo /— João Pessoa: UFPB, 2014.

WEISS, Cláudia Suéli, Coelho, Aline Leandra **Avaliação da aprendizagem na educação: uma reflexão dos conceitos e funções** XII Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18864_9372.pdf . Acesso em: 09 de Setembro de 2023.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DE COMENTÁRIOS EM POSTAGEM SOBRE CRIMINALIZAÇÃO DA GORDOFOBIA NA PLATAFORMA DO G1 NO INSTAGRAM

Diego Miranda Nunes

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-3

Introdução

No momento em que escrevo este artigo, fico refletindo sobre o quanto este assunto tem interpelado a minha trajetória enquanto um homem gay, gordo, periférico, professor de Geografia e militante LGBTQIAPN+. Sou motivado a escrever sobre discursos preconceituosos que atravessam diversos corpos e seus marcadores sociais. Nesta motivação de falar sobre o corpo gordo e os discursos que são proferidos sobre estes, me movo na tentativa de realizar uma possibilidade de análise em uma postagem no Instagram realizada pelo Portal G1 em 06 de agosto de 2023 (Figura 1). O objetivo aqui é analisar os comentários e como estes impactam a vida de sujeitos que estão fora de um padrão imposto socialmente. Para esta análise recorro à diversos/as autores/as que discutem a questão do corpo e do corpo gordo em diferentes áreas do conhecimento. Além de utilizar a Análise de Conteúdo para analisar os comentários publicados.

Figura 1: Postagem do Portal g1 no Instagram



Fonte: Instagram Portal G1, 2023.

Na postagem realizada pelo Portal G1 na sua plataforma no Instagram contendo 8,6 milhões de seguidores, observamos uma pessoa de cabelo lilás, camiseta azul com amarelo, com uma tesoura na mão direita insinuando que iria cortar a fita métrica na altura dos 82 centímetros. A postagem é acompanhada com um enunciado que diz o seguinte: “Projetos que criminalizam a ‘gordofobia’ estão parados na Câmara. Logo o mesmo é acompanhado de uma legenda a qual explica brevemente, em três parágrafos, quem são os deputados envolvidos por protocolarem os projetos de lei. Até o dia 14 de agosto de 2023 a postagem contava com 5.011 curtidas e 748 comentários.

Meu intuito aqui não é pelo caminho da romantização do corpo gordo, mas sim um olhar para estes comentários pelo viés de um homem gordo, que entende a importância de discussões sobre corpos maiores e a criminalização de discursos que sinalizem qualquer preconceito contra nós. Além disso, vai ao encontro de compreender o corpo gordo como uma possibilidade de escolha do sujeito e não pelo viés médico que coloca estes na condição de doentes. Neste

sentido, minha contribuição é pensar como esses discursos afetam pessoas e como projetos parados inviabilizam a criminalização destes comentários/pessoas.

Entendo que o corpo, assim como Goellner (2003), é muito mais daquilo que vemos, é produto da linguagem. Também corroboro com Goellner (2010) em pensar que o corpo revela o espaço e o tempo em que foi educado, em uma constante pedagogização por processos contínuos. E estes são resultados de uma vigilância e punição constantes. A vida contemporânea acelerada, atravessa todos os nossos estágios de vida, incluindo assim, o estágio corpóreo. Assim, a vida contemporânea passou a “exigir” mais das pessoas, com as novas tecnologias impactando diretamente no processo e vontade de mudanças corporais, neste sentido exclui-se a ideia de qualquer imperfeição sobre o corpo a partir da emergência das tecnologias.

A aceleração da tecnologia, somado ao discurso da saúde tem colocado corpos gordos como sendo doentes e fadados à morte, caso não venham a emagrecer. Segundo Paim e Kovaeski (2020), “a patologização do corpo gordo é um discurso atualmente consolidado, inquestionável e fundamentado pelas ideias de sobrepeso e obesidade. A obesidade é definida de forma simplista pela OMS como o acúmulo anormal ou excessivo de gordura corporal, que afeta e prejudica a saúde” (p. 4).

O Índice de Massa Corporal (IMC) foi criado em 1832 e proposto em 1995, como parâmetro para definir a obesidade como doença. Segundo os autores, “a partir do IMC, é possível identificar o quanto a pessoa se afasta do padrão de normalidade – já que normal é ter o corpo magro –, tendo no biológico o elemento essencial para definir o que seria um desvio da normalidade. Assim, anormal é ter o corpo gordo” (p. 4). Para Poulain (2013), existe uma preocupação em transformar a “norma médica” em uma “norma social”. Ou seja, você acaba sendo determinado por um número, que não leva em consideração outras

questões, apenas a altura e o peso corporal. Para Paim e Kovaleski (2020),

a norma não produz apenas médias estatísticas, mas carrega também aquilo que é considerado desejável num momento histórico de determinada sociedade, o que é adequado e deve ser incorporado por todos como norma. Quando o indivíduo não alcança e ameaça o tipo ideal de corpo, sua atitude é entendida como negligência e é produzida uma forte exclusão social em relação aos corpos gordos, que são discriminados, rejeitados e culpabilizados (PAIM e KOVALESKI, 2020, p. 5).

Ou seja, para você atingir o ideal de um corpo pelo viés da saúde, o seu cotidiano não é levado em consideração. E somos classificados como normais ou anormais a partir do Índice de Massa Corporal. Nesse sentido, cabe brevemente aqui um conceito de estigma investigado por Goffman (1975), que explica que existe um dualismo entre pessoas estigmatizadas e normais. Para o autor, o “normal” produz hierarquias aos estigmatizados e isso é transformado em “expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso” (GOFFMAN, 1975, p. 12). Para Poulain (2013),

A estigmatização não se reduz a um simples olhar crítico a uma pessoa – ela é um processo de interações que desmerecem um indivíduo e tendem a transformar a vítima em culpado. O processo supõe igualmente a injustiça das críticas (discriminação) e, sobretudo, que o indivíduo que é a vítima aceite e interiorize a desvalorização. [...] O obeso sofre de estigmatização nas sociedades contemporâneas. (POULAIN, 2013, p. 117).

Para Jimenez (2020), “o estigma é um controle social, nessa seletividade do que é bom ou ruim, de acordo com convicções de cunho político, institucional, religioso, moral e também comercial, criando um protótipo do que é permitido ou não na sociedade” (p. 57). Assim, “os corpos estão sempre sendo classificados com aprovação ou reprovação dentro do termômetro social, o qual define como nossos corpos devem ser [...]” (p. 57). E é por meio dessa dualidade que muitas indústrias acabam lucrando na promessa de “vender o corpo ideal”.

Percebemos que o discurso médico sobre o corpo gordo é tão forte que quando você emagrece é tido como vitorioso, independentemente da sua situa-

ção emocional, ou dos motivos que levou você à perda de peso. O discurso da saúde impera sobre os nossos corpos e acaba fazendo com que, muitas vezes, façamos diversos movimentos para atingir aquilo que é tido como ideal.

Com isso, “amparados” no discurso da saúde é que algumas pessoas se sentem à vontade para tecer comentários sobre corpos gordos e isso acaba recebendo o nome de gordofobia. Fobia ao estranho, ao diferente, a aquilo que a saúde entende como doente. Fobia a aqueles e aquelas que não seguem à norma, que tendem a não se encaixar em padrões sociais e que acabam tentando subverter espaços que nos são impedidos. Segundo Jimenez (2020),

A gordofobia, então, acontece quando o corpo gordo é diagnosticado como doente, mesmo quando não se fez nenhum exame para detectar algum problema de saúde. É uma discriminação muito mais profunda do que parece, sem uma análise crítica sobre esses corpos, já que desencadeia situações constrangedoras e humilhantes, mas principalmente elimina direitos sociais daqueles que são considerados pela sociedade como incapazes. O mundo é planejado para os magros, basta ser gordo para experimentar o quanto os espaços e as coisas são construídos de tamanhos cada vez menores, as roupas são pequenas, as cadeiras e assentos são frágeis e estreitos. As pessoas gordas que aparecem nas mídias sempre são tidas como coitadas, que devem diminuir de tamanho, doentes, preguiçosas ou engraçadas e desajeitadas. É verdade que nós, pessoas gordas, estamos em situação de vulnerabilidade, e a maioria da população não tem nenhum conhecimento de que possuímos direito a assentos e auxílio especiais, e isso é um problema muito grande. As pessoas maiores, frequentemente, se sentem desconfortáveis ao solicitar assistência, pois quase sempre existe um constrangimento público dispensado a elas (JIMENEZ, 2020, p. 64-66).

Para a autora, um simples ato de comer é motivo de constrangimento, visto que impera sobre os corpos gordos a vigilância e a punição. Percebam que a todo momento eu falo em vigilância e punição, sem recorrer a algum autor ou autora, pois estou falando no sentido da observação sobre o que comemos e da punição pelos discursos gordofóbicos. O movimento de criminalizar tais discursos, amparados por lei, os quais estão parados na Câmara dos Deputados há mais de cinco anos, é que analiso pelos comentários, os quais me motivam a denunciar em formato de artigo, preservando os sujeitos que proferiram os 748 comentários na postagem apresentada na figura 1.

Analisando os Comentários a Partir da Análise de Conteúdo

Para analisar os 748 comentários nos apropriamos da Análise de Conteúdo e afirmo que os processos para análises dos dados em si, envolvem múltiplos momentos/ passos para expressarmos uma significação possível ao material produzido (MINAYO, 2001). Assinalo então que uma técnica de análise de dados, pode em alguma instância, implicar em uma metodologia de interpretação, como percebemos nos escritos sobre Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009 e FRANCO, 2008). No entanto, ao ser submetida a diferentes usos, as técnicas de análise sofrem com a ação do pesquisador algumas rupturas, expressadas em procedimentos peculiares, algo que chamamos de modos de olhar, fator que envolve não somente a preparação dos dados para a análise, uma vez que o processo analítico consiste em extrair sentido dos dados de textos e imagens.

Optamos por trabalhar com o procedimento denominado Análise de Conteúdo (AC), a partir de Maria Franco (2008), Laurence Bardin (2009) e Roque Moraes (1999), este último, define a técnica como “uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” (p.19). Este mesmo autor salienta que a utilização dessa técnica, “conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajudando a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (p.19). Este destaque, dialoga com o exposto pelas demais autoras (FRANCO, 2008 e BARDIN, 2009) ao expressarem que a Análise de Conteúdo auxilia na investigação devido as diferentes abordagens que a técnica possibilita, uma vez que, seguidas as etapas base, as quais descreveremos abaixo, o pesquisador pode apresentar os dados de diferentes modos.

Nos estudos/ escritos de Bardin (2009), a Análise de Conteúdo entendida como um método representa um conjunto de técnicas para analisar diferentes

dados oriundos de comunicações que se utiliza de fases sistemáticas e possui objetivos para realizar as descrições do conteúdo do material produzido. Segundo Bardin (2009), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (p.15).

Para Franco (2008), a Análise de Conteúdo possui como característica usos sobre a relação exposta na mensagem da comunicação (seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa ou documental). Segundo a autora, nessa relação extraímos significados e sentidos que deverão em algum momento serem interpretados, no entanto, devem-se considerar as múltiplas condições dialógicas, percebendo sob um viés crítico e dinâmico da linguagem comunicativa expressa pelos participantes, considerando seus componentes cognitivos, afetivos, valorativos e ideológicos que irão conferir diferentes significado ao objeto em estudo. Estas questões dependerão da perspectiva teórica e atitudinal do pesquisador em relação à temática em estudo (FRANCO, 2008).

Retomamos Moraes (1999) quando expõe que, de certo modo, “a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra” (p. 3). Quanto à busca de material, fontes, utilização e manuseio desta técnica Moraes (1999), afirma que:

A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo (MORAES, 1999, p.3).

Segundo Moraes (1999), o qual utilizamos para tratar os dados, o processo de análise divide-se em cinco fases: 1 - Preparação das informações; 2 - Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3 - Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4 - Descrição; 5 - Interpretação. Dessa forma, a partir do recolhimento material, trabalhamos com “um conjunto de técnicas de análise que, através de uma descrição sistemática, qualitativa, possibilita níveis de compreensão mais profundos sobre o assunto que se pretende investigar” (MORAES, 1999, p. 2). Destacamos, que o autor Roque Moraes, utiliza-se de Laurence Bardin, para desenvolver sua técnica, porém, ele abriu o campo de fases, redimensionando as três apresentadas na obra de Bardin (2009).

Sendo assim, nossos dados foram tratados da seguinte forma: na fase 1 - denominada Preparação das informações realizamos a leitura dos comentários, depois os transcrevemos, para que a primeira leitura do material fosse possível e agrupamos em arquivos de word. Na segunda etapa - Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades realizamos pós leitura do material alguns destaques no material produzido, assinalando de diferentes cores os assuntos que se aproximavam. Já, na fase 3 - Categorização ou classificação das unidades em categorias juntamos em tabelas produzidas em documento do word os assuntos que continham as mesmas cores, visto que tratavam de temáticas próximas. Sendo assim, avançamos para fase 4 – Descrição, na qual abrimos uma coluna na tabela para descrever os pontos de referência dos, apontando em uma terceira coluna, títulos possíveis de categorias de análise. Realizado todo este processo partimos para fase 5 – Interpretação, no entanto, indicamos aqui um diferencial do nosso trabalho. Embora tenhamos utilizado da Análise de Conteúdo, decidimos por não interpretar os comentários, mas sim, usá-los em seu todo, operando então com o que foi dito.

Após a leitura dos comentários, iniciamos as tabulações, seguindo as etapas que comentamos anteriormente. Sendo assim, a partir destas tabulações

surgiram termos a partir das unidades e categorias. É importante destacar que alguns comentários eram reações a outros, utilizando de elementos não textuais como emojis de nojo e risos. Sendo assim, no quadro 1 apresentamos os principais termos/categorias e a quantidade de vezes que aparecem resultante deste processo.

Quadro 1 – Categorias e quantidade de vezes.

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE VEZES
Saúde e Doença	259
Criminalização como piada	186
Romantização da doença	103
Emagrecimento	107
Gordofobia como crime	6

Fonte: Análise a partir da AC. Elaborado por Diego Miranda Nunes, 2023.

A partir do processo constituído por cinco etapas, realizamos quatro que resultaram nas seguintes categorias: Saúde e Doença; Criminalização como piada; Romantização da doença; Emagrecimento; Gordofobia como crime. Salientamos que o processo de Análise do Conteúdo, nos ajuda a compreender e identificar as categorias que surgem a partir dos comentários. Com isso, a categoria saúde e doença, apareceu 259 vezes. Esta categoria está atrelada a comentários que foram publicados no intuito de relacionar que a criminalização da gordofobia era uma grande bobagem e que era um processo de saúde *versus* doença. Já a categoria criminalização como piada apareceu 186 vezes, sempre com foco em piadas gordofóbicas. A categoria romantização da doença apareceu 103 vezes, alguns apontavam que a criminalização da gordofobia estava romantizando aquilo que é doença segundo os comentários. A categoria emagrecimento aparece 107 vezes, intuindo que não precisariam de leis específicas

se pessoas gordas passassem por processos de emagrecimento. E a categoria gordofobia como crime apareceu 6 vezes, com a intenção de fazer a defesa de leis que criminalizem a gordofobia, defendendo os projetos propostos na Câmara dos Deputados.

A partir do quadro 1 e da quantidade de vezes que cada categoria aparece, percebemos de imediato que os comentários foram mais para um lado pejorativo, com a pretensão do cuidado em saúde e mascarados com uma falsa preocupação com o corpo gordo. Assim, percebemos que poucos comentários foram propositivos, no intuito de rebater piadas gordofóbicas, preconceito e discriminação contra corpos distantes da norma imposta socialmente. Com isso, a quinta etapa da Análise de Conteúdo é interpretação. No entanto, como mencionamos vamos tratar com aquilo que foi dito, assim como foi postado, incluindo abreviaturas e erros de digitação. Devido a quantidade de comentários, estipulamos elencar 6 para cada categoria, em virtude de ser o número mínimo que aparece em nosso quadro. No entanto, para a tabulação geral, utilizamos todos os comentários da postagem.

Sobre a categoria **SAÚDE E DOENÇA:**

“Legal! Mas não podemos esquecer que OBESIDADE É DOENÇA! E ISSO MATA! Só pq agora vai existir uma lei não devemos normalizar isso através do argumento usado.”

Comentário 1 em 06/08/2023 com 178 curtidas

“O mundo tá perdido mesmo, normalizaram a obesidade como se fosse empoderamento e não uma doença grave.”

Comentário 2 em 06/08/2023 com 90 curtidas

“Obesidade é doença e precisa ser tratado como questão de saúde PÚBLICA!! E não ser blindado e normalizado, nem muito menos romantizado. A população de obesos aumentou não por conta de predisposições genéricas ou doenças, mas sim por SEDENTARISMO E ESCOLHA DE UMA MÁ ALIMENTAÇÃO. Falta de consciência na escolha dos alimentos MATA. Sedentarismo MATA”.

Comentário 3 em 06/08/2023 com 8 curtidas

“Obesidade é doença. Não vamos bater palmas para isso.”

Comentário 4 em 06/08/2023 com 361 curtidas

“Respeitar todos devem, porem, obesidade é doença e nao nao sou eu quem falo isso, mas sim a OMS!”

Comentário 5 em 06/08/2023 com 3 curtidas

“Que os obesos q se explodam, enquanto houver liberdade de expressão que me permite dizer que obesidade é doença vou falar.”

Comentário 6 em 06/08/2023 nenhuma curtida

A partir destes comentários, podemos perceber que existe uma falsa ideia do que seria a gordofobia ou ainda, o discurso da saúde imperando sobre os corpos gordos. A quantidade de curtidas em cada comentário no Instagram, simboliza que a pessoa concorda com aquilo que foi publicado. Neste sentido, percebam que o comentário 4 teve 361 curtidas, em contrapartida o comentário 6 não teve nenhuma, poderia aferir que o mesmo é ofensivo, mas todos são. Assim, este último comentário sinaliza ódio escancarado o que pode não ter gerado engajamento por parte dos seguidores do portal G1. Com isso, do ponto de vista de Jimenez (2020), o corpo gordo é vigiado, punido e controlado por diferentes técnicas e dispositivos, seja pelo consumo, onde nem tudo é passível de comprar, comer e vestir, seja pelas redes sociais, onde a vitrine do julgamento impera sobre fotografias postadas com o corpo gordo à mostra. Existe uma regulação social, que dita o que um corpo que não é tido como padrão pode ou não fazer, pode ou não vestir, pode ou não comer.

Sobre a categoria **CRIMINALIZAÇÃO COMO PIADA:**

“Até a lei que protege os gordos é sedentária e não se mexe”

Comentário 7 em 06/08/2023 com 855 curtidas

“Acho válido criarem uma lei que criminalize a discriminação contra pessoas altas também”

Comentário 8 em 06/08/2023 com 197 curtidas

“Projeto mt pesado...por isso não tá caminhando”

Comentário 9 em 06/08/2023 com 29 curtidas

“Vamos criminalizar a carecofobia, anãofobia, loirofobia, etc. Um monte de gente passando fome e preocupados com isso. Junto com essa mídia nojenta.”

Comentário 10 em 06/08/2023 com 109 curtidas

“Então pode diminuir a fita métrica como primeira medida, além de pôr um limite de peso na balança”

Comentário 11 em 06/08/2023 nenhuma curtida

“Gostaria de projetos como esses para magrofobia quando eu era mais jovem q me perturbavam no colégio!!! Ah nao!!! Pera ai... ser magrelo tudo bem!!!!”

Comentário 12 em 06/08/2023 nenhuma curtida

A partir dos comentários expostos nesta categoria, percebemos que os mesmos não compreendem a finalidade da criminalização da gordofobia. Neste sentido, optam por fazer piada com outros marcadores ou partes do corpo para justificar seus comentários. Como no comentário 7 que teve 855 curtidas ao afirmar que gordo não se mexe e é sedentário. Assim, segundo Jimenez (2020), o ativismo é um movimento importante no combate a qualquer tipo de preconceito. “O ativismo deve modificar, transformar e influenciar processos e resultados sociais e políticos” (p. 170). Para a autora, o ciberespaço tem um papel de extrema importância para o ativismo do corpo gordo. É por ele que se consegue difundir conteúdos que antes eram quase que impossíveis de chegar a esses corpos

Sobre a categoria **ROMANTIZAÇÃO DA DOENÇA:**

“Vão romantizar uma doença?”

Comentário 13 em 06/08/2023 com 206 curtidas

“Crime é achar que ser gordo é normal.”

Comentário 14 em 06/08/2023 com 5 curtidas

“A EXTREMA ESQUERDA É UMA DESGRAÇA e romantiza tudo, inclusive doença!”

Comentário 15 em 06/08/2023 nenhuma curtida

“Velho pessoas obesas tem q ser estimuladas a perder peso não glorificar um estilo de vida não saudável. Daqui a pouco vão glorificar o fumo de dizer q fumar não faz mal.”

Comentário 16 em 06/08/2023 com 2 curtidas

“Obesidade é uma doença!! Se é uma doença precisa de tratamento e não tentar empurrar isso goela abaixo nas pessoas.”

Comentário 17 em 06/08/2023 nenhuma curtida

“Ninguém é obrigado a engordar, mas romantizar uma doença grave é o cúmulo do absurdo.”

Comentário 18 em 06/08/2023 com 2 curtidas

A partir dos comentários aferimos que para estas pessoas existe uma romantização daquilo que é doente. No entanto, não é sobre romantizar, mas sim, sobre compreender o corpo gordo como ele é, deixando livre para realizar escolhas. O comentário 13 é o que obteve maior número de curtidas. Percebemos que o discurso médico sobre o corpo gordo é tão forte que quando você emagrece é tido como vitorioso, independentemente da sua situação emocional, ou dos motivos que levou você à perda de peso. O discurso da saúde impera sobre os nossos corpos e acaba fazendo com que, muitas vezes, façamos diversos movimentos para atingir aquilo que é tido como ideal.

Mas vejamos bem, não queremos dizer que romantizamos o corpo gordo, minha militância está pautada em ser quem você é e se sentir bem. Mas preci-

samos pontuar que existe uma diferença entre obesidade, que recebe um CID (Código Internacional de Doenças), que é CID10 – E66 (obesidade), e corpo gordo, que é um biotipo, assim como um corpo magro. Neste sentido, o ativismo é necessário.

A militância de muitos ativistas está atravessada por isso, por combater um discurso gordofóbico, disfarçado de um ideal sobre saúde. Neste sentido, a militância feminista antigordofóbica tem um importante papel para combater qualquer tipo de preconceito ligado ao corpo gordo.

Sobre a categoria **EMAGRECIMENTO**:

“Demora muito. E se um gordo processar uma pessoa e depois de um tempo ela fica magra. O processo continua?”

Comentário 19 em 06/08/2023 com 2 curtidas

“O melhor remédio contra a gordofobia é emagrecer não estou falando de ter um corpo perfeito e sim de qualidade de vida”

Comentário 20 em 06/08/2023 com 39 curtidas

“Então comecem a emagrecer pessoal, é o jeito mais rápido de resolver esse impasse”

Comentário 21 em 06/08/2023 com 29 curtidas

“Ótimo. Que os comentários ruins sirvam de incentivo para fazer um regime.”

Comentário 22 em 06/08/2023 nenhuma curtida

“Deveriam era elaborar projetos que previnam e tratem a obesidade inicial. Obesidade é uma doença física e psicológica. Isso sim seria uma prestação de serviços à nação.”

Comentário 23 em 06/08/2023 com 4 curtidas

“É só parar de comer e de se vitimizar”

Comentário 24 em 06/08/2023 com 3 curtidas

A partir dos comentários 19 a 24 percebemos que a categoria é o emagrecimento como sendo a solução para resolver a gordofobia. No entanto, é importante ressaltar que a tipificação do crime contra pessoas gordas é mais que necessário, uma vez que não é mais aceitável piadas e discursos disfarçados de preocupação em pleno século XXI. Neste sentido, o corpo magro parece ser aquele que os outros desejam para nós, não levando em consideração a individualidade do sujeito. Poderíamos pensar, assim como os autores, que o corpo pode desempenhar diferentes funções, dependendo da cultura. No entanto, ao longo dos anos, o corpo ideal foi se modificando a partir das representações, mas nunca próximo a um corpo gordo. Talvez o que mudou com o tempo foram os atributos, mas nunca o corpo. A mídia sempre atuou de forma imperativa sobre as nossas vidas, muitas vezes, ditando aquilo que era certo e consumível. Assim, com o passar do tempo, com o avanço tecnológico, podemos observar nas mídias os mesmos corpos que as revistas estampavam. Mesmo que hoje exista uma variação quando se trata de aplicativos por exemplo, mas os corpos sarados estão lá.

Se por um lado temos uma vigilância constante sobre os nossos corpos, por outro temos uma gigantesca indústria de produtos que lucra em cima do corpo desejado. Os meios de comunicação acabam exercendo um papel intimidador sobre o corpo gordo. Parece que se você não faz um regime regrado e não busca remédios “emagrecedores”, você estaria maltratando seu corpo. Como dito anteriormente, é sabido que a obesidade é uma doença com CID específico, porém corpo gordo não é. Assim, talvez aí que exista um paradoxo imposto pelo viés da saúde, mas também apoiado por programas de televisão – se você tem um corpo gordo, logo você é classificado como um doente.

Sobre a categoria **GORDOFOBIA COMO CRIME:**

“Mas quem está empurrando isso goela abaixo? O projeto não fala sobre romantizar obesidade, fala sobre criminalizar gordofobia, ninguém tem o direito de ofender o corpo alheio.”

Comentário 25 em 06/08/2021 com 19 curtidas

“Na realidade o mundo ta perdido por que as pessoas não cuidam da própria vida e vêem com uma falsa preocupação com o próximo.”

Comentário 26 em 06/08/2023 com 10 curtidas

“Gordofobia devia ser tratado como crime inafiançável. E não precisa nem de pesquisa, basta ler os comentários dessa publicação e percebe-se o quão a população gorda sofre. E detalhe: a maioria da população está a cima do peso. Quanta hipocrisia”

Comentário 27 em 06/08/2023 com 9 curtidas

“Bom, eu acho q a questão aqui não é dizer que uma pessoa é ou não gorda. É a vergonha que as pessoas passam ao entrar em uma loja e antes que ela fale o que ela quer, a atendente já diz que não trabalha com o tamanho Plus size (já aconteceu comigo), ou alguém não querer sentar ao lado de alguém por ela ser gorda, ou dizerem que a pessoa tá fedendo por ser gorda, ou não conseguir emprego por estar gorda (já aconteceu comigo). Ainda sofro preconceito por Ter feito bariátrica. Ai agora q eu tô fazendo dois tratamentos e tô inchada, ainda ouço gente dizendo que não adiantou nada eu ter feito a bariátrica, enquanto os médicos que estão me acompanhando dizem que eu tô inchada por causa das medicações. Cansa ter que explicar. É sobre isso. Todo mundo sabe que obesidade faz mal à saúde, mas o preconceito pode levar ao suicídio”

Comentário 28 em 06/08/2023 com 8 curtidas

“O problema na gordofobia é que 99% do povo vem com a justificativa de que fazem isso pq não querem ‘romantizar uma doença’, mas na maioria das vzs eles fazem comentários extremamente ofensivos sem em si se importarem de fato com a saúde dessas pessoas, como se apenas quisessem ofender elas por terem esse tipo de aparência, pelo menos eu tenho essa impressão kkkk. E, de qlqr forma, a vida é de cada um né, se a pessoa PEDIR por conselhos, você vai lá e dá, caso contrário, acho que não custa nada não comentar nada (até pq não é ofendendo ou dando dicas que em si não foram solicitadas que a pessoa vai mudar o estilo de vida dela, na maioria das vezes só gera discussão mesmo e fica por isso kk)”

Comentário 29 em 06/08/2023 com 31 curtidas

“Não precisaria de lei, de projetos etc se as pessoas tivessem bom senso em respeitar o corpo alheio, mas infelizmente isso não é uma realidade.”

Comentário 30 em 06/08/2023 com 110 curtidas

A partir dos comentários de 25 a 30 percebemos uma disposição das pessoas em trazer elementos que corroboram para a criminalização da gordofobia. Para Arruda (2023) existe uma violência dentro e fora de casa, estética e psicológica. A autora afirma que pessoas gordas são taxadas como doentes apenas pelo visual e a sociedade contemporânea tem a magreza como sinônimo de saúde. Isso é refletido nas postagens do Instagram, que apresente corpos “perfeitos” vendendo uma imagem distorcida da realidade da população.

Para Arruda (2023, s/p) “a gordofobia não está apenas relacionada a uma questão estética. Para além do “magro é bonito”, “gordo é feio”, tem-se a atribuição de um valor ético sobre os corpos: “magro é certo e bom”, “gordo é errado e ruim”, e sobre essa valoração passou-se a justificar a violência gordofóbica”. E assim a autora afirma “não faz o menor sentido falar em “romantização da obesidade” quando, na verdade, é justamente o oposto que acontece. Combater a gordofobia não é sobre isso. É sobre o respeito à dignidade das pessoas gordas e ao seu direito de existir.”

Para não Concluir: reflexões sobre o que foi dito

Nosso objetivo é não encerrar essa discussão, mas propor reflexões sobre corpos gordos e gordofobia. Neste sentido, é preciso compreender que alguns espaços não são acessíveis a pessoas gordas. Compreender que existe um discurso médico forte em cima dos nossos corpos e que este acaba validando discursos gordofóbicos. Compreender que existe uma vigilância e controle sobre tudo aquilo que consumimos e os comentários vão sempre pelo caminho da preocupação com o corpo do outro. Existe uma vigilância ainda mais cruel sobre corpos gordos, desde o consumo até as redes sociais. O gordo na sociedade contemporânea ainda é sinônimo de desleixo, como mencionamos em momentos anteriores. O controle que impera sobre os nossos corpos é ainda pior. Somos vigiados e controlados na nossa alimentação – não podemos nos dar o

direito de comer algo tido como não saudável –, sempre terá alguém verbalizando “é por isso que é gordo” ou “olha a quantidade de comida que ele coloca no prato”.

Neste sentido, compreender que é inaceitável piadas que gerem constrangimento a determinados grupos, principalmente a pessoas gordas. Nessa perspectiva, o cotidiano de um corpo gordo está pautado em um regime de visibilidade (através da reivindicação de determinados espaços) – seja pela militância coletiva, seja pela aceitação do seu próprio corpo. E invisibilidade (através da punição) – em que corpos gordos acabam sendo punidos e se punindo por não se encaixar em estereótipos de beleza, tidos como ideais. Essa invisibilidade é punitiva, uma vez que exige um apagamento daquilo que se é e um afastamento de tudo aquilo que poderia reforçar a aceitação ao seu corpo.

Um dos caminhos possíveis para essa aceitação passa pela compreensão de que o corpo gordo é uma resistência capaz de ser forte o bastante para promover um ativismo de luta, passa por alguns caminhos doloridos, sofridos e que tem se consolidado com o movimento feminista ao longo dos anos. Movimento este que se coloca em uma conjuntura de luta antigordofóbica dentro e fora do ciberespaço. É uma militância que tem reverberado nas redes sociais e nas ruas, na luta pelo direito a um corpo livre, superando barreiras construídas ao longo de muitos anos, na tentativa constante de mostrar que existe um discurso de patologização que não nos cabe.

O corpo gordo é atravessado diariamente por olhares que punem, por discursos que ditam o que é certo para aquele corpo e por uma mídia que apresenta corpos que não nos representam. Sobreviver a esse sistema de opressão é um ato de resistência, mais do que isso, é um ato de sobrevivência! Sobreviver a humilhações, a pré-julgamentos, preconceitos e exclusões sociais. Para Jimenez (2020), a luta se faz não no apagamento ou esquecimento dos traumas dos nossos corpos, mas na transformação das nossas experiências de vidas e na descontinuidade do sofrimento.

Referências

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**/ Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. – Brasília, 3ª edição: Liber Livro Editora, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidade e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 1, p. 71-83, 2010.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “A produção cultural do corpo.” In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.) **Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis, Vozes, 2003.

GOFFMAN, Erwing. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

JIMENEZ, Maria Luisa Jimenez. **Lute como uma gorda**: gordofobia, resistências e ativismos. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea), Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá, 2020.

PAIM, Marina Bastos; KOVALESKI, Douglas Francisco. Análise das diretrizes brasileiras de obesidade: patologização do corpo gordo, abordagem focada na perda de peso e gordofobia. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, Vol. 29, n. 1, pp. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pBvf5Zc-6vtkMSHyztLKxYJH/?lang=pt> Acesso em: 11/09/2023.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, pp. 7-32, 1999.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

POULAIN, Jean Pierre. **Sociologia da Obesidade**. São Paulo: Senac, 2013.

CAPÍTULO 4

INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE DESIGUALDADE TRIÂNGULAR NA SALA DO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)

Mauricio de Souza Oiveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-4

Resumo: O presente trabalho busca trazer uma metodologia com a utilização de materiais concretos para a introdução do conteúdo da desigualdade triangular na sala de AEE (atendimento educacional especializado), se trata de uma proposta de ensino através da manipulação de hastes de madeira onde é possível demonstrar de maneira mais ligada com o cotidiano a condição de existência de um triângulo, ainda trazemos um embasamento teórico que explicita a importância da utilização de materiais concretos na aprendizagem como um todo. Buscamos, a partir do desenvolvimento das atividades, com base estudo teórico realizado, apresentar um novo olhar sobre o ensino da matemática, tratando essa disciplina como uma aliada para o crescimento pessoal do aluno e principalmente como suporte para sua aprendizagem em outras disciplinas. Como resultado das atividades ligadas ao ensino de matemática durante os atendimentos na sala do AEE, tivemos indícios de uma melhor abstração dos conteúdos matemáticos por parte dos alunos. Assim a atividade culminou com uma elaboração de uma nova proposta de ensino dentro da escola para que seja possível levar essa metodologia para as outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Triângulo; Materiais concretos; Aprendizagem.

Introdução

O conceito de educação inclusiva tem como princípio básico a “Educação sendo um direito de todos”, ou seja, a necessidade de haver um acesso igualitário de todas as pessoas à educação. Nesse sentido, a inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais à educação tradicional se torna um desafio e para tal trazemos uma possibilidade de ensino através de recursos concretos que irão possibilitar uma visão mais agregadora da matemática. Portanto a atividade permite que o professor do AEE consiga fazer uma melhor ligação do conteúdo da sala regular com o que é trabalho durante os atendimentos individualizados. Construir um saber matemático de forma inclusiva é um grande desafio para os professores dos anos finais do ensino fundamental, que em diversos casos não se sentem preparados para lidar com as limitações dos alunos e não conseguem dosar a capacidade cognitiva do mesmo com a complexidade que os conteúdos da matemática exigem. De acordo com (MANTOAN, 2003, p. 18) “A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas”. Portanto cabe aos profissionais que lidam diretamente com a educação, buscar alternativas viáveis para oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos.

A Importância dos Materiais Concretos na Aprendizagem da Matemática

A formatação tradicional de sala de aula, com carteiras dispostas em fila, na frente de um quadro negro onde o professor ministra sua aula com giz funcionou e ainda é válida para determinados momentos do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, quando buscamos ir um pouco além dessa metodologia, trazendo outros recursos e ferramentas educacionais para a sala de aula,

abrimos um novo leque de opções que podem resultar em uma aprendizagem mais consistente e alinhada às perspectivas do aluno, acomodando melhor diferentes estilos de aprendizagem. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), os recursos didáticos possibilitam e estabelecem por parte do aluno um senso crítico no momento do estudo.

Os recursos didáticos como livros, vídeos, televisão, rádio, calculadora, computadores, jogos e outros materiais têm um papel importante no processo de ensino e aprendizagem. Contudo, eles precisam estar integrados a situações que levem ao exercício da análise e da reflexão. (BRASIL, 1998, p. 57).

Assim, ter como ferramentas os materiais concretos que possibilitam a sua manipulação durante as aulas é importante por promover outras formas de visualização e experimentação, promovendo assim um melhor aprendizado. Esses objetos também ajudam na interação entre os alunos e no estímulo para o trabalho em equipe o que é difícil para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem durante as aulas regulares.

A contribuição pessoal de um estudante para a realização de uma atividade em grupo pode ser crucial para o desenvolvimento do senso crítico e dedutivo deste estudante. Segundo Moura.

A aprendizagem da Matemática depende de uma grande variedade de fatores o que torna o seu ensino bastante complexo. É necessário desenvolver o raciocínio lógico e estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Desta forma, os professores de matemática devem concentrar-se em aumentar a motivação para a aprendizagem, desenvolver a autoconfiança, organização, concentração, atenção, raciocínio lógico-dedutivo e sentido cooperativo, aumentando a socialização e as interações pessoais. (MOURA, 2006, p. 73).

De certa forma, a abordagem com materiais concretos possibilita ao professor, durante sua prática pedagógica, uma condição de interagir diretamente com o aluno. Em se tratando de alunos com alguma limitação cognitiva podemos fazer uma intervenção ainda mais avançada durante a sua aprendizagem de um

referido conteúdo. Muitas vezes, a comunicação do professor quando explica no quadro de forma oral não atinge as necessidades que porventura o aluno tenha. Quando tratamos de um déficit de atenção por exemplo, é quase que um tempo perdido para o aluno, que em razão de sua característica, não consegue prestar atenção na explicação do professor. Os autistas, por exemplo, possuem dificuldade de se expressar, assim não é possível tirar dúvidas e o educador não consegue intervir para sanar seus possíveis questionamentos. Nesse sentido, as aulas dinamizadas e lúdicas proporcionam uma atração para os alunos, uma facilitação, podendo contribuir consideravelmente para a sua aprendizagem. Diante disso, Agranionih e Smaniotto (2002) definem a importância de se utilizar esses objetos na matemática, através de experimentos com os mesmos, para eles:

[...] uma atividade lúdica e educativa, intencionalmente planejada, com objetivos claros, sujeita a regras construídas coletivamente, que oportuniza a interação com os conhecimentos e os conceitos matemáticos, social e culturalmente produzidos, o estabelecimento de relações lógicas e numéricas e a habilidade de construir estratégias para a resolução de problemas. (AGRANIONI; SMANIOTTO, 2002, p. 16).

Ainda, segundo Borin (2004, p.9). "outro motivo para a introdução de jogos nas aulas de matemática é a possibilidade de diminuir o bloqueio apresentado por muitos de nossos alunos que temem a matemática e sentem-se incapacitados para aprender. É importante ressaltar que o primeiro contato da criança com a Matemática geralmente se dá por meio da família e de seus amigos mais próximos. Sendo assim, neste contato a negatividade poderá ser transmitida por aqueles que não a compreenderam enquanto a estudavam. Isto pode ter ocorrido por diversos motivos, sejam eles a metodologia aplicada, o contato com professores malformados e despreparados. Com a inclusão de jogos e brincadeiras temos uma chance de reverter esta situação, pois, crianças e adolescentes necessitam praticar e visualizar o que aprendem. Nesse sentido, Antunes (2013, p. 17) afirma que "o jogo, em seu sentido integral, é o mais eficiente meio estimulador das inteligências. "

Em sala de aula, é possível notar as dificuldades que alguns alunos enfrentam ao se depararem com problemas lógicos, que requerem compreensão do texto para serem solucionados. Muitos alunos não conseguem interpretar o problema e, conseqüentemente, não resolvem os problemas matemáticos propostos. O professor, por sua vez, deve procurar instrumentos que o despertem pela necessidade da leitura e da compreensão do problema, além do domínio das quatro operações, instigando-os a raciocinarem antes da execução de qualquer resolução.

Antunes (2002, p. 36) afirma que.

É nesse contexto que o jogo ganha espaço como ferramenta ideal da aprendizagem, na medida em que propõe estímulo ao interesse do aluno, que como todo pequeno animal adora jogar e joga sempre principalmente sozinho e desenvolve níveis diferentes de sua experiência pessoal e social. O jogo ajuda-o a construir novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem.

Utilizando uma metodologia lúdica, o professor tem uma visão geral do desenvolvimento de seus alunos, seja em conjunto ou de cada um em particular, registrando sua capacidade de usar as linguagens, assim como, suas capacidades sociais e dos usos afetivos e emocionais.

Assim, para Maluf (2003, p.29):

A capacidade de brincar abre para todos uma possibilidade de decifrar os enigmas que os rodeiam. O brincar pode ser um elemento importante através do qual se aprende, sendo sujeito ativo desta aprendizagem que tem na ludicidade o prazer de aprender.

O papel do professor como agente transformador do conhecimento só será possível se os docentes pensarem em uma matemática prazerosa e interessante, que motive os estudantes, dando-lhes recursos e instrumentos que sejam úteis para o seu dia a dia, buscando mostrar-lhes a importância dos conhecimentos matemáticos para sua vida social, cultural e política.

Atividades Aplicadas e Desenvolvidas Durante a Experiência Profissional com os Alunos da Sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado)

No relato de experiência que será apresentado nesse capítulo serão descritas as atividades desenvolvidas durante os encontros na sala do AEE, as quais são objeto deste estudo. Durante estas atividades foram trabalhados o conceito de função, a desigualdade triangular, a soma dos ângulos internos de um triângulo, a classificação das figuras planas através do geoplano e uma introdução à geometria espacial.

Os estudantes participantes foram alunos dos anos finais do ensino fundamental 6º ao 9º ano, da Escola Municipal de Ensino Fundamental 18 de Abril, no Município de Fortaleza dos Valos-RS. Mais especificamente dois alunos do 8º ano, um sendo portador de TDAH e outro com dificuldade de aprendizagem. Um aluno do 7º ano autista e ainda com uma aluna do 6º ano com dislexia. Desses 4 alunos apenas o aluno do 8º ano com dificuldade de aprendizagem não possui laudo médico. Todas as atividades foram desenvolvidas durante o ano de 2022 iniciando em março e findando no final de novembro do mesmo ano.

Inicialmente foi feita uma análise e sondagem dos conhecimentos prévios desses alunos análise essa que foi construída através de pareceres descritivos dos alunos nos anos letivos anteriores, sendo que esses pareceres contemplam o aproveitamento do aluno nas atividades propostas, bem como sua evolução na aprendizagem, onde foi constatado que todos estavam devidamente alfabetizados de modo que conseguiam ler e escrever. Essa conclusão foi possível a partir de conversas com os professores de todas as outras disciplinas, durante reuniões e conselhos de classe, foi dedicado a cada aluno um tempo de discussão para que todos os professores pudessem avaliar o desenvolvimento cognitivo de cada um deles. Apesar de algumas dificuldades por parte da aluna que tem

dislexia, as atividades desenvolvidas através de leituras e interpretação textual, além da proposição de problemas matemáticos envolvendo as quatro operações fundamentais (adição, multiplicação, subtração ou divisão), foi concluído que a dificuldade de interpretação era latente. As sondagens e avaliações foram realizadas tanto dentro da sala de aula regular, como dentro da sala de AEE, sondagens essas que foram construídas de maneira conjunta com todos os professores responsáveis por todas as disciplinas e, portanto, contemplando todas as áreas do conhecimento que estes estudantes têm acesso.

Surge aí o questionamento que norteia nossa pesquisa: como despertar o interesse e contribuir efetivamente para o aprendizado desses alunos sobre os conteúdos de matemática estudados nas aulas regulares?

Uma abordagem utilizada durante o desenvolvimento deste trabalho, a qual foi revisada sob alguns aspectos teóricos no capítulo anterior, foi o uso de materiais concretos, os quais possibilitaram uma melhor percepção de como um determinado conteúdo pode associado a objetos e atividades do cotidiano. No universo da matemática a utilização de materiais concretos facilita a identificação de aplicações práticas, especialmente ao trabalhar conteúdos ligados à área da geometria espacial ou plana

Várias situações escolares exigem da criança percepção espacial e muitos problemas da aritmética podem ser resolvidos através da geometria, assim, o uso de objetos geométricos concretos permite ao professor de matemática avaliar o nível de compreensão do aluno e permite ao aluno indicar seus anseios e dificuldades (Borges, 1998, p. 86).

Tendo isso em mente e objetivando o ensino de alguns tópicos de geometria, foram planejadas atividades ligadas ao tema e que fossem acessíveis para os alunos portadores de alguma dificuldade de aprendizagem. Como proposta inicial o trabalho abordou o estudo dos triângulos. O triângulo é uma figura básica da geometria plana e possibilita contemplar no planejamento da ativida-

de, visando o aprimoramento da compreensão de conceitos matemáticos, uma série de conteúdos que inclusos no currículo formal (desigualdade triangular, classificação dos triângulos quanto à medida dos lados, sua utilização prática em estruturas de construção civil e outras). Dessa forma, foi possível abordar nas atividades realizadas, os conteúdos estudados em sala de aula com a turma regular.

Atividade 1 – Estudo sobre triângulos com ênfase na desigualdade triangular

Objetivos da atividade:

A) Objetivos ligados ao aprendizado do aluno: (1) identificar e reconhecer os triângulos como elemento geométrico; (2) reconhecer e classificar os triângulos quanto às medidas de seus lados e quanto aos seus ângulos internos; (3) compreender o significado da *desigualdade triangular*, estudar a demonstração e verificar sua aplicação montando triângulos com hastes de madeira com diferentes tamanhos;

B) Objetivos ligados à avaliação do professor: (1) observar e validar o progresso do aluno quanto à identificação correta de triângulos e sua utilização na geometria e como elemento concreto; (2) verificar a capacidade do aluno de reconhecer e classificar nominalmente diferentes tipos de triângulos; (3) verificar o entendimento do aluno sobre o significado da *desigualdade triangular*.

Descrição da atividade:

No início da atividade foi pedido aos alunos que andassem pela escola, e fotografassem figuras de formato triangular, onde essas figuras foram localizadas em vários lugares dentro do ambiente escolar conforme exposto nas figuras a seguir, locais esses que compõem a cobertura de ambientes, saguão e ginásio, surgindo assim o assunto da utilização dos triângulos na construção civil. Esta primeira parte contemplou os objetivos (1 de A e B).

Figura 1: Cobertura de acesso aos banheiros da escola



Fonte: O Autor

Figura 2: Cobertura do ginásio da escola



Fonte: O Autor

Então retornou-se para a sala de aula onde o professor apresentou a parte teórica sobre a classificação dos triângulos, no que se refere a medida dos seus lados.

Classificação de triângulos

Uma das formas de classificar os triângulos é através da medida dos seus lados, assunto esse que foi objeto de estudo durante a aula com a turma regular. Assim a classificação dos triângulos quanto aos lados é determinada:

- O **triângulo equilátero**: possui os 3 lados com a mesma medida.
- O **triângulo isósceles**: possui 2 lados com a mesma medida e o terceiro lado com medida diferente.
- O **triângulo escaleno**: possui os 3 lados com medidas diferentes.

Para internalizar o conceito apresentado em sala de aula, desenvolvemos as atividades utilizando hastes de madeira, confeccionadas pelo professor de matemática, com as quais foram construídos triângulos conforme as figuras abaixo. Vale mencionar que foi observado o triângulo formado no interior do conjunto, ou seja, formado pelas faces (ou arestas) internas. Nas imagens abaixo são mostrados exemplos de triângulos escaleno, com medidas 32 cm, 16 cm e 19 cm, isósceles com medidas 20 cm, 18 cm e 18 cm, e triângulo equilátero, com 18 cm cada lado, respectivamente.

Figura 3: Classificação dos triângulos quanto aos lados



Fonte: O Autor

A atividade com material concreto permitiu experimentar uma melhor visualização e compreender melhor a classificação dos triângulos no que se refere às medidas de seus lados. Em seguida foi estudada a classificação dos triângulos quanto à medida de seus ângulos internos. Esta segunda parte contemplou os objetivos (2 de A e B). Por fim, a montagem de triângulos diferentes usando as hastes de madeira possibilitou fazer intervenções e efetivamente abordar diferentes situações sobre as diferentes maneiras de obter a classificação dos triângulos. Esta parte contemplou os objetivos (2 de A e B).

A desigualdade triangular

Inicialmente foi apresentada aos alunos o conceito da desigualdade triangular, visto que com o estudo da primeira parte da atividade referente a composição, formação e classificação de um triângulo é possível propor o estudo da desigualdade triangular.

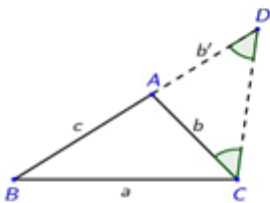
Como sabemos, o triângulo é uma figura formada por 3 vértices e três lados. Para que seja possível construir uma figura plana com essas características é preciso satisfazer uma condição conhecida como desigualdade triangular. De modo suficientemente compreensível ela nos traz a seguinte afirmação: **a soma dos comprimentos de quaisquer dois lados de um triângulo é maior que o comprimento do terceiro lado**. Essa condição é determinante para possibilitar a construção de um triângulo, ou seja, caso a desigualdade triangular não seja satisfeita, não é possível obter êxito na construção dessa figura.

A figura abaixo mostra uma demonstração geométrica da desigualdade triangular retirada do resumo elaborado por Eduardo Wagner baseado no texto: A. Caminha M. Neto. Geometria. Coleção PROFMAT.

Figura 4: Uma demonstração da desigualdade triangular

Desigualdade triangular

- ▶ Sejam A , B e C três pontos não colineares. Consideremos $AB = c$, $AC = b$ e $BC = a$.
- ▶ Prolongue BA de um comprimento AD igual a AC . Assim, $AD = b + c$.



- ▶ No triângulo isósceles ACD , temos $AC = AD = b$ e $\angle ACD = \angle ADC$. Temos então $\angle BCD > \angle ACD = \angle ADC$.
- ▶ No triângulo DBC isso significa que $BD > BC$, ou seja, $b + c > a$.
- ▶ De $a < b + c$ conclui-se que $b < a + c$ e $c < a + b$. Portanto:

Em um triângulo qualquer lado é menor que a soma dos outros dois.

Desigualdade triangular I slide 3/7

Para iniciar o estudo sobre a desigualdade triangular, foi desenhado no quadro a figura triangular com as seguintes medidas. 4 cm, 7 cm e 8 cm.

Com isso foi proposto que os alunos verificassem a desigualdade triangular na figura. Assim, a observação da desigualdade triangular foi justificada comparando se as somas das medidas de dois lados com o terceiro, da seguinte forma.

$$4+7=11>8$$

$$7+8=15>4$$

$$8+4=12>7$$

Em um momento seguinte, foram utilizadas hastes de madeira de diferentes tamanhos para que, utilizando desse conhecimento adquirido, fossem formados triângulos escolhendo arbitrariamente três unidades dentre as hastes confeccionadas. Esta atividade contemplou os objetivos (3 de A e B).

Figura 5: Atividade sobre desigualdade triangular com as hastes



Fonte: O Autor.

Análise da atividade: Quando trazemos esse tipo de conteúdo ligado a geometria plana, a forma de apresentar os conceitos determina o entendimento ou não por parte do aluno, se o trabalho é feito em classes com alunos especiais, proporcionar um planejamento com algum tipo de material concreto possibilita uma melhor compreensão por parte do aluno. A atividade detalhada anteriormente foi uma forma de conseguir que esses alunos entendessem um conceito simples da geometria plana, que vai ajudar na sequência dos conteúdos ao longo do ano letivo.

Conclusão

Uma proposta que seja possível pensar o atendimento aos alunos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem foi o objetivo da realização desse trabalho, a sala do AEE é uma possibilidade de acompanhar esses alunos e fazer um trabalho mais direcionado que consiga melhorar seu conhecimento, conclui-se que com o auxílio de materiais concretos é mais vantajoso para o aluno entender certos conceitos matemáticos mais abstratos e o ganho de conhecimento foi visto mesmo que de maneira sutil em alguns casos, portanto trazer essa proposta para as escolas dos professores com formação em área específica do conhecimento para ensinar um determinado conteúdo dentro da sala do AEE é uma proposta que pode ser discutida nos debates sobre a educação inclusiva.

Referências

AGRANIONI, N. T.; SMANIOTTO, M. Jogos e aprendizagem matemática: uma interação possível. Erechim: EdiFAPES, 2002.

ANTUNES, Celso. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORIM, J. **Jogos e resoluções de problemas: uma estratégia para as aulas de matemática**. 5 ed. São Paulo, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: matemática. Ensino de 5ª a 8ª Séries. Brasília-DF: MEC/SEF, 1998.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Brincar: prazer e aprendizado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MANTOAN, M. T. E., PRIETO, R. G.; AMORIM, V. (org). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2003.

MOURA, M. O. A séria busca no jogo: do lúdico na matemática. In: KISHIMOTO, T. M. (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 73-87.

MUNIZ NETO, Antônio Caminha. Geometria/ Antônio Caminha Muniz Neto- Rio de Janeiro: SBM, 2013.

CAPÍTULO 5

ARBITRAGEM EM DISPUTAS RELATIVAS A *DOMAIN NAMES*¹

Giovana Cristina Franceschi

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-5

Introdução

Nomes de domínio - conhecidos pela sua terminação em inglês, *domain names* - são um dos elementos que, quando estão relacionados a marcas registradas, são mundialmente protegidos pela propriedade intelectual. No contexto brasileiro, no entanto, ainda não existem regulamentações específicas a esse respeito, resultando em consideráveis incompatibilidades na relação entre nomes de domínio e as normas de propriedade intelectual. Emerge, a partir disso, a importância de analisar-se um instituto flexível e altamente especializado para a solução de lides envolvendo o tema, qual seja, a arbitragem.

No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996) são bons exemplos que buscam adequar a legislação à realidade da sociedade em rede. Ressalta-se, todavia, que nenhuma delas aborda, expressamente, nomes de domínio, mas podem servir de fundamento para a solução de conflitos que os envolvam.

¹ Este trabalho foi apresentado na sua forma resumida na Semana Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (SADUFMS) no ano de 2022, sendo esta a sua versão completa e atualizada. O resumo está disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1aUDapX-BL2kVvJiEeJsZD7Rn-bXFsiFoG/view?usp=sharing>.

Neste ponto, surge a arbitragem como uma alternativa amplamente capaz de fornecer a lides relativas a nomes de domínio soluções mais adequadas às partes, justamente pela sua característica de tribunal arbitral *ad hoc*, constituído exclusivamente para resolver determinada controvérsia, o que será demonstrado ao longo deste estudo, tendo-se como base o exemplo do Centro de Arbitragem e Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Importa ressaltar que o problema de pesquisa elencado no presente estudo, qual seja, a possibilidade da utilização da arbitragem na resolução de controvérsias envolvendo nomes de domínio, advém de um contexto em que, com a expansão da Internet e demais tecnologias, a sua proteção torna-se cada vez mais pertinente. Temas como a proteção de dados e nomes de domínio, ainda que não próprios do campo da propriedade intelectual, são assuntos jurídicos em constante evolução e cada vez mais abordados em uma realidade de tecnologia e sociedade em rede, vez que a Internet é um espaço transfronteiriço de difusão simultânea de conteúdos.

Dada a rapidez com que as informações e os bens imateriais são reproduzidos e compartilhados no mundo virtual, a legislação pode encontrar dificuldade em acompanhar este ritmo, sendo que o controle de dados e a preservação de direitos de propriedade intelectual e de nomes de domínio, não raras vezes, são violados.

Dito isso, a pesquisa pretende, de modo geral, expor a importância da proteção aos nomes de domínio em uma sociedade cada vez mais imersa na rede e, de modo específico, apresentar a arbitragem como via alternativa à jurisdição para a resolução de litígios daí advindos, trazendo duas recentes decisões proferidas pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

A análise do presente trabalho parte do método de abordagem dedutivo, já que, do estudo de preceitos basilares e disposições gerais da arbitragem e da

propriedade intelectual, traz-se conclusões particulares à problemática desenvolvida. Quanto ao método de procedimento adotado, tem-se o monográfico, em decorrência da diversidade de pesquisas realizadas para chegar-se à conclusão. A técnica de pesquisa, por fim, corresponde à bibliográfica, visto que o estudo fundamenta-se em doutrinas, legislação, julgados, sites e artigos científicos.

A divisão do trabalho, por sua vez, contempla, em um primeiro momento, a conceituação de nomes de domínio e de que maneira eles são registrados. Na sequência, são citadas as principais legislações que podem ser aplicáveis aos nomes de domínio no contexto brasileiro, bem como previsões legais estrangeiras mais específicas sobre o tema, para, após, trazer uma conceituação da arbitragem e a possibilidade de este instituto servir como alternativa para a resolução de conflitos em nomes de domínio. Finalmente, são citados alguns casos de lides relativas a *domain names* e explicadas as principais soluções proferidas pelos tribunais administrativos e arbitrais diante desses conflitos.

Conceituação de Nome de Domínio e Domain Name System

Nomes de domínio significam nomes que levam o usuário de rede a endereços na Internet, como a sites ou outras plataformas online. Este nome de domínio deve, necessariamente, estar registrado para ser válido, e pode desempenhar um papel importante na construção da identidade online de uma empresa, organização ou indivíduo.

Sua origem data das últimas décadas do Século XX, em um contexto em que, findos dois dos principais eventos da época, quais sejam, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, a utilização da rede mundial de computadores deixou de ter, como principal objetivo, o atendimento das demandas que surgiam do confronto armado e da competição mundial entre Estados Unidos

da América e União Soviética. Ocorre que, através da expansão da rede online e de sua atualização, a Internet tornou-se o principal meio de comunicação da sociedade, fomentando a globalização hodiernamente vivenciada (THAINES, 2018, p. 105).

Com o surgimento da LAN² e WAN³, redes responsáveis pela conexão de dispositivos em curtas e longas distâncias, respectivamente, e, principalmente, do Protocolo de Internet,⁴ possibilitou-se um maior acesso de pessoas à Internet (THAINES, 2018, p. 108).

Protocolo de Internet significa um código identificador formado por uma extensa e exclusiva combinação numérica, funcionando como uma espécie de documento de identificação do endereço eletrônico. Todos os sites, portanto, possuem um endereço IP que, atualmente, está atrelado a um nome de domínio, facilitando a memorização, pelo usuário da rede, dos endereços de Internet. Quando do surgimento da Internet, todavia, os nomes de domínio ainda não haviam sido criados, sendo que o usuário necessitava saber qual era a extensa combinação de números do IP para acessar o site que desejava visitar.

A partir do fim da década de 1970, ocorreu a proliferação da utilização da Internet e crescimento significativo da globalização, em termos de desenvolvimento e fortalecimento dos sistemas sociais, econômicos, financeiros, dentre outros, tanto na sociedade em rede, quanto ao redor do globo (CASTELLS, 2000, p. 97).

Nesse contexto, houve um aumento exponencial da quantidade de participantes da rede e, por questões de tráfego, colisão de nomes de domínio e consistência da rede, foi necessário criar uma solução que permitisse o geren-

² *Local Area Network* (tradução livre: rede de área local) é uma rede de computadores que abrange uma área geográfica pequena, e permite a conexão de dispositivos, como computadores, laptops, impressoras, smartphones e outros dispositivos de rede dentro dessa área limitada.

³ *Wide Area Network* (tradução livre: rede de longa distância) caracteriza uma rede de computadores que abrange uma área geográfica extensa, projetadas para transmitir dados em longas distâncias.

⁴ Mais conhecido pela terminação em inglês, *Internet Protocol*, e sua sigla “IP”.

ciamento descentralizado e automatizado da divulgação de nomes e recursos (TANENBAUM, 2007).

Logo, por volta de 1984, devido à rudimentaridade do IP e à necessidade de atualização do sistema de identificação na Internet, criou-se o *Domain Name System* (DNS), o qual não substituiu o IP, mas o associou a uma combinação alfanumérica que está relacionada a um tema ou a um território. O nome de domínio é, portanto, um nome fictício, escolhido no momento do registro, para o real identificador do site (THAINES, 2018, p. 111). Ele transforma os endereços virtuais na combinação alfanumérica correspondente ao site e simplifica a navegação do usuário da rede.

Desse modo, a fim de evitar que o usuário de Internet fique subordinado a digitar extensos números correspondentes ao IP ao pesquisar algum site, o DNS fica responsável por traduzir nomes de domínio em endereços IP, de forma que, quando se digita o nome de um site em um navegador, o DNS converte esse nome em um endereço IP para que o computador saiba para onde enviar a solicitação. Em sucintas palavras, o DNS consiste em vastos repositórios de dados distribuídos em servidores situados em diversas regiões do mundo.

Para que o usuário tenha essa facilidade no acesso e consiga usufruir da Internet, cada nome de domínio e, conseqüentemente, endereço virtual, deve ser único, situação que é alvo de fiscalização pela *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN)⁵ em nível internacional.

A ICANN é uma corporação internacional sem fins lucrativos responsável pela gerência dos nomes de domínio e endereços IP. Ela foi criada em 1998 nos Estados Unidos e já foi subordinada ao Governo Estadunidense. Atualmente, ela é um organismo privado e atua como uma espécie de autoridade central que gerencia a distribuição e a administração desses recursos para garantir a estabilidade, a segurança e o funcionamento eficiente da Internet em todo o

⁵ Em português: Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números.

mundo. A ICANN também desempenha um papel importante na formulação de políticas relacionadas à Internet (ICANN, 2023).

Para obter-se um nome de domínio específico, é preciso registrá-lo por meio de empresas de registro de domínios autorizadas. No Brasil, os domínios nacionais são coordenados pelo Registro BR⁶, enquanto alguns domínios internacionais - a exemplo de “.com” e “.net.” - são de responsabilidade da ICANN.

Com o registro, o nome de domínio é armazenado em um banco de dados central, que possui uma estrutura hierárquica, organizada em dois níveis. O primeiro nível é a extensão do domínio - a exemplo de “.com”, “.org”, “.net”, dentre outros - conhecida pela sigla TLD.⁷ Já os domínios de segundo nível - que se trata do nome principal atribuído ao domínio, escolhido pelo criador - são conhecidos pela sigla SLD⁸ (REGISTRO BR, 2023).

A Proteção Jurídica dos Nomes de Domínio

Feita a conceituação de *domain names*, conclui-se que se trata de um registro contendo nomes de sites e respectivos endereços IP associados que favorece a transferência de dados entre computadores e permite o acesso à Internet, fornecendo aos usuários um nome simples em detrimento de uma longa lista de números.

Com a expansão da Internet, o número de disputas envolvendo nomes de domínio também observa um aumento nas últimas décadas. Antes de a Internet atingir o seu auge, o acesso a endereços eletrônicos não era visto como um problema, seja entre organizações ou na população em geral. Contudo, atualmente, os nomes de domínio são ativos essenciais para seus proprietários e funcionam como marcadores distintivos na Internet (THAINES, 2018, p. 20).

⁶ De acordo com o próprio site (registro.br), o Registro.br é um departamento responsável pelas atividades de registro e manutenção dos nomes de domínio nacionais, ou seja, que usam “.br.” na sua composição. Cada domínio que utiliza o “.br.” é registrado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

⁷ Do inglês: *Top-Level Domain*.

⁸ Do inglês: *Second-Level Domain*.

É neste contexto que se rompem problemáticas envolvendo *domain names*, a exemplo da prática do *cybersquatting* e do *typosquatting*. O primeiro, *cybersquatting*, palavra da língua inglesa utilizada para designar a apropriação de um nome de domínio mediante registro de má-fé, pode ocorrer de duas maneiras (KING, 2000). A primeira é a partir do registro de um nome idêntico ao de uma marca conhecida, com o objetivo de utilizar-se da fama do domínio para adquirir mais acessos ou de vendê-lo posteriormente. A segunda maneira é a partir do registro de nomes similares com pequenos erros de digitação, que recebe o nome de *typosquatting* (GILWIT, 2003). Ambas as práticas culminam no desvio de clientes de outras empresas através de meios fraudulentos, visando a confundir os usuários da rede.

Destaca-se que tanto o *typosquatting*, quanto o *cybersquatting*, no direito brasileiro, configuram crimes de concorrência desleal pela Lei de Propriedade Industrial (LPI), e estão ligados ao uso indevido de marca com objetivo de causar confusão ao consumidor (CASTRO, SILVA, SOUTO, ALBRECHT, 2022):

Art. 195. Comete crime de concorrência desleal quem:

[...]

III - emprega meio fraudulento, para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem;

Neste cenário, as normas e princípios da propriedade intelectual são de suma importância para a proteção dessas criações intelectuais, assegurando o direito aos seus criadores e detentores, assumindo um papel primordial para a segurança dos nomes de domínio e para evitar a apropriação indevida por terceiros, a concorrência desleal e o enriquecimento ilícito (CASTRO; SILVA; SOUTO; ALBRECHT, 2022).

Os nomes de domínio, embora não sejam um objeto direto de proteção da propriedade intelectual, são identificadores comerciais que precisam de salvaguarda contra práticas fraudulentas. Na hipótese de um nome de domínio ser idêntico ou similar a uma marca registrada, isso pode criar uma situação de violação de marca.

Outrossim, estando os nomes de domínio ligados a questões que envolvem conflitos comerciais - como a concorrência desleal acima referida -, é possível aplicar a eles alguns princípios fundamentais da propriedade industrial, a qual se enquadra dentro do estudo da propriedade intelectual. Mais precisamente, os princípios dos signos distintivos sob a óptica da propriedade industrial, vez que eles podem compreender as marcas, as indicações geográficas, os nomes comerciais ou empresariais e, inclusive, os *domain names* (MARTÍNEZ-VILLALBA, 2014, p. 191).

Dentre os princípios norteadores dos signos distintivos, está o princípio da registrabilidade, o que significa que, para um signo ser tutelado e produzir efeitos *erga omnes*, é preciso que ele seja levado a registro. O momento do registro seria o mesmo do início da proteção jurídica conferida ao signo (THAINES, 2018, p. 91-92). Daí a importância de se exigir que um nome de domínio esteja registrado para ser considerado válido e, conseqüentemente, ser alvo de proteção pelo direito.

Para além dos princípios, alguns países possuem leis que protegem os titulares de marcas registradas de usos não autorizados ou confusos de suas marcas em nomes de domínio, como os Estados Unidos, com a Lei da Proteção do Consumidor contra o *Cybersquatting*.⁹ Também há o Regulamento sobre Nomes de Domínio na Internet da União Europeia (Regulamento 2019/517), que estabelece regras para resolver disputas relacionadas a nomes de domínio que envolvem marcas registradas.

Domain Names e a Arbitragem

Como anteriormente mencionado, a ICANN, além de atuar fiscalizando as regras atinentes ao registro de domínios, também apresenta uma política de resolução de conflitos, a *Uniform Domain-Name Dispute-Resolution Policy* (URDP)¹⁰, que foi aprovada em 1999. Essa política foi adotada por todos os

⁹ Do inglês: *The Anticybersquatting Consumer Protection Act* (ACPA).

¹⁰ Em português: Política Uniforme de Resolução de Disputa de Nomes de Domínio.

registradores credenciados pela ICANN, inclusive os titulares dos nomes de domínio.

Conforme a URDP, a utilização da arbitragem ou a existência de acordos ou sentença de tribunal em controvérsias referentes a nomes de domínio que também possuam marca registrada é pré-requisito antes de o registrador credenciado à ICANN transferir, suspender ou cancelar um nome de domínio (ICANN, 2012).

A URDP, ainda, determina quando uma controvérsia deve ser proposta frente ao painel administrativo obrigatório, qual seja, o procedimento arbitral. Isso ocorre nos casos em que a parte reclamante - que teve o seu nome de domínio violado - declara ao administrador da disputa, na queixa feita à ICANN, que (I) o nome de domínio é idêntico ou confusamente semelhante a uma marca comercial ou serviço em que o reclamante possua direitos; (II) que aquele que registrou o nome de domínio não possui direito ou interesse legítimo sobre ele; e (III) que o nome de domínio fora registrado e está sendo usado de má-fé (THAINES, 2018, p. 174).

Ao receber a queixa, ao reclamado será oportunizado o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo que o mesmo deve respondê-la de acordo com o disposto na URDP, no que se refere aos três itens declarados pela reclamante. Depois do recebimento e encaminhamento da demanda é que o painel administrativo arbitral será formado, respeitando o direito de escolha das partes, reclamante e reclamado, acerca dos árbitros. O painel, comumente, é composto por três árbitros, um escolhido pela reclamante, outro pela reclamada, e o terceiro nomeado pelo centro de arbitragem a partir de uma lista pré-existente (THAINES, 2018, p. 176).

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI),¹¹ por sua vez, por meio do seu Centro de Mediação e Arbitragem, instituiu serviços de resolução de disputas de nomes de domínio fundada na UDRP, sendo que a ICANN,

11 Conhecida, também, pela sigla em inglês “WIPO” (World Intellectual Property Organization).

inclusive, autoriza-o a atuar nessas lides (MCELWAIN; CASAVALE, 2019). A partir de então, o Centro ficou responsável pela administração de disputas de nomes de domínio de segundo nível, desde que estes estejam atrelados a domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs),¹² gerindo as lides de maneira muito semelhante à ICANN.

A OMPI tem colaborado em grandes proporções com a ICANN na garantia da proteção à Propriedade Intelectual por meio de propostas e outras informações sobre procedimentos de resolução de disputas aos atores envolvidos no DNS (WIPO C, 2016). Além disso, a Organização conta, atualmente, com 193 países membros, sendo o Brasil um deles.

No contexto brasileiro, em que, como brevemente mencionado, não há legislação específica voltada para a regulamentação de nomes de domínio, optar-se pela submissão de um conflito envolvendo tal pauta a um tribunal arbitral, a exemplo do Centro de Arbitragem e Mediação da OMPI, sugere uma sábia alternativa.

A arbitragem é um dos mais antigos meios de resolução de conflitos pela heterocomposição, ou seja, a solução do conflito por um terceiro imparcial (SCAVONE, 2018, p. 18). No Brasil, ela possui previsão legal pela Lei nº 9.307/96, sendo um meio totalmente consensual de resolução de controvérsias, instaurado apenas em decorrência da decisão das partes litigantes. No caso dos litígios envolvendo nomes de domínio, em que a controvérsia já estaria instaurada previamente à escolha da arbitragem, o instituto seria eleito pelo compromisso arbitral entre os polos da demanda (art. 9º, Lei 9.307/1996).

Quanto à arbitrabilidade das lides envolvendo nomes de domínio, ainda que ausente disposição legal expressa acerca da sua natureza jurídica, basta a leitura do art. 1º da Lei 9.307/96 para constatar-se a sua possibilidade. À luz deste dispositivo, qualquer litígio envolvendo direito patrimonial disponível

12 Quais sejam: .aero, .asia, .biz, .cat, .com, .coop, .info, .jobs, .mobi, .museum, .name, .net, .org, .pro, .tel e viagens.

pode ser submetido à arbitragem. Acerca disso, são as palavras de Carlos Alberto Carmona (2012, p. 39):

São arbitráveis, portanto, as causas que tratem de matérias a respeito das quais o Estado não crie reserva específica por conta do resguardo dos interesses fundamentais da coletividade, e desde que as partes possam livremente dispor acerca do bem sobre que controvertem. Pode-se continuar a dizer, na esteira do que dispunha o Código de Processo Civil (art. 1.072, revogado), que são arbitráveis as controvérsias a cujo respeito os litigantes podem transigir.

Os nomes de domínio, neste ponto, apresentam caráter econômico, suscetíveis de transação, sendo passíveis de resguardo jurídico, e a parte pode dispor livremente conforme a sua vontade, pois inexiste norma de caráter cogente resguardando outros interesses.

A utilização da arbitragem em lides envolvendo nomes de domínio oferece várias vantagens em relação ao litígio judicial tradicional, como a celeridade, a confidencialidade e a especialização dos árbitros em questões relacionadas à propriedade intelectual e nomes de domínio. O instituto também prevê a flexibilidade normativa a ser eleita pelas partes quando do firmamento da cláusula compromissória ou do compromisso arbitral. A partir daí, as normas eleitas serão aplicadas pelo tribunal arbitral, que será dotado de imparcialidade (SCAVONE, 2018, p. 22).

A opção pela arbitragem para resolver demandas acerca de nomes de domínio caracteriza-se como o meio mais capaz para dar às partes uma solução mais técnica em um contexto de sociedade em rede, tendo em vista a existência de tribunais arbitrais altamente qualificados para cada tipo de litígio, inclusive os concernentes à Internet.

A OMPI, desde a década de 1990, inova e auxilia no desenvolvimento de soluções certas acerca da gestão de nomes de domínio e sobre o reconhecimento dos direitos desses nomes no *Domain Names System* na Internet (THAINES, 2018, p. 178). Isso porque, no que se refere ao Centro de Arbitragem e

Mediação da OMPI, este se tornou um líder mundial na solução de casos de *cybersquatting*, fornecendo um processo administrativo rápido e econômico para a recuperação de nomes de domínio indevidamente registrados (WIPO, 2017).

Para além, o Centro é mundialmente reconhecido por resolver litígios no âmbito tecnológico e de propriedade intelectual, promovendo soluções céleres e de baixo custo para controvérsias oriundas de registros abusivos de *domain names* na Internet (WIPO A, 2016).

Há que se fazer uma ressalva para o caso de uma demanda brasileira ser levada a um centro estrangeiro de arbitragem, como o Centro da OMPI, pois há a necessidade de homologação da sentença arbitral estrangeira. De acordo com a Lei de Arbitragem, a sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil (art. 34), desde que sujeite-se à homologação pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 35). Por outro lado, se a sentença for proferida no Brasil, pela vontade das partes, ainda que a arbitragem tenha sido desenvolvida no exterior, será nacional e independerá de homologação pelo STJ (SCAVONE, 2018, p. 111).

Decisões da OMPI em Lides Relativas a *Domain Names*

Quanto às decisões provenientes do Centro de Arbitragem e Mediação da OMPI, cuida-se de sentenças que apresentam alta especialidade, visto que o tribunal conta com árbitros de todo o mundo especializados na área do direito sobre marcas e nomes de domínio. Os casos são decididos por peritos em um tempo médio de três meses a partir do início do processo, sendo que a OMPI já abrangeu mais de cento e doze mil nomes de domínio em seus processos (WIPO B, 2016).

Muitas disputas submetidas ao Centro de Arbitragem e Mediação da OMPI envolvem disputas entre titulares de marcas registradas e os detentores

de nomes de domínio que possuem nomes idênticos ou semelhantes às marcas registradas, infringindo, assim, direitos de marca ou causando confusão ao usuário/consumidor.

Nas decisões do Centro, muitas vezes, é apreciada a probabilidade de os consumidores serem enganados ao pensar que o site do domínio pertence à empresa titular da marca. Também é analisado se o detentor do nome de domínio registrou e está usando o domínio de má-fé, com o objetivo de vender o domínio ao titular da marca registrada a um preço inflacionado (o que caracteriza o *cybersquatting*). Algumas decisões, ainda, ponderam se o detentor do domínio tem direitos ou interesses legítimos no nome de domínio, como quando o nome de domínio é usado de boa-fé para fornecer produtos ou serviços.

Ressalta-se que as decisões arbitrais do Centro de Mediação e Arbitragem da OMPI são fundamentadas em circunstâncias específicas de cada caso e que as jurisdições individuais podem interpretar e aplicar as regras de maneira diferente. Além disso, como anteriormente mencionado, as decisões podem determinar se o nome de domínio, objeto do litígio, será transferido, suspenso ou cancelado no caso de procedência da demanda em favor do requerente.

Numa recente decisão proferida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da OMPI no caso *Qatar Energy versus Leifeng*, de agosto de 2023 (Caso nº D2023-2913), foi determinada a transferência do nome de domínio “qatarenergy.shop”, que estava registrado pelo requerido, Leifeng, da China, para a empresa de petróleo Qatar Energy - formalmente identificada como Qatar Petroleum -, localizada em Doha, Catar.

No decorrer da decisão, que foi proferida por uma única painelistas, são analisadas questões preliminares, como a adequação às regras da URDP, e, na sequência, as questões de mérito, como a similaridade do nome da marca com o nome de domínio registrado pela requerida; o direito de legitimidade sobre o nome de domínio; e se o nome de domínio estava sendo utilizado de má-fé pelo requerido.

Ao longo do documento, é explanado que a requerente é ativa em várias redes sociais, sendo a proprietária de nomes de domínio que incorporam a própria marca, como, por exemplo, “qatarenergy.qa” e “qatarenergy.com.qa”.

O nome de domínio em disputa, qual seja, “qatarenergy.shop”, que fora registrado em maio de 2023, não direcionava para nenhum site ativo no momento da apresentação da queixa realizada pela requerente. De acordo com documentos anexos à queixa, o nome de domínio em disputa foi usado em um esquema de crime cibernético conhecido como *phishing*.¹³

Ao acessar o site do nome de domínio registrado pelo requerido, o usuário da rede era direcionado para um site contendo campos de login e senha que permitiam a criação de uma conta. Após isso, a plataforma convidava o usuário a recarregar suas contas pessoais usando uma criptomoeda, simulando uma geração de renda ao usuário, o que perfectibilizava o crime cibernético. Além disso, o site também exibia um logotipo da empresa Qatar Energy e uma foto da sede da requerente.

Diante da situação, o painel arbitral definiu que o requerido vinha utilizando o nome de domínio extremamente semelhante com a logomarca da empresa com má-fé, bem como que não possuía interesses legítimos no uso do domínio, e sim o oposto, pois o requerido utilizava o site do endereço do domínio para práticas ilícitas.

Já em outra recente decisão proferida pelo Centro, no caso *Leviton Manufacturing Co., Inc. versus Xuyang Yan* (Caso nº D2023-0306), foi determinado o cancelamento do nome de domínio “levitonsale.com”, que estava registrado pelo requerido, Xuyang Yan, da China.

O requerente, Leviton Manufacturing Co., Inc., era um fabricante americano de equipamentos de fiação elétrica e também proprietário do nome de domínio “leviton.com”, que foi registrado em 18 de julho de 1995, e era utilizado pelo requerente para promover seus produtos sob a marca registrada LE-

¹³ Tradução livre do inglês: pescando.

VITON. Já o nome de domínio em disputa fora registrado pelo requerido em setembro de 2022 e direcionava para um site com a mesma aparência do site do requerente, no qual também era colocado à venda produtos supostamente da marca LEVITON e de terceiros a preços menores.

Evidencia-se que são sutis as diferenças entre as decisões que determinam o cancelamento ou a transferência de um nome de domínio. O cancelamento, geralmente, é determinado quando o nome de domínio não está sendo usado de maneira legítima e está causando prejuízos à parte que não detém o domínio. Por outro lado, a decisão de transferência é tomada quando o nome de domínio está sendo usado para violar direitos de propriedade intelectual, ou então quando o detentor do nome de domínio registrou-o de má-fé para obter proveitos indevidos de uma marca registrada.

Ademais, nos casos em que é sentenciada a suspensão de um domínio, o prejuízo arcado pela parte requerente não é tão acentuado como nas hipóteses de transferência ou cancelamento, podendo ser sanadas, por exemplo, por uma simples regulamentação no seu uso. De todo modo, o objetivo do Centro de Arbitragem e Mediação da OMPI, a partir de decisões administrativas ou arbitrais, é resolver disputas relacionadas a nomes de domínio de maneira justa e equitativa, levando em consideração os direitos e interesses das partes envolvidas, o que também pode ser implantado nos centros de arbitragem brasileiros.

Considerações Finais

Em uma realidade cada vez mais imersa nas novas tecnologias e na Internet, práticas abusivas à propriedade intelectual no que tange a *domain names*, como o *typosquatting* e o *cybersquatting*, são inevitáveis. Os nomes de domínio, todavia, são detentores de proteção quando analisados à luz da propriedade industrial e do direito de propriedade intelectual atrelado às marcas registradas.

O direito vale-se, portanto, de instrumentos de proteção da propriedade intelectual e da propriedade industrial contra práticas comerciais ilícitas, como

a concorrência desleal, que, embora não estejam expressamente previstos na legislação brasileira, possuem a arbitragem como um meio altamente qualificado para a resolução de controvérsias daí advindas, vez que se trata de um instituto flexível e dotado de especialidade para a solução destas lides.

Para tanto, tem-se o Centro de Arbitragem e Mediação da OMPI como um grande exemplo que, além de servir como espelho para a arbitragem brasileira, promove um antro especializado para a análise e decisão acerca das problemáticas envolvendo nomes de domínio em nível global. Isso, por si só, é capaz de gerar mais segurança jurídica frente ao tema, a partir de mecanismos internacionais para o enfrentamento do registro e utilização de má-fé de nomes de domínio.

A arbitragem, logo, atua como um instituto altamente eficaz na solução de controvérsias envolvendo nomes de domínio, seja pela especialidade e qualificação dos árbitros/painelistas, seja pela celeridade e economia nos procedimentos especificamente desenvolvidos para a recuperação de nomes de domínio indevidamente registrados.

Referências

ARBITRATION AND MEDIATION CENTER. **Leviton Manufacturing Co., Inc. v. Xuyang Yan** - Case No. D2023-0306. World Intellectual Property Organization. Sole Panelist: Luca Barbero. Decision on March 27, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/amc/en/domains/search/text.jsp?case=D2023-0306>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ARBITRATION AND MEDIATION CENTER. **QatarEnergy v. leifeng** - Case No. D2023-2913. World Intellectual Property Organization. Sole Panelist: Marilena Comanescu. Decision on August 15, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/amc/en/domains/search/text.jsp?case=D2023-2913>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRASIL, Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. **Dispõe sobre a arbitragem**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: um comentário à Lei nº 9.307/96. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522470617.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 8. ed. Vol. 1. Tradução: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Carla Frade de Paula; SILVA, Davi Antonio Araújo; SOUTO, Gabriel Araújo; ALBRECHT, Nayara F. Macedo de Medeiros. Nomes de domínio e propriedade intelectual: reflexões sobre resolução de controvérsias a partir da Análise Econômica do Direito. **Revista Direito FGV**, Artigos. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202208>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GILWIT, Dara B. The Latest Cybersquatting Trend: Typosquatters, Their Changing Tactics, and How to Prevent Public Deception and Trademark Infringement. **Washington University Journal of Law & Policy**, Washington, v. 11, n. 1, p. 267-294, jan. 2003. Disponível em: https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1326&context=law_journal_law_policy. Acesso em: 18 jul. 2023.

ICANN for Beginners. **ICANN**, 2023. Disponível em: <https://www.icann.org/en/beginners>. Acesso em: 07 set. 2023.

KING, Stacey H. The Law That It Deems Applicable: ICANN, Dispute Resolution, and the Problem of Cybersquatting. **Hastings Communications and Entertainment Law Journal**, São Francisco, v. 22, n. 3. p. 453-508, 2000. Disponível em: https://repository.uchastings.edu/hastings_comm_ent_law_journal/vol22/iss3/4. Acesso em: 18 jul. 2023.

MCELWAIN, John; CASAVALE, Christopher D. Tackling Bad Faith Registration of Domain Names in a Fast-Changing Landscape. **WIPO Magazine**, dez. 2019. Disponível em: https://www.wipo.int/wipo_magazine/pt/2019/06/article_0006.html. Acesso em 03 ago. 2023.

POLÍTICA Uniforme de Resolução de Disputas sobre Nomes de Domínio. ICANN, 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/policy-2012-02-25-en>. Acesso em: 28 ago. 2023. Citado como: ICANN, 2012.

REGISTRO de Novos Domínios. **Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR**, Domínios. Disponível em: <https://registro.br/ajuda/registro-de-novos-dominios/>. Acesso em: 03 ago. 2023. Citado como: REGISTRO BR, 2023.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem**: Mediação e Conciliação. 8. ed. São Paulo: Forense, 2018.

TANENBAUM, Andrew S. **Redes de computadores**. 4. ed. Tradução Vandenberg de Souza. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

THAINES, Aleteia Hummes. **Arbitragem como Reguladora dos Conflitos envolvendo Domain Names e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual como Emissora de Comunicação Decisionais**. Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7116/Aleteia%20Hummes%20Thaines_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 jul. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2019/517 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de março de 2019**. Jornal Oficial da União Europeia, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32019R0517&qid=1693103265198>. Acesso em: 26 ago. 2023.

UNITED STATES OF AMERICA. **The Anticybersquatting Consumer Protection Act (ACPA)**. From the U.S. Government Publishing Office. August 5, 1999. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CRPT-106srpt140/html/CRPT-106srpt140.htm>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MARTÍNEZ-VILLALBA, Juan Carlos Riofrio. Teoría General de los Signos Distintivos. **Revista La Propriedad Inmaterial**, n. 18, novembro de 2014.

WIPO - Organização Mundial da Propriedade Intelectual. **A Resolução de Litígios sobre Nomes de Domínio na OMPI**. Genebra, 2016. Disponível em: https://www.wipo.int/ip-outreach/pt/ipday/2022/toptips/domain_names.html. Acesso em: 18 jul. 2023. Citado como: WIPO B, 2016.

WIPO - World Intellectual Property Organization. **Alternative Dispute Resolution**. WIPO Arbitration and Mediation Center: Geneva, 2016. Disponível em: <https://www.wipo.int/amc/en/center/background.html>. Acesso em: 18 jul. 2023. Citado como: WIPO A, 2016.

WIPO - World Intellectual Property Organization. **Domain Name Dispute Resolution**. Alternative Dispute Resolutions, Geneva, 2016. Disponível em: <https://www.wipo.int/amc/en/domains/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

WIPO - World Intellectual Property Organization. **Domain Name Dispute Resolution Service for Generic Top-Level Domains**. UDRP, Geneva, 2016. Disponível em: <https://www.wipo.int/amc/en/domains/gtld/index.html>. Acesso em: 03 ago. 2023. Citado como: WIPO C, 2016.

WIPO - World Intellectual Property Organization. **WIPO General Assembly**. WIPO Arbitration and Mediation Center, including Domain Names. 23 Ordinary Session. Geneva, October, 2017. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/govbody/en/wo_ga_49/wo_ga_49_14.docx. Acesso em: 18 jul. 2023.

CAPÍTULO 6

A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL NAS ESCOLAS

Mariana Flores Wizniewsky

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-6

Introdução

Nos últimos anos, por conta das grandes transformações do nosso modo de vida e o aumento do consumo de alimentos industrializados, o consumo de alimentos saudáveis caiu muito dando lugar a alimentos que causam diversos problemas de saúde. O consumo de alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável é de extrema importância para todos os seres humanos, principalmente nos primeiros anos de vida. A escola é um ótimo lugar para as crianças aprenderem a ter uma relação mais saudável com sua alimentação e aprender maneiras sustentáveis de consumir alimentos saudáveis. Nesse contexto, percebe-se a importância da inserção da alimentação de produtos saudáveis para os alunos de séries iniciais e do incentivo de consumir esses alimentos produzidos de forma sustentável.

A pesquisa será feita através da análise de artigos científicos, de tema semelhante, que abordem a alimentação saudável, sua relação com a educação

e formas de promover a alimentação saudável e sustentável nas escolas. Com essa análise buscarei compreender a importância da realização dessas atividades para incentivar os estudantes a terem uma alimentação mais saudável e aprender a consumir de uma maneira sustentável. O presente trabalho tem natureza exploratória e descritiva, além de se caracterizar como uma investigação bibliográfica. Os artigos que serão utilizados na pesquisa terão o tema relacionado com alimentação saudável e sustentável nas escolas. As palavras-chaves definidas para essa pesquisa são: alimentação saudável; sustentabilidade; Alimentação escolar; consumo; Agricultura familiar; Educação alimentar. A base de dados consultada foi o “Google acadêmico” por meio da busca de artigos com o tema semelhante ao do trabalho.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a importância do consumo de alimentos saudáveis por alunos das séries iniciais e pesquisar práticas sustentáveis que incentivem a produção e o consumo desses alimentos. Também através das pesquisas realizadas elencará formas sustentáveis de ensinar os alunos a terem uma relação mais saudável com a alimentação.

Desenvolvimento

A importância de uma alimentação saudável e sustentável

A alimentação tem uma grande importância na nossa qualidade de vida, principalmente quando se trata da alimentação de crianças nas séries iniciais. Ao longo das últimas décadas, nossa alimentação sofreu diversas modificações, essas modificações são fruto de um processo de transformação e modernização da sociedade. No entanto, os efeitos dessas mudanças na alimentação foram severamente danosos, não só para a saúde, mas também para o meio ambiente. A modernização dos meios de produção e a ascensão de grandes grupos

econômicos multinacionais, através da globalização da economia interferem diretamente na vida e consequentemente na alimentação da população. Nesse sentido, Elizabeth Accioly (2009) descreve:

É reconhecido o papel da alimentação na promoção da saúde e proteção contra doenças. A comunidade científica já reconhece que os efeitos da alimentação inadequada em etapas precoces da vida podem acarretar consequências na saúde na vida adulta. O Brasil, a exemplo de outros países em desenvolvimento, experimenta a chamada transição nutricional-caracterizada pela 1 concomitância de situações de má-nutrição resultantes de deficiências nutricionais e as decorrentes de excessos alimentares, num cenário em que doenças infecciosas e carenciais proporcionalmente diminuem e os agravos crônicos não transmissíveis ocupam lugar de destaque como causas de morbimortalidade (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2004, PATARRA in MONTEIRO, 2006). Tal situação é consequência de mudanças nos estilos de vida impostos pela urbanização, industrialização e massificação da informação e acesso a bens e serviços. A evolução do padrão nutricional no país revela redução importante da desnutrição protéico-energética (DPE) infantil e, no cenário da má-nutrição por carência, ascensão importante da anemia por deficiência de ferro.

Os efeitos de uma alimentação pobre em nutrientes e repleta de conservantes e alimentos industrializados, já são observados atualmente. Dentre esses efeitos, apontam-se doenças cardiovasculares, o diabetes, a hipertensão arterial, câncer, obesidade entre outras. Percebe-se então, que ter hábitos alimentares saudáveis, consumir alimentos orgânicos proporciona qualidade de vida e evita doenças graves. Durante a infância nossos hábitos alimentares começam a se formar e é muito importante estabelecer hábitos alimentares saudáveis, conforme Elizabeth Accioly (2009):

Os hábitos alimentares, via de regra, são estabelecidos durante os primeiros anos de vida. Fazem parte da cultura e identidade dos povos e nações e são modificáveis por pressões econômicas, sociais e culturais. A alimentação infantil sofre forte influência do padrão familiar, considerada a família como o primeiro núcleo de integração social do ser humano. Assim, a adequação da alimentação nos primeiros anos de vida depende do padrão e da disponibilidade alimentar da família. Mais adiante, a influência de outros grupos sociais (creche, clubes, escolas, etc.) e da publicidade na área de alimentos, se apresentam de forma mais intensa.

Assim, a família é responsável por proporcionar uma alimentação saudável às crianças em seus primeiros anos de vida. Entretanto, vivemos em um país muito desigual e alimentos industrializados estão substituindo alimentos saudáveis que sempre estiveram presentes na alimentação da população brasileira. Isso é muito grave, pois essa substituição tem impacto ainda maior nos primeiros anos de vida. Mas não cabe apenas à família a construção de bons hábitos alimentares, a escola tem grande influência na formação do indivíduo e essa formação engloba a alimentação e consequentemente os hábitos alimentares.

O Papel da Escola na Alimentação

A alimentação não se trata apenas de uma necessidade fisiológica, mas também uma forma de interação social. A vida escolar, nesse sentido, tem grande influência nos hábitos alimentares dos alunos, como foi tratado no tópico anterior, uma alimentação saudável é extremamente importante na infância. Elizabeth Accioly (2009) que cita ARBEC, aponta que:

Considerando a escola como espaço de convivência e de troca de vivências a experiência alimentar na escola pode ser levada ao núcleo familiar e, nesse aspecto, destaca-se o papel da merenda escolar. Uma escola promotora de saúde estimula, através do programa de alimentação escolar, boas práticas de alimentação e estimula na comunidade, a busca por escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis (ABERC, 2008).

Deste modo, a escola é responsável por parte da alimentação das crianças em idade escolar e deve proporcionar uma alimentação saudável para os alunos. Além disso, as práticas saudáveis devem ser incentivadas também na sala de aula, proporcionando educação alimentar nas escolas. A alimentação escolar é amparada legalmente pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sobre o programa, Maria Helena Turpin (2009), define que:

A criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE em 1954 no Ministério da Saúde, e formalizada em 1955 no Ministério da Educação

e Cultura por meio do decreto no 37.106/55, embora não tivesse como função central erradicar a desnutrição nem o de ser um mecanismo indutor de Desenvolvimento Local – DL, incorporou essas questões no marco legal da sua constituição [2]. Seus objetivos principais visavam essencialmente a redução da desnutrição do escolar e a melhoria dos hábitos alimentares. Atualmente o PNAE é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Desde então, a merenda escolar tem contribuído, principalmente após a sua descentralização, para incrementar a alimentação de alunos da rede pública e filantrópica³ em todo o país e ampliado o potencial de incentivo à pequena produção familiar local. O esforço de municipalização previa a melhoria da qualidade alimentar por meio de diretrizes a serem aplicadas nas localidades, que ao mesmo tempo levavam ao fortalecimento desse segmento.

O PNAE é responsável pela alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Por outro lado, na escola há outros tipos de alimentos oferecidos pelas cantinas, que ficam dentro da escola, geralmente essas cantinas costumam vender alimentos industrializados e pouco nutritivos. Portanto, as políticas públicas também devem proporcionar educação nutricional nas escolas, além disso, também garantir segurança alimentar procurando utilizar alimentos saudáveis e priorizando os agricultores familiares com produção.

Os estudantes, principalmente no início da vida escolar, são mais vulneráveis a propagandas e esses alimentos industrializados ricos em gordura e em açúcar costumam focar no público infanto-juvenil em suas propagandas muitas vezes influenciando as crianças a consumirem esses alimentos que devem ser evitados na alimentação. Assim, percebe-se o importante papel da escola na alimentação dos estudantes, mas não adianta apenas proporcionar para esses estudantes uma merenda saudável. É necessário proporcionar também uma educação alimentar capaz de proporcionar o conhecimento da importância de ter um hábito alimentar saudável. Nesse contexto Najla Barbosa (2012) afirma:

O alimento e a alimentação, temas principais desse debate, no espaço escolar assim organizado, certamente serão desenhados tanto pelo entendimento de sua composição e qualidade nutricional quanto, principalmente, como elemento fundamental na continuidade da vida e reprodução da espécie humana, como parte histórica do viver humano. Nessa perspectiva, o alimento retoma sua característica de elemento constitutivo do mundo que se relaciona com a economia, com o capital, com a saúde, com a cultura, com o trabalho, com o prazer, com o sabor, etc. Ao ser identificado como tal, possibilita o empoderam

ento dos seres humanos de suas condições de sujeitos autônomos, protagonistas responsáveis pela construção de uma sociedade cidadã, que convive com toda essa teia de relações. Ao trazer esta prática para o espaço escolar voltado para a construção de uma proposta educativa pautada pela autonomia, não se pode desenhar somente uma prática centrada na relação alimentos e seus nutrientes. O alimento e a alimentação ao se apresentarem como elementos pedagógicos no espaço escolar, compondo propostas efetivas envolvidas com o currículo, poderão propiciar discussões que avancem em direção a análises mais ampliadas da realidade social e possibilitar o entendimento do espaço escolar como favorecedor de ações transformadoras da realidade social.

Nessa perspectiva, percebe-se que alimentação saudável, não se pode restringir apenas ao consumo de alimentos saudáveis, a educação alimentar na escola é de extrema importância para a formação dos alunos. A escola e os educadores tem um papel muito importante na vida dos alunos, por isso deve influenciar e ensinar estes indivíduos em formação de forma ampla proporcionando o entendimento que hábitos alimentares saudáveis são extremamente importantes.

Educação Alimentar nas Escolas

Ensinar os estudantes escolhas mais saudáveis na alimentação visando sua qualidade de vida, também se torna um papel da escola. Dessa forma, a educação alimentar se torna uma forma de evitar problemas futuros e proteger a segurança alimentar da população. Com as consequências geradas pela transformação da alimentação nas últimas décadas, principalmente com o grande aumento do consumo de alimentos processados, industrializados e com muitos

conservantes que são muito danosos para a saúde, políticas públicas passaram a tratar do tema. Sobre a temática em questão Lúcia Amparo da Silva Santos (2005) afirma:

No atual contexto, em que a promoção das práticas alimentares saudáveis prevalece a educação alimentar e nutricional também está sendo um reflexo das políticas. Analisando os documentos apresentados, identificou-se a existência de um suposto paradoxo: ao mesmo tempo em que é apontada sua importância estratégica, o seu espaço não se apresenta claramente definido. A educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, não está em lugar nenhum. Está sendo pouco citada nos documentos oficiais e a PNAN a reconhece como tendo “elementos complexos e até conflituosos” que precisam ser resolvidos. O papel da educação alimentar e nutricional está vinculado à produção de informações que sirvam como subsídios para auxiliar a tomada de decisões dos indivíduos que outrora foram culpabilizados pela sua ignorância, sendo posteriormente vítimas da organização social capitalista, e se tornam agora providos de direitos e são convocados a ampliar o seu poder de escolha e decisão.

Nesse sentido, apesar das políticas públicas tratarem da educação alimentar em alguns dispositivos, não o faz de forma aprofundada e efetiva apenas de forma reparatória, tendo em vista que, as pessoas foram induzidas ao consumo de alimentos danosos por conta do próprio sistema capitalista, mas não o faz de forma profunda, cabendo à escola e aos educadores colocar em prática as medidas educativas. Essas medidas educativas podem ser acrescentadas ao currículo escolar, através de ações pedagógicas interdisciplinares que interajam também com a sociedade. Conforme Najla Barbosa (2013):

Vista desse ponto, a educação alimentar e nutricional favorecerá ao estudante uma aproximação com as várias informações que existem a respeito do tema alimentação e nutrição e permitirá que o estudante seja e sinta-se parte da política que normatiza e sustenta esse tema. Se sistematizadas, estas ações educativas poderão proporcionar ao estudante a construção dos conhecimentos que o instrumentalizarão a fazer suas escolhas – sobretudo na apropriação do direito humano de uma alimentação adequada –, julgar o que ouvirá na mídia e atuar de forma autônoma diante das várias alternativas que se apresentam no seu contexto. Isso parece concretizar a síntese de Paulo Freire: a leitura da escrita só tem sentido se favorecer a leitura do mundo.

Portanto, a educação alimentar não serve apenas para educar o estudante na sala de aula, serve para preparar o aluno para a vida inteira, ensiná-lo a ter consciência de que uma alimentação saudável é também uma forma de garantir a segurança alimentar. Além disso, há diversas formas de integrar a comunidade para colaborar de forma conjunta em atividades educativas que informem e ensinem a importância da temática, até mesmo como forma de prevenção de problemas de saúde no futuro.

Iniciativas Sustentáveis para Promover uma Alimentação Saudável na Escola

Há muitas formas de promover a alimentação saudável nas escolas através da educação. Porém, para que essas ações sejam realmente efetivas deve haver interdisciplinaridade para ampliar o conhecimento dos estudantes e mostrar que a alimentação está presente, de certa forma, em todos os âmbitos. Nesse sentido, Najla Barbosa (2013) afirma:

As práticas de educação alimentar não são apenas as pedagógicas que acontecem em sala de aula. Essa educação deve acontecer nos vários níveis da política e em vários âmbitos dos sistemas de ensino. Parece interessante pensar que não é só o estudante que precisa ser educado do ponto de vista da alimentação, mas gestores, professores, cozinheiras, agricultores familiares, nutricionistas, coordenadores pedagógicos e também os seus pais. Por isso essa ação é abrangente e organizadora de muitas possibilidades de atividades.

Portanto, as ações devem ser conjuntas e visar à sustentabilidade. Uma importante questão acerca da alimentação escolar ocorre com o advento da lei 11.497/09, que em seu artigo 14 dispõe que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Nesse contexto, a agricultura familiar também está ligada à educação alimentar e a uma alimentação saudável, além de apoiar esses agricultores, que apesar de abastecer grande parte da população é desproporcionalmente assistida. Além disso, grande parte dos agricultores familiares proporcionam alimentos saudáveis, que são produzidos de forma sustentável. A eficácia dessas medidas já começa a ser observada, conforme Rozane Marcia Triches e Sergio Schneider (2010):

Partindo das experiências que conseguiram suplantam as barreiras e efetivaram as compras para a alimentação escolar de agricultores familiares, destacam-se os efeitos e as contribuições desse processo no consumo e na produção de alimentos. A efetivação da compra de alimentos para o PAE de agricultores desses municípios proporcionou mudanças nas práticas alimentares e nas concepções das crianças. Nessa questão, o depoimento das merendeiras não deixa dúvidas, já que elas atestaram maior frequência no recebimento de produtos frescos, maior variabilidade, melhor qualidade, determinando maior aceitação e consumo por parte dos alunos.

No entanto, apesar dos benefícios já observados, não basta apenas aumentar a disposição de alimentos saudáveis para promover de forma efetiva a alimentação saudável nas escolas. Principalmente porque para haver uma educação alimentar efetiva, além da disposição de alimentos saudáveis deve haver ações educativas dentro da sala de aula e fora dela. Algumas dessas iniciativas são apresentadas por Elizabeth Accioly (2009):

A seguir, são apresentadas algumas sugestões de iniciativas e estratégias passíveis de adoção na rotina de trabalho pela própria comunidade escolar, tendo os educadores como elementos catalizadores das ações e contando com o apoio da administração das instituições escolares e das secretarias de ensino.

1. Currículo: inclusão de conteúdos de nutrição no currículo escolar e na formação de profissionais de ensino fundamental e médio de forma a inserir nas atividades formais e informais do cotidiano escolar os conceitos básicos da alimentação saudável.
2. Atividades didático-pedagógicas: O alimento pode ser inserido no processo educativo, não apenas em disciplinas relacionadas às ciências da biologia e da saúde, mas em todas as áreas do conhecimento (ABERC, 2008):
 - Em ciências: pode se fazer alusão à composição nutricional, efeitos no organismo, recomendações e guias alimentares, noções de higiene alimentar;

- Na matemática: introduzir o conceito de pesos, medidas, frações utilizando figuras de alimentos;
- Nas artes: dramatização envolvendo conceitos de boa alimentação e sua relação com a saúde;
- Na geografia e história: explorar o papel econômico e cultural dos alimentos, sua origem e usos;
- Na língua portuguesa: estimular a produção de textos, redação e outras tarefas a respeito de alimentos. Alimentação, seus efeitos sobre a saúde e a determinação de agravos e doenças;
- Na educação física: destacar o papel da alimentação para o exercício e desempenho físico.

3. Atividades complementares:

- Jogos explorando o conhecimento sobre os alimentos
- Oficinas e cozinha experimental: despertar o interesse pelo manuseio do alimento, incluindo a proposição e preparação de receitas.
- Hortas escolares: produção de alimentos que poderão ser consumidos na merenda ou trabalhados nas oficinas (ver nota de rodapé).
- Murais informativos: com preparação pelos alunos de material ilustrativo, enfatizando diversos aspectos da alimentação saudável.

Esses exemplos de atividades enriquecem ainda mais o conhecimento dos alunos, proporcionam novas habilidades e até mesmo despertam o interesse deles por saber mais da origem dos alimentos e formas sustentáveis de reutilização, já que nosso país é um dos que mais desperdiça alimentos. Atividades como hortas comunitárias podem também envolver a comunidade e são muito importantes para conectar ainda mais os estudantes com a natureza através de práticas sustentáveis. Outra atividade interessante seria a criação de um livro de receitas, de forma conjunta utilizando os alimentos produzidos na horta comunitária da escola, de forma integral buscando aproveitar o alimento por inteiro.

Considerações Finais

Após realizar esta análise sobre a temática da segurança alimentar, podemos fazer algumas inferências. A análise do trabalho começa na importância de uma alimentação saudável, principalmente nos primeiros anos da vida e de como as transformações que a alimentação sofreu ao longo dos anos afeta a saúde da população. Depois de analisar esse fato, também se reconhece a importância da escola nos hábitos alimentares saudáveis e de como através da

educação alimentar se pode influenciar esses alunos a se alimentar de forma mais saudável. Em seguida se analisa a educação alimentar e como ela pode ser implementada na escola. Por último algumas iniciativas sustentáveis que promovem a alimentação saudável nas escolas são elencadas, entre elas a previsão do art. 14 da lei 11.497/09 que prevê 30 % dos recursos financeiros da aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolares destinados à agricultura familiar. Também foram apontadas ações educativas que promovem a educação alimentar e conseqüentemente a alimentação saudável. Várias dessas ações são muito interessantes, entre elas a criação de hortas comunitárias nas escolas com a participação dos estudantes e de membros da comunidade e a proposta de um livro de receitas utilizando os alimentos produzidos na horta.

Os objetivos do presente trabalho se basearam na análise da importância do consumo de alimentos saudáveis e práticas sustentáveis nas escolas que incentivem o consumo desses alimentos. Por meio da pesquisa realizada, conclui-se que a inclusão da educação alimentar nas escolas auxilia os estudantes a estabelecer hábitos saudáveis e prevenir doenças.

Referências

ACCIOLY, Elizabeth. A escola como promotora da alimentação saudável. **Ciência em tela**, vol.2 , n.2 , 2009.

BARBOSA, Najla Veloso Sampaio et al . Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 18, n. 4, p. 937-945, Abr. 2013 . Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400005&lng=en&nrm=iso>.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Rev. Nutr.*, Campinas , v. 18, n. 5, p. 681-692, Out.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011&lng=en&nrm=iso>.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 20-42, 11.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saude soc.*, São Paulo , v. 19, n. 4, p. 933-945, Dez. 2010. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000400019&lng=en&nrm=iso>.

CAPÍTULO 7

PROCESSANDO DADOS: RECOMPONDO APRENDIZAGENS E TRABALHANDO COM DESCRITORES DE MATEMÁTICA DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Alexandrino da Costa Oliveira
Ricardo Sandro Carneiro de Mesquita
Doi: 10.48209/978-65-5417-167-7

Introdução

O presente relato de experiência ocorreu na eletiva processando dados ofertada para os alunos do primeiro ciclo (6º e 7º anos) na EMTI Professor Joaquim Francisco de Sousa, como problemática sabemos que parte desses alunos vivenciou o ensino remoto na pandemia da COVID-19 e muitos saberes relacionados a Matemática não foram aprendidos e/ou consolidados nesse intuito a eletiva processando dados buscou retomar alguns componentes curriculares do 5º ano, recompondo as aprendizagens que dialogam com as matrizes de referência de Matemática do 5º ano das avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica - SPAECE, D1 (SAEB)/D45 (SPAECE) – Identificar a localização/

movimentação de objetos em mapas, croquis e outras representações gráficas; D27 (SAEB)/D72 (SPAECE) – Ler informações apresentadas em tabela; D28 (SAEB)/D74 (SPAECE) – Ler informações apresentadas em gráficos e barras ou colunas. Favorecendo a retomada desses saberes de forma lúdica contribuindo assim para a consolidação dessas habilidades que serão cobradas ao longo dos anos finais do ensino fundamental.

A Escola, sua parte Diversificada e a Eletiva Processando Dados

A EMTI Professor Joaquim Francisco de Sousa Filho nasceu na modalidade de Tempo Integral no ano de 2015; no entanto, a mesma foi inaugurada como escola regular em 2008, vindo a funcionar em 2009 no bairro Presidente Kennedy com a denominação de Escola Municipal Professor Joaquim Francisco de Sousa Filho em homenagem ao Professor da rede municipal de Fortaleza que teve sua vida interrompida em um trágico acidente de moto no dia 11 de agosto de 1990.

A escola situa-se no bairro Presidente Kennedy que nasceu com imigrantes do interior do estado na década de 70, localiza-se próxima ao centro com perfil de periferia. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do bairro não é dos piores de Fortaleza. A escola oferta o Ensino Fundamental – Anos Finais: 6º ao 9º ano, em período integral.

Nas Escolas Municipais de Tempo Integral temos a parte diversificada do currículo que são definidos pelo sistema de ensino.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares diante das diferentes realidades. (BRASIL, 2013, p. 113).

Dentro da parte diversificada temos as disciplinas eletivas que tem por objetivo, aprofundar, enriquecer e ampliar estudos relativos a todas as áreas de

conhecimento contempladas na base nacional comum que não são garantidas no espaço cotidiano disciplinar.

Na EMTI Professor Joaquim Francisco de Sousa Filho as eletivas são trabalhadas por 02 professores que em conjunto elaboram a ementa da disciplina e apresentam a proposta no feirão das eletivas, onde os alunos se inscrevem para cursá-la durante o semestre, processando dados, foi ofertada para os alunos do ciclo I (6º e 7º anos) pelos professores Alexandrino da Costa Oliveira e Ricardo Sandro Carneiro de Mesquita, professores respectivamente de Geografia e Matemática.

Compreendendo dados de tabela de gráficos

Nas primeiras aulas da eletiva processando dados fizemos uma enquete em sala perguntado aos alunos qual o seu esporte preferido e diante do resultado construímos a nossa tabela intitulada, esporte preferido dos alunos da eletiva.

Tabela 01 – Esporte preferido dos alunos da eletiva

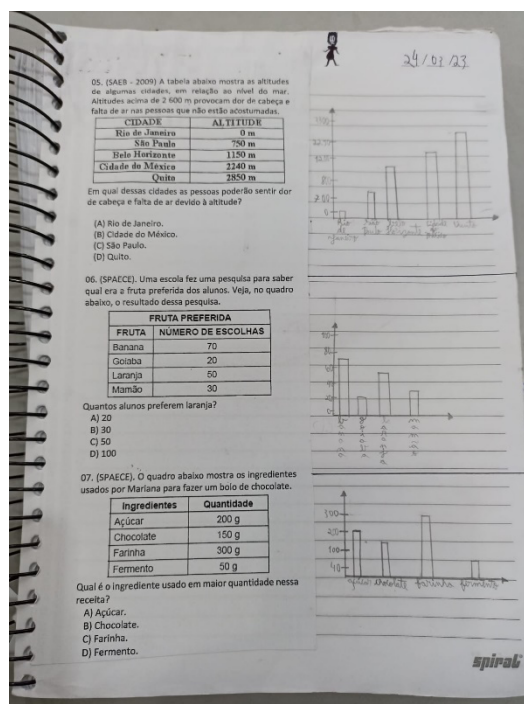
	FUTEBOL	CARIMBA
MENINAS	3	4
MENINOS	14	1

Autores: 2023

Com essas informações, solicitamos que os alunos transformassem essas informações em um gráfico de colunas, permitido ao aluno compreender que aquela informação da tabela pode ser apresentada na forma de um gráfico.

Na aula seguinte trouxemos uma atividade com três questões relacionadas a leitura de informações apresentadas em tabela que foram utilizadas nas avaliações do SAEB (D27) e SPAECE (D72) e solicitamos que os alunos transformassem aquela informação da tabela em um gráfico de barras.

Foto 01 – Transformando os dados da tabela em gráfico de barras



Fonte: Autores, 2023

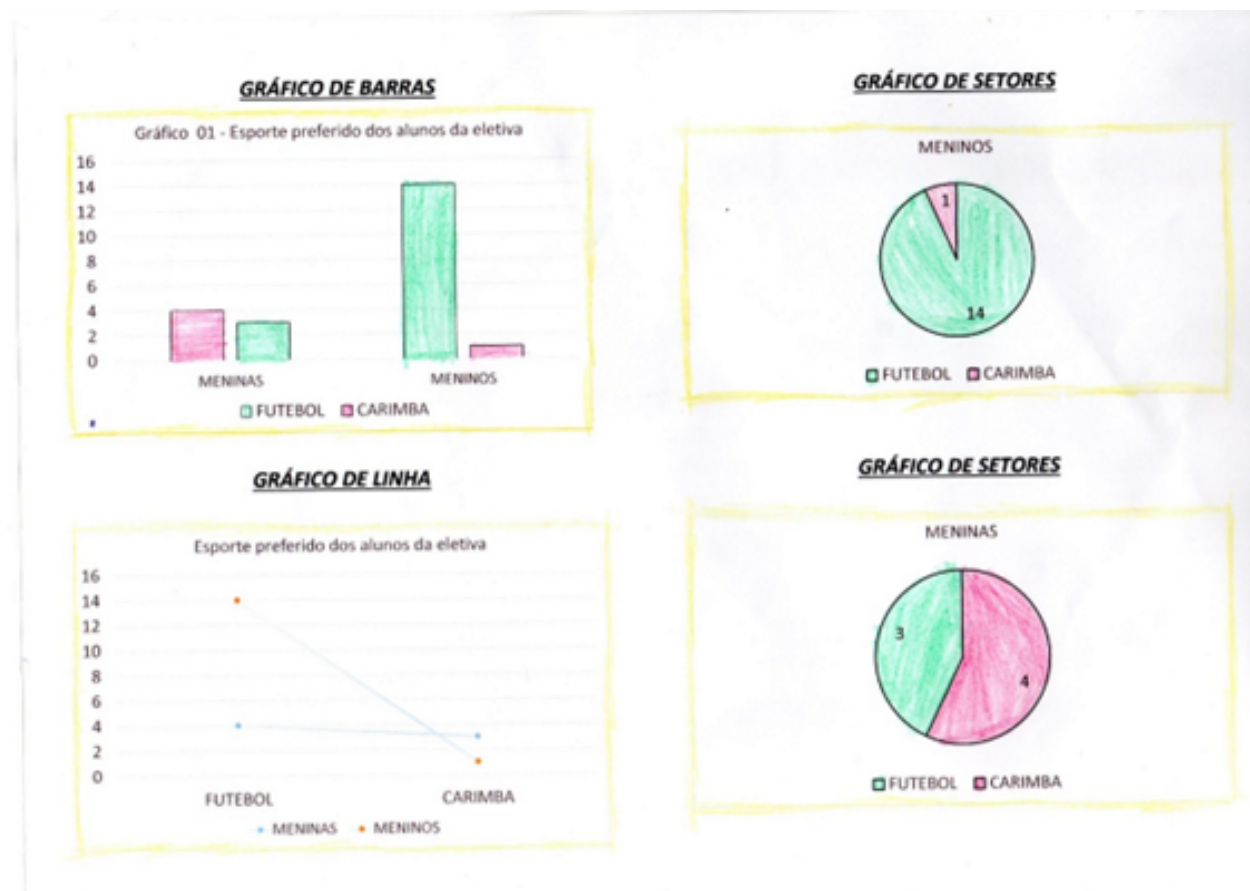
Atividade permitiu que os alunos tratassem aquela informação da tabela elaborando o gráfico como ocorreu na foto 01, permitindo assim trabalhar com o assunto de tratamento da informação que estão presentes nas matrizes de referência SAEB/SPAECE.

Utilizamos a informação da tabela 01 esporte preferido dos alunos da eletiva e elaboramos uma atividade onde além de retomar o gráfico de barras, apresentamos outras formas de gráficos como o de linha e o de setores.

Gráfico de linhas são utilizados quando se deseja trabalhar com duas ou mais informações provenientes de dados numéricos, o gráfico de linhas é composto por dois eixos, um vertical e outro horizontal. Gráfico de setores e Recomendado para visualização de informações de apenas uma categoria, os gráficos de setores (ou pizza) são representados por círculos divididos proporcionalmente de acordo com os dados da informação a ser representada (IBGE, 2023).

Nessa atividade solicitamos que os alunos colorissem com cores que diferenciasssem os meninos das meninas (gráfico de barras e linha) e os esportes preferidos (no caso do gráfico de setores).

FOTO 02 – Atividade com gráficos de barra, linha e setores realizada pelos alunos da eletiva.



Fonte: Autores, 2023.

Na atividade acima, fizemos uso dos dados da primeira aula onde construímos no Excel o gráfico de barras de dupla entrada a partir das informações da enquête sobre o esporte preferido dos alunos da eletiva e trabalhamos com outros tipos de gráficos como o de linha e de setores, ampliando o repertório dos alunos solicitando que eles colorissem diferenciando as informações apresentadas nos gráficos.

Trabalhando com croqui e a planta baixa da escola

Como sequência didática da eletiva processando dados durante o mês de maio de 2023, foram aplicadas duas atividades onde buscamos trabalhar com o descritor do SAEB D1 e SPAECE D45 Identificar a localização / movimentação de objetos em mapas, croquis e outras representações gráficas.

A sequência didática teve como propostas de atividades o desenho do percurso de casa até a escola e a caça ao tesouro fazendo uso da planta baixa da escola, onde além de trabalhar os descritores das avaliações externas, podemos favorecer o desenvolvimento do pensamento espacial que é entendido como ‘capacidade de leitura por meio de fotos, desenhos, plantas, maquetes e as mais diversas representações. Assim, os alunos desenvolvem a percepção e o domínio do espaço’. (BRASIL, 2018, p. 365).

Na atividade além de trabalhar com os descritores do SAEB 01/SPAECE 45 de Matemática do 5º ano, favorece ainda o desenvolvimento do componente curricular de Geografia dentro da unidade temática de forma de representação e pensamento espacial, objetos de conhecimento sistema de orientação presentes no 4º ano favorecendo com isso a recomposição das aprendizagens.

Trabalhando com croqui: Desenho do percurso de casa até a escola

Para essa aula fizemos uso do seguinte material: folhas de papel A4, lápis, borracha, régua, lápis de cor, canetinhas, cola e tesoura sem ponta, foi solicitado que os alunos em uma folha de papel A4, fizessem o desenho de casa até a escola, registrando os elementos naturais e artificiais da paisagem que segundo Milton Santos.

“[...] tudo aquilo que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons[...]” (SANTOS, 1988, p. 61).

Ao finalizarem o desenho solicitamos que os alunos em um ¼ da folha A4 fizessem o desenho da rosa dos ventos com os pontos cardeais e colaterais, onde colocaram no centro do desenho do croqui e deveriam responder quais elementos daquele espaço representado estava localizado nos pontos cardeais (norte, sul, leste, oeste) e nos pontos colaterais (nordeste, noroeste, sudeste e sudoeste).

Foto 03 – Fazendo o croqui do percurso de casa até a escola



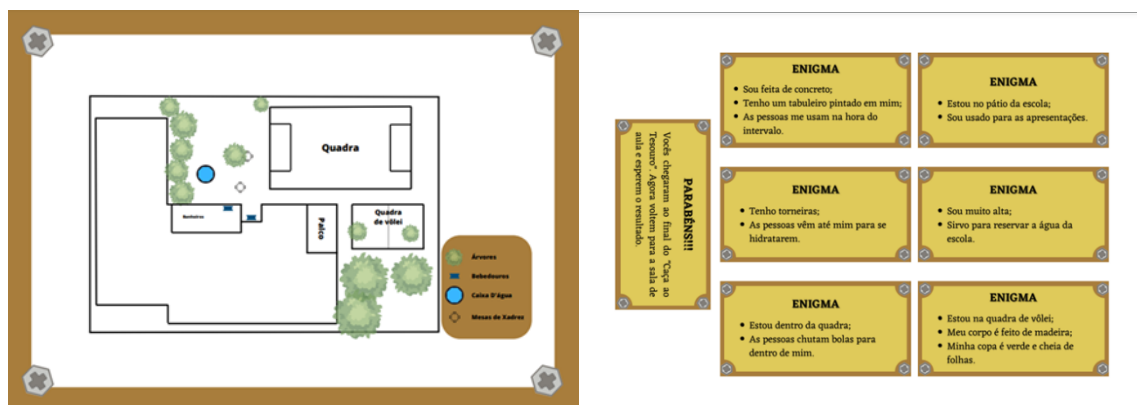
Fonte: Autores, 2023

Esse tipo de atividade permite ao aluno através do desenho feito a mão que é o caso do croqui, registrar o seu espaço de vivência importante para o desenvolvimento do pensamento espacial.

Caça ao tesouro fazendo uso da planta baixa da escola

Nessa atividade da sequência didática, tivemos a ajuda do estagiário Guilherme do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC, onde conjuntamente com os professores da eletiva elaboraram a proposta de fazer um caça ao tesouro fazendo uso da planta baixa da escola.

Figura 01 – Croqui da representação da planta baixa da EMTI Professor Joaquim Francisco de Sousa Filho



Fonte: Guilherme, 2023.

O material utilizado foi o croqui da planta baixa da escola, com os enigmas que levava de um ponto a outro da escola até chegar ao tesouro. Os alunos foram divididos em 5 grupos de 5 alunos, os grupos desciam 1 por vez e precisavam além de encontrar o ponto do enigma, marcar no croqui da planta baixa aquele espaço onde encontraram o enigma, os grupos vencedores seriam os que fizessem em menos tempo e o grupo que conseguisse marcar o ponto do enigma de forma correta no croqui, o grupo vencedor acertou os 6 pontos no croqui e realizou o percurso em 2 minutos e 11 segundos.

Considerações Finais

A leitura e interpretação de dados é de grande importância para a formação do leitor, visto que o formato visual das tabelas e gráficos se fazem presente nos mais variados tipos de textos seja impresso ou digital, aliados a perspectiva das matrizes de referência de Matemática do 5º ano das avaliações externas (SAEB e SPAECE).

Os componentes curriculares de Geografia e Matemática trabalharam de forma interdisciplinar favorecendo a recomposição das aprendizagens dos alunos, observamos através das atividades que foram desenvolvidas na produção

de gráficos, nas atividades que os alunos respondiam de forma assertiva, bem como na atividade prática de caça ao tesouro que foi um momento de aprendizado prático a partir do espaço de vivência da escola, vimos uma aprendizagem qualitativa que irá favorecer a consolidação dessas habilidades ao longo do seu percurso escolar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão**. Brasília, DF, 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

EMTI Professor Joaquim Francisco de Sousa Filho. **Projeto Político Pedagógico**. Fortaleza, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Principais tipos de gráficos para a educação básica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-recursos/20773-tipos-de-graficos-no-ensino>. Acesso em 03 mai. 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

CAPÍTULO 8

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ATUALIDADE: TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR (TOD)

Cristiane Alves dos Santos

Jane de Freitas Lopes

Laura Fernanda Ramos dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-8

Resumo: Este trabalho consiste-se em um artigo científico elaborado com finalidade de apresentar o contexto em que se insere a educação inclusiva na atualidade, tendo como principal foco o Transtorno Opositor Desafiador – TOD. O ambiente escolar é um direito de todos, para que sejam vivenciadas boas experiências é necessário que os profissionais da educação possam conhecer a particularidade de cada indivíduo e intervir de forma a contribuir com a aprendizagem do sujeito. Os objetivos desse estudo se concentram no objetivo geral conhecer o Transtorno Opositor Desafiador, refletindo sobre suas implicações nas crianças e como possibilitar a inclusão escolar. Os objetivos específicos são: conceituar o Transtorno Opositor Desafiador (TOD); apresentar os problemas de aprendizagem em decorrência do TOD; exemplificar as dificuldades encontradas pelos docentes ao lidar com alunos com TOD e destacar os desafios e possibilidades da promoção de um processo inclusivo a todos os estudantes. Para isso, apoia-se na metodologia bibliográfica para alcançar essas metas, bem como expor as possibilidades que podem ser desenvolvidas para a consolidação de um processo de educação inclusiva de qualidade.

Palavras-chave: Transtorno Opositor Desafiador. Educação Inclusiva. Capacitação.

Introdução

O Transtorno Opositor Desafiador (TOD) consiste-se em um distúrbio comportamental que afeta crianças e adolescentes, caracterizado por um padrão persistente de comportamento hostil, desafiador, desobediente e frequentemente irritável em relação a figuras de autoridade, como pais e professores. Os comportamentos de crianças com TOD desafiam normas sociais e podem prejudicar própria vida escolar, familiar e social.

Os distúrbios comportamentais em razão do TOD representam algumas dificuldades significativas para docentes, pais e profissionais de saúde no ambiente escolar. É sabido que cada vez mais crianças têm sido diagnosticadas com TOD, o que reforça a necessidade de compreensão e abordagens eficazes para a inclusão escolar, tornando-se cada vez mais urgente.

A construção desse trabalho se baseia em alcançar finalidades geral e específicas, sendo o objetivo geral desse estudo conhecer o Transtorno Opositor Desafiador, refletindo sobre suas implicações nas crianças e como possibilitar a inclusão escolar. Os objetivos específicos são: conceituar o Transtorno Opositor Desafiador (TOD); apresentar os problemas de aprendizagem em decorrência do TOD; exemplificar as dificuldades encontradas pelos docentes ao lidar com alunos com TOD e destacar os desafios e possibilidades da promoção de um processo inclusivo a todos os estudantes

Nesse contexto, este artigo aborda o Transtorno Opositor Desafiador no ambiente escolar, por meio da exploração das características do TOD, as implicações para o ensino e a aprendizagem, e a capacitação profissional para atender essa demanda. Por meio disso, foram buscadas estratégias e melhores práticas para a inclusão de crianças com TOD, visando criar um ambiente educacional que seja positivo, eficaz e inclusivo para todos os alunos. Cabe ressaltar que à medida que há maior compreensão do TOD, é imprescindível que as

abordagens educacionais evoluam para atender às necessidades dessas crianças, oferecendo oportunidades igualitárias para o desenvolvimento acadêmico, profissional e social.

Conceito do TOD e suas Implicações no Ambiente Escolar

A educação inclusiva é um conceito de extrema importância que é defendido na atualidade, já presente no ambiente escolar, se encarrega de possibilitar a todos os indivíduos as condições necessárias para desenvolver-se no processo de ensino e aprendizagem, independentemente de suas condições. As crianças com TOD são alvos desse conceito, haja visto que há necessidade de ferramentas e recursos específicos para o atendimento desses sujeitos.

Souza (2020), defende que o desenvolvimento adequado da criança com TOD ocorre por meio de um diagnóstico ainda na infância, considerando “o tratamento adequado, seja auxiliado em sua formação, habilidades, adaptações, emoções, socialização, na compreensão de si e dos outros” (SOUZA, 2020, n. p.). De forma geral, as crianças com TOD apresentam comportamento desafiador; comportamento irritável; vingança; teimosia; dificuldade em lidar com frustrações e comportamento impulsivo.

Considerando seu conceito, para o DSM – IV – TR o TOD caracteriza-se enquanto:

Perder a calma; discutir com adultos; negar-se a obedecer aos pedidos ou regras dos adultos; fazer coisas que incomodem, gratuitamente, os outros; culpar os outros por seus erros ou comportamentos inadequados; ser suscetível à irritação; ficar enraivecido e ressentido; ser rancoroso e vingativo (DSM- IVTR, 2000).

A inclusão de crianças com TOD no ambiente escolar é um direito fundamental para garantir que esses indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades de aprendizado, de igual maneira as demais crianças. O processo de educação inclusiva pode ser consistido em um grande desa-

fio devido às características desse transtorno. alguns dos desafios enfrentados incluem:

- Comportamento desafiador e oposição: crianças com TOD frequentemente desafiam regras, questionam autoridade e se recusam a cumprir instruções, comportamentos desse modo podem criar conflitos constantes com pais, professores e colegas.
- Irritabilidade e agressividade: elas tendem a ficar facilmente irritadas e podem reagir com raiva a situações cotidianas. a agressividade verbal ou física também é comum.
- Teimosia e resistência: crianças com TOD muitas vezes são teimosas e têm dificuldade em aceitar a culpa ou reconhecer seus erros.
- Impacto nas relações sociais: esses tipos de comportamentos podem prejudicar as relações com colegas, tornando a interação social desafiadora.

Dessa maneira, cabe à escola a responsabilidade, de todos pedagogicamente, a possibilidade de identificar precocemente os sintomas e encaminhar o estudante para uma avaliação médica. E nesse caso, não só o professor, mas toda a equipe pedagógica da escola exerce funções importantíssimas no diagnóstico e tratamento desse transtorno. No entanto, precisam estar bem-informados e querer participar do tratamento apoiando as crianças, os pais e assumindo a responsabilidade que cabe a cada um em prol do bem-estar e inclusão. Por conseguinte, observa-se uma linha tênue entre esta disfunção e a insolência, essa dicotomia se faz relevante para que se busque estratégias no ambiente escolar que possibilite diferenciá-las, deste modo se torna possível direcionar intervenções pontuais para melhor atender o alunado em suas necessidades educacionais especiais (SOUZA, 2020, n. p.).

Alguns aspectos facilitam a observação dos docentes para a consolidação da suspeita do TOD, sendo ilustrados pelo instituto neuro saber, a diferença entre o transtorno e as comuns birras da infância.

Imagem 1 - Como saber se a criança tem TOD ou se é apenas imatura?



	BIRRAS TÍPICAS	COMPORTAMENTO OPOSITOR
IDADE E DURAÇÃO	8 meses a 4 anos	Persiste além dos 4 anos
TEMPO E FATORES REDUTORES	Auto-limitado; reduz com o tempo e ação dos pais	Persistência ao longo da infância e adolescência; não reduz facilmente
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	Normal	Pode ter atraso de desenvolvimento e dificuldades de socialização e comunicação
SOCIALIZAÇÃO COM PARES E CUIDADORES	Normal	Difícil, irritadiça, agressiva, centralizadora e problemas com outras crianças
PROBLEMAS DE SONO E COMPORTAMENTO	Ausentes	Comuns e muito presentes
HISTÓRIA FAMILIAR DE TRANSTORNOS	Ausentes	Comuns e muito presentes

Fonte: Instituto Neuro Saber (2020)

No ambiente escolar, é importante que os docentes estejam cientes e saibam diferenciar o TOD das comuns crises infantis, certamente por determinada constância dos sintomas descritos. Para tanto, reforça-se a necessidade de capacitação profissional para atender tais demandas e contribuir com a inclusão do TOD no ambiente escolar.

Capacitação Profissional para o TOD: Desafios e Possibilidades

Os professores da atualidade têm passado por constantes desafios no que se refere a educação inclusiva, há cobranças por parte de toda a sociedade para a capacitação profissional dos docentes para atender todas as demandas, enquanto a maioria das salas de aula encontram-se lotadas, recursos insuficientes

e problemas de variados segmentos, envolvendo o processo de ensino e aprendizagem.

Com relação aos alunos com TOD, a maioria dos professores tem encontrado bastante dificuldades em lidar com esses sujeitos, haja visto que essas crianças tendem a impor-se sobre a autoridade dos docentes, o que colabora para possíveis transtornos em sala de aula, por vezes prejudicando todos os indivíduos.

A criança com TOD frequentemente “discute com professores e colegas; recusa-se a trabalhar em grupo; não aceita ordens; não realiza deveres escolares; não aceita críticas; desafia autoridade de professores e coordenadores; deseja tudo ao seu modo” (TEXEIRA, 2014, p. 25).

De forma geral, as crianças da atualidade têm apresentado resistência para desenvolver respeito com figuras de autoridade, fator que exige a capacitação necessária do docente para uma possível investigação do TOD.

A criança hoje, não é mais um ser passivo como antigamente, ela possui um papel ativo na sociedade e no seu desenvolvimento. E junto com essa evolução vieram acompanhados os problemas. No ambiente escolar, a desobediência tem sido um problema altamente perturbador, que tem dificultado no aprendizado do aluno e nas suas relações interpessoais. Crianças desobedientes, que apresentam comportamentos negativistas e agressivos, que não aceitam regras, que não conseguem lidar com as suas frustrações e estão a todo o momento desafiando os professores tem se tornado cada vez mais comum nas salas de aula (SANTOS; GONZAGA FILHO, 2018, p. 4).

O TOD quando não tratado pode contribuir de maneira negativa para o processo de ensino e aprendizagem, considerando a própria criança e os indivíduos que a cercam. Nesse contexto, alguns pontos são importantes a ser destacados, sendo eles:

- Comportamento perturbador na sala de aula: crianças com TOD podem interromper as aulas, desafiar professores e criar um ambiente de aprendizado perturbador.

- Dificuldades de relacionamento: a agressividade e a teimosia podem dificultar o estabelecimento de relações positivas com colegas e professores.
- Impacto na aprendizagem: o comportamento desafiador pode prejudicar o foco e a concentração, afetando negativamente o desempenho acadêmico.
- Estigmatização e isolamento: as crianças com TOD podem ser estigmatizadas pelos colegas, o que pode levar ao isolamento social.

O comportamento do docente ao lidar com a criança com TOD é um fator extremamente importante, devendo estar disposto a ajudar e manter a calma diante de possíveis crises. Por meio da capacitação profissional o professor poderá auxiliar de forma positiva nesse processo, pois, se o docente tiver sabedoria e calma “diante das provocações e imposições da criança, e mostrar ao aluno que ele está ali só para ajudar, aos poucos ele irá conquistando a confiança do aluno, fazendo com que a criança aceite melhor as regras impostas a ele” (MENDES, 2022, p. 4).

É notável que os alunos que possuem TOD apresentam determinada resistência a um comportamento positivo com os colegas, tendo resistência a entregar as atividades propostas ou socializar os conteúdos apresentados em sala de aula. Em razão de tais aspectos, os indivíduos com TOD são fortes candidatos a reprovação e abandono escolar.

O aluno com TOD normalmente não aceita respeitar as regras e ordens impostas pelo educador, apresentando, em certos casos, surtos de agressividade ao serem confrontados. Os picos de raiva são uma das maiores preocupações que se manifestam no transtorno. Esses surtos duram de 15 a 40 minutos e podem ser iniciados por diversos motivos: ao ser contrariado, ao se sentir ridicularizado, ao ter sua atenção cobrada etc. Os alunos com TOD tendem a ser crianças dispersas, que se opõem às regras e que dificilmente acompanham as atividades da rotina escolar: A criança ou adolescente que apresenta tais comportamentos pode ter um grande prejuízo na vida escolar, no meio familiar e social (MENDES, 2022, p. 5).

Compreendendo a enorme quantidade de desafios que os docentes naturalmente já enfrentam no ambiente escolar, é necessário que estejam preparados para lidar com as crianças que possuem TOD, estabelecendo uma boa

comunicação e afetividade. Conforme Mendes (2022, p. 5), “o professor pode tentar compreender a situação e estabelecer o controle sobre o aluno e, para controlar determinadas situações, o profissional poderia tentar identificar quais são as maiores dificuldades manifestadas pela criança”.

Saber lidar com as crianças com TOD, compreendendo o tempo e espaço delas é uma tarefa importante e ao mesmo tempo desafiadora para os docentes, uma vez que há os demais alunos nesse processo. Entre outros aspectos, alguns pontos podem ser destacados para o exercício da capacitação profissional para o TOD, se consistindo em:

- **Avaliação Individualizada:** Cada criança com TOD é única, portanto, é essencial realizar uma avaliação individualizada de suas necessidades, pontos fortes e desafios.

- **Plano de Educação Individual (PEI):** Desenvolver um PEI é fundamental para adaptar o currículo e as estratégias de ensino às necessidades específicas da criança.

- **Apoio de Profissionais:** a presença de psicólogos escolares, terapeutas ocupacionais e outros profissionais de saúde mental na escola pode ser benéfica para oferecer suporte adicional às crianças com TOD.

- **Treinamento de Professores:** professores precisam de treinamento especializado para entender e gerenciar o comportamento desafiador das crianças com TOD.

- **Estratégias de Gerenciamento de Comportamento:** implementar estratégias de gerenciamento de comportamento, como reforço positivo e consequências claras para o comportamento inadequado, pode ser eficaz.

- **Comunicação Aberta:** manter uma comunicação aberta entre professores, pais e profissionais de saúde é essencial para garantir que todos estejam alinhados na abordagem de apoio à criança.

- Ambiente de Sala de Aula Positivo: criar um ambiente de sala de aula positivo com regras claras, rotinas consistentes e apoio emocional é fundamental.

A formação de parcerias entre os docentes, demais profissionais da educação, família, bem como os profissionais de saúde, consiste-se em um elemento primordial que contribui com a escolarização das crianças com TOD, colaborando para o sucesso de seu processo de ensino e aprendizagem. Essa parceria colabora com “os instrumentos necessários, inclusive para os educadores, para que sejam formuladas ações estratégicas para reversão do quadro e, assim, evitar que se transforme em um problema de conduta mais sério” (SILVA; HERCULIAN, 2020, p. 14).

É importante apontar que cabe as instituições de ensino a disposição de formações continuadas, rodas de conversa, encontros e seminários para debater os processos de inclusão dos alunos com TOD, para que assim os educadores possam montar uma rede de apoio e se auxiliem diante dessas adversidades. Cabe chamar a atenção para que os governos coloquem em suas metas planos de ação que capacitem os docentes para a educação inclusiva, tanto das crianças com TOD, como para as demais, construindo assim uma educação para todos.

Conclusão

A inclusão de crianças com Transtorno Opositor Desafiador (TOD), no ambiente escolar é um desafio, mas é um passo importante para garantir que essas crianças tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades de aprendizado. As crianças com TOD apresentam dificuldades expressivas no ambiente escolar, haja visto que a contrariedade é um fator que desencadeia crises e colabora com a ocorrência de transtornos aos docentes e colegas, já que a socialização desse indivíduo com os pares tende a ser insuficiente.

Por meio de um processo envolvendo a avaliação individualizada, estratégias de gerenciamento de comportamento e apoio adequado, é possível criar um ambiente inclusivo onde essas crianças possam se desenvolver academicamente e socialmente, o que motivou a construção desse trabalho. Nesse contexto, a colaboração entre pais, professores e profissionais de saúde é essencial para o sucesso da inclusão escolar.

É importante ressaltar que a capacitação profissional desempenha um papel extremamente importante no que se refere a melhoria da qualidade de vida das crianças com Transtorno Opositor Desafiador. Embora os desafios sejam reais, as possibilidades de impacto positivo são igualmente significativas. É fundamental que educadores, profissionais de saúde e cuidadores tenham acesso a treinamento de qualidade para lidar com o TOD e fornecer o apoio necessário às crianças afetadas. A capacitação não só melhora a vida das crianças com TOD, mas também contribui para a construção de sociedades mais inclusivas e compreensivas.

Referências

APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

INSTITUTO NEURO SABER. **Como saber se a criança tem TOD ou se é apenas imatura?** Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/como-saber-se-a-crianca-tem-tod-ou-se-e-apenas-imatura/> Acesso em 10 set. 2023.

MENDES, Larissa Calixto. **Os desafios e práticas pedagógicas do professor em sala de aula com uma criança com transtorno opositor desafiador**. Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2022.

NUNES, Kelly Machado. **Transtorno Opositivo Desafiador: professor e instituição escolar unidos na superação do TOD no ensino de crianças da pré-escola - 4 e 5 anos.** Monografias Brasil Escola, 2019. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/transtorno-opositivo-desafiador-professor-e-instituicao-escolar-unidos-na-superacao-do-tod-no-ensino-de-criancas-da-pre-escola-4-e-5-anos.htm> Acesso em 10 set. 2023.

RIBEIRO, Maiara. **TOD: entenda o que é o transtorno opositor desafiador.** 2023. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/pediatria/tod-entenda-o-que-e-o-transtorno-opositor-desafiador/> Acesso em 10 set. 2023.

SANTOS, Leisle Maclene Santos; GONZAGA FILHO, Milton. **Transtorno Desafiador Opositivo: A Agressividade no Ambiente Escolar.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 02, Vol. 03, pp. 101-119, fevereiro 2018.

SILVA, Suelen Fernandes da; HERCULIAN, Camila S. C. A. de M. **Transtorno opositor desafiador (TOD) no ambiente escolar.** Trilhas Pedagógicas – Edição Especial: Fatece, 2020.

SOUZA, Edilania Lopes de. **Educação inclusiva: o reforço positivo como estratégia para alunos com transtorno opositivo desafiador.** Monografias Brasil Escola, 2020. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-inclusiva-o-reforco-positivo-como-estrategia-para-alunos-com-transtorno-opositivo-desafiador.htm> Acesso em 10 set. 2023.

TEIXEIRA, G. **O Reizinho da Casa: manual para pais de crianças positivas, desafiadoras e desobedientes.** Rio de Janeiro: Best Seller. 2014.

CAPÍTULO 9

AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPACTOS POSITIVOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Darcilene Nery Piaui

Rosália Rosa de Carvalho

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-9

Introdução

Este artigo tem como objetivo promover uma compreensão mais aprofundada dos aspectos essenciais relacionados à expressão da afetividade no contexto escolar e sua aplicação no processo de ensino e aprendizado na Educação Infantil. Nessa perspectiva, propõe-se uma análise embasada científica, respaldada por uma extensa pesquisa bibliográfica, utilizando artigos, projetos e monografias já publicados que oferecem uma ampla gama de informações pertinentes.

Ao explorar essa temática sob uma abordagem holística, se consegue discernir as vantagens e desvantagens das relações de proximidade e, posteriormente, o estabelecimento de vínculos afetivos na Educação Infantil, abarcando docentes e alunos. Sob essa análise, centra-se nas contribuições da afetividade como uma ferramenta pedagógica e ressalta a importância de explorar essa

ferramenta de maneira abrangente. Nesse contexto, é evidente que atualmente existe uma quantidade significativa de trabalhos e artigos publicados que enfatizam as contribuições que a afetividade em sala de aula traz para o aprimoramento do processo educacional.

O ambiente escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de relações interpessoais, sendo o local onde muitas amizades duradouras são forjadas. Nesse contexto, a afetividade é reconhecida como um componente vital, tanto para a socialização quanto para o processo de aprendizagem. Ela atua como um elo indispensável na transmissão de conhecimento para os indivíduos em idade escolar. Portanto, o conhecimento transmitido em sala de aula e a afetividade estão intrinsecamente ligados no processo educacional, justificando seu destaque frequente em discussões no ambiente escolar e em estudos reflexivos sobre o assunto.

Reflexões Sobre a Afetividade e o Processo de Ensino e Aprendizagem

A Educação Infantil desempenha um papel significativo na vida dos indivíduos na sociedade brasileira, representando uma etapa indiscutivelmente importante da Educação Básica. Em média, cada aluno dedica cerca de 11 anos de sua vida ao ambiente escolar, tornando essa fase fundamental para o cultivo de competências e habilidades essenciais que se desenvolvem durante o percurso escolar. A Educação Infantil, que se encerra antes dos 5 anos de idade, é um momento indispensável na vida da criança, estimulando ativamente suas capacidades criativas por meio de diversas abordagens pedagógicas que visam promover tanto o desenvolvimento físico quanto o cognitivo.

A Educação Infantil consiste-se em período de aprendizado e crescimento desempenha um papel fundamental na formação dos alunos como indivíduos pensantes, além de fomentar suas habilidades de criação. As dimensões da

abstração e cognição estão intrinsecamente ligadas aos aspectos emocionais e sociais que a criança desenvolve ao longo de seu percurso. Conforme Freire (1987) observou, a educação deve ser concebida como um meio de humanizar as pessoas, pois representa uma forma de intervenção no mundo e na formação de indivíduos conscientes.

Parte superior do formulário

O ambiente é fundamental na constituição dos sujeitos, por ser um mediador cultural tanto da gênese como da formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, numa fonte de experiência e aprendizagem (BARBOSA, 2006, p.121).

É possível notar o nível de exposição a uma gama enorme de aprendizado possui influência direta na qualidade e velocidade do processo de desenvolvimento dos alunos em idade escolar. A Educação Infantil revela isto, quando se percebe que os alunos se comportam como esponjas, absorvendo o que lhes é exposto. Vygotski (1984) defende que o processo de aprendizado vai muito além, com o autor haja visto que:

O desenvolvimento também está inserido nas práticas culturais e educativas, ambas levam consigo o processo de aprendizagem e as experiências dos sujeitos. buscou interpretar e ter como objeto de investigação do desenvolvimento a área da espécie, dos grupos culturais e dos indivíduos, em seus estudos fez algumas reflexões sobre vários aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento. Aprendizagem e desenvolvimento estão relacionados, pois a criança desde o ventre da mãe carrega consigo formas de aprendizado que serão desenvolvidas pelo social. (VYGOTSKI, 1984, p.34)

O processo de aprendizagem tem sido alvo de extensas pesquisas, especialmente no âmbito das metodologias ativas. Nesse contexto, torna-se claro que o aspecto lúdico desempenha um papel essencial no desenvolvimento de um indivíduo, oferecendo experiências únicas na vida da criança. De acordo com Almeida (2008), o caráter lúdico assume uma posição de destaque como uma ferramenta educacional de considerável importância, contribuindo de maneira significativa para o progresso social, físico e situacional dos alunos.

Além disso, ele promove a interação social e o cultivo de relações afetivas entre os educandos.

A educação lúdica, além de contribuir e influenciar na formação da criança e do adolescente, possibilitando um crescimento, sadio, um enriquecimento permanente, integra-se ao mais alto espírito de uma prática democrática, enquanto investe em uma produção séria de conhecimento. Sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio (ALMEIDA, 2008, p. 57).

Partindo de uma análise do modo de pensar dos autores que enfatizam a importância de uma boa interação no ambiente escolar, fica claro que o professor deve buscar novas metodologias capazes de levar os alunos a uma socialização, com os educadores realizando as suas atividades baseadas em ferramentas pedagógicas como o lúdico, o qual se apresenta como uma das melhores metodologias quando se trata de levar os alunos desenvolvem melhor as suas potencialidades individuais.

Ao examinar as perspectivas de autores que destacam a relevância de uma interação eficaz no ambiente escolar, torna-se evidente que os educadores devem procurar abordagens pedagógicas inovadoras que estimulem a socialização dos alunos. Para alcançar esse objetivo, os educadores devem basear suas práticas em ferramentas pedagógicas, como o uso do lúdico, que se destaca como uma das abordagens mais eficazes para promover o desenvolvimento das habilidades individuais dos alunos.

Ao buscar uma maior interação afetiva por meio de métodos lúdicos, os professores aproveitam uma série de benefícios, especialmente no que diz respeito ao processo de socialização, no qual essa abordagem exerce uma influência significativa. A realização de atividades simples, que já são familiares para a maioria dos alunos, facilita o engajamento social e ajuda a mitigar qualquer inibição que os alunos mais tímidos possam sentir em relação às atividades propostas, promovendo, assim, a interação com seus colegas.

O lúdico exerce um fascínio muito grande, uma vez que é inerente ao ser humano. E o que é melhor, sua parte alegre reporta-se aos momentos em que ele está feliz. O lúdico pode ser manifestar através de atos que podem ser de estratégia, quando falamos de jogos; de imaginação, quando falamos em histórias; e dramatização ou construção, quando falamos em artesanato. (MOÇO, 2010, p. 62).

À medida que a socialização avança, seja por meio de brincadeiras, canções ou jogos, a interação entre os alunos ocorre de forma natural, permitindo a troca de experiências e, conseqüentemente, o aprofundamento das relações interpessoais. Almeida (2008, p. 18) destaca que o «lúdico deve ocupar uma posição de destaque no processo educacional nas escolas brasileiras, dadas as significativas contribuições que oferece para a formação do indivíduo».

Assim, torna-se evidente a importância da presença de relações interpessoais no ambiente escolar, uma vez que estas favorecem o processo de ensino ao criar um ambiente agradável na sala de aula para todos os envolvidos, onde o conhecimento pode ser transmitido de forma mais eficaz e sem interferências. Nesse contexto de interação e afetividade, o professor assume um papel central como facilitador do processo de ensino e aprendizagem. O docente é capaz de despertar a curiosidade e o desejo por mais conhecimento nos alunos, bem como incentivar a participação em atividades que promovem a interação com os colegas.

A afetividade é um cuidado, um carinho ou uma atenção, não seria muito mais que isso, graças à afetividade os alunos estão conseguindo ter mais sucesso na vida escolar e ajudando também na vida pessoal, pois tem um valor significativo na construção do conhecimento, assim fazendo com que a criança tenha uma relação harmônica e confiável com o professor, desenvolvendo assim, sentimentos que facilitam a interação com os outros. (SANTOS; PORTELA, 2015, p. 3).

Diante a capacidade de proporcionar experiências únicas no percurso educacional dos alunos, vários autores sustentam que, antes de se concentrar no desenvolvimento intelectual por meio das disciplinas presentes na grade curricular da Educação Infantil brasileira, é fundamental que a criança desenvolva a sua afetividade. Isso ocorre porque emoções, como o afeto, estão intrinsecamente ligadas à sua formação como indivíduo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998), a afetividade pode ser definida como a capacidade do indivíduo de ser afetado pelas relações que estabelece com as pessoas ao seu redor. Quando aplicamos essa ideia ao contexto escolar, torna-se evidente que a afetividade desempenha um papel crucial no desenvolvimento educacional dos alunos. A afetividade abrange “motivações, autoestima, sensibilidade e a adaptação de atitudes nas interações sociais, estando associada à valorização dos resultados do trabalho e das atividades realizadas. Esses fatores ajudam o aluno a compreender a si mesmo e aos outros” (BRASIL, 1998, p. 47).

A afetividade estimula o desenvolvimento do saber e da autonomia, por meio das relações que a criança estabelece com o meio e, por isso, ela deve ser respeitada e amada em seu ambiente escolar, pois em seu processo de aprendizagem ela começa a expressar seus sentimentos e emoções, e dessa forma consegue se desenvolver integralmente. Neste sentido, a afetividade deve ser um vínculo entre professor e aluno, cujo objetivo principal é estabelecer uma boa relação para que se obtenham bons resultados nos processos de ensino e aprendizagem. (SANTOS; BONDI, 2018, p. 02)

Sob essa perspectiva, torna-se claro que o processo de desenvolvimento da afetividade no ambiente escolar não ocorre de maneira uniforme. Isso é evidenciado pela dificuldade enfrentada por muitos professores em estabelecer uma comunicação eficaz com os alunos, muitas vezes restringindo-se a uma relação aluno-professor. Conforme observado por Pereira (2017, p.16), “muitos professores ainda hesitam em permitir uma proximidade afetiva tão grande com os alunos”.

Uma análise aprofundada revela que a falta de afetividade entre professor e aluno em algumas escolas é resultado de métodos de ensino tradicionais que foram praticados por décadas no contexto educacional brasileiro. Nessas metodologias tradicionais, a função do professor se limita à transmissão de conhecimento, com os alunos desempenhando o papel de meros receptores de informações, sem a promoção da afetividade entre eles. Embora alguns professores ainda optem por métodos tradicionais, mantendo certa distância

emocional de seus alunos, a maioria reconhece a importância de manter um grau de afetividade no ambiente escolar, pois a afetividade não se limita à promoção de sentimentos entre indivíduos.

Estudos mostram que as relações entre o professor, o conteúdo escolar e o aluno são profundamente marcados pela afetividade, podendo gerar impactos de aproximação ou distanciamento entre o aluno e o conteúdo. Em alguma época da escolaridade de cada um, tivemos um professor autoritário, com uma aula conteudista, não havia dinâmica nem ludicidade, não havia diálogos, apenas o professor repassando conteúdo dos livros didáticos e os alunos recebendo tamanha informação sem ao menos estar inseridos em alguma realidade na vivência de cada um, isso faz com que não se promova o desenvolvimento do pensamento crítico na criança (GOMES et al, 2018, p. 08).

Ao examinar os métodos tradicionais de ensino, torna-se evidente que eles têm demonstrado uma eficácia limitada, especialmente no que se refere ao estabelecimento de relações afetivas. Essa lacuna no processo educacional tem um impacto direto sobre o aprendizado dos estudantes. Nessa perspectiva, fica claro que o desenvolvimento de relações afetivas desempenha um papel significativo no processo de ensino, criando um ambiente agradável e propício para a construção de experiências enriquecedoras.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), oferece uma série de orientações sobre a importância do estabelecimento de relações afetivas no contexto escolar. Ela afirma que os benefícios decorrentes de uma afetividade saudável entre professores e alunos vão muito além do aprimoramento do desempenho dos estudantes no que diz respeito ao conteúdo acadêmico. Esses benefícios contribuem diretamente para o desenvolvimento integral dos indivíduos. De acordo com a visão delineada na BNCC, “a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, abrangendo dimensões intelectuais, físicas, afetivas, sociais, éticas, morais e simbólicas” (BRASIL, 2017, p.16). Parte superior do formulário Nessa mesma perspectiva, Silva, et al, (2013) afirma que:

Estudos mostram que as relações entre o professor, o conteúdo escolar e o aluno são profundamente marcados pela afetividade, podendo gerar impactos de aproximação ou distanciamento entre o aluno e o conteúdo. Todas as atividades planejadas e desenvolvidas pelo professor possuem influências na afetividade e na aprendizagem dos alunos. A maneira que o professor apresenta o conteúdo em sua sala de aula pode afetar cada aluno de uma maneira particular, repercutindo de diversas formas na sua aprendizagem. Os mesmos esquecem-se da afetividade e muitas vezes se preocupam apenas com o conteúdo e com as metodologias, podendo criar marcas profundas (SILVA, et al, 2013, p.01).

A natureza do aprendizado escolar requer a existência de uma relação próxima, seja entre o instrutor e os alunos ou entre os próprios alunos, a fim de garantir uma troca efetiva de conhecimentos e, assim, possibilitar uma aprendizagem significativa. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “Os conhecimentos construídos ao longo da trajetória pessoal e educativa desempenham um papel fundamental nas expectativas que o aluno nutre em relação à escola, ao professor e a si mesmo. Eles influenciam suas motivações, interesses, autoimagem e autoestima” (BRASIL, 1998, p. 38).

O processo educacional no ambiente escolar deve ser tanto envolvente quanto desafiador para os alunos. Deve conduzi-los, por meio da afetividade, a estabelecer parcerias que visam a busca de respostas para os desafios presentes no conteúdo acadêmico e na vida fora da sala de aula. Torna-se evidente que todas as relações de compartilhamento de conhecimento são moldadas pelo nível de afetividade entre as partes envolvidas, uma vez que a afetividade proporciona uma experiência inovadora no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse cenário, a mudança de postura de muitos educadores em relação à afetividade em sala de aula está diretamente relacionada às contribuições que o afeto tem fornecido ao processo educacional, exercendo uma influência significativa sobre os estímulos recebidos pelos alunos em relação ao conhecimento ministrado. Uma vez que a afetividade tem o poder de aprimorar a interação entre os indivíduos, é evidente a importância dos vínculos entre

professores e alunos no contexto educacional. Nesse sentido, a habilidade de construir valores e estabelecer novas amizades, promovida pela afetividade, vai além dos limites da sala de aula. Essa ferramenta auxilia os alunos na aquisição de conhecimento e, em última análise, prepara-os para a vida em sociedade, destacando a importância da interação social na construção de uma comunidade coerente.

Conclusão

Ao concluir este projeto e considerando as perspectivas discutidas ao longo de sua elaboração, torna-se evidente que a presença da afetividade no contexto educacional, sobretudo na Educação Infantil, oferece uma série de contribuições positivas à medida que os envolvidos interagem entre si, criando um ambiente propício para a aquisição de novas experiências.

Nessa visão, a escola se transforma em um espaço fascinante, onde a criança tem a oportunidade de interagir com seus colegas e com outros indivíduos, como professores e auxiliares no processo educacional. Isso permite que ela aprenda e se divirta ao mesmo tempo. É importante destacar que os educadores devem alicerçar suas práticas pedagógicas em princípios educacionais previamente estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a fim de evitar interferências e garantir a eficácia do processo de aprendizagem.

Portanto, é claro que a afetividade deve ser um componente presente em todas as salas de aula, promovendo a interação social e oferecendo aos alunos a oportunidade de adquirir conhecimento de forma autônoma, desenvolvendo habilidades e competências que os prepararão para uma participação plena na sociedade. Sob essa perspectiva, os professores devem buscar estratégias que fomentem uma melhor interação entre os alunos, incentivando a socialização e o autoconhecimento, o que, por sua vez, elevará o nível de envolvimento dos alunos na escola e, conseqüentemente, resultará em uma melhoria significativa na qualidade da educação.

Referências

ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo, SP: Loyola, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://base-nacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em 13 out. 2023.

GOMES, Eliane Reis; et al. **A Importância da Afetividade no Desenvolvimento da Criança na Educação Infantil**. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/a-importancia-da-afetividade-no-desenvolvimento-da-crianca-na-educacao-infantil.pdf> Acesso em 13 out. 2023.

MIRANDA, Daniele Bezerra. **A Relação de Afeto Professor-Aluno na educação Infantil como Facilitador do Aprendizado**. Universidade de Brasília, 2013.

MOÇO, Anderson. **Quanto coisa eles aprendem! Nova escola**. Ed. Moderna, n° XXV, Brasília, 2010.

PERREIRA, Patrícia. **A força e a importância do vínculo entre professor e criança** Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2017/09/19/forca-e-importancia-do-vinculo-entre-professor-e-crianca/> Acesso em 13 out. 2023.

SANTOS, Gabriela Gomes; PORTELA, Michele Fontenele. **A Afetividade como facilitadora da aprendizagem**. Faculdade Promove de Brasília, 2015.

SANTOS, Ana Caroline Pereira dos; BONDI, Kerly. **A importância da afetividade no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança inserida na Educação Infantil**. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/a-importancia-da-afetividade-no-processo-de-aprendizagem-e-desenvolvimento-da-crianca-inserida-na-educacao-infantil.pdf> Acesso em 15 out. 2023.

SILVA, Maria Inez Alves Nascimento e; et al. **A importância da afetividade no processo ensino aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 18, N° 186, Noviembre de 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Martins Fontes, São Paulo, 1984.

CAPÍTULO 10

A RELEVÂNCIA ENTRE ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO DO 1^a, 2^a E 3^a ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA REDE MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT

Edilene Pereira de Azevedo Lizzi

Michele Sousa Santana

Gleice Kelly Sousa da Costa

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-B

Introdução

O presente Artigo buscou proporcionar algumas reflexões no campo da Alfabetização e Letramento nos Anos Iniciais do, 2^a e 3^a ano do Ensino Fundamental onde verificou-se, as práticas pedagógicas enquanto elemento de transformação e aprendizagem dos alunos na referida etapa de ensino. A alfabetização e letramento busca fazer com que o aluno compreenda o processo de ler e escrever no tempo certo, sendo que a criança mesmo antes de ir à escola já traz consigo uma bagagem de aprendizado, suas características e suas peculiaridade. Consequentemente a criança poderá aprender a ler e escrever com

sua própria experiência, com seu interesse, e com um texto que relacione suas experiências e sua convivência.

Nesta pesquisa teve a participação de professores que atuam efetivamente no ciclo de alfabetização de uma Instituição de ensino da rede municipal de Barra do Garças- MT, buscando saber os seus desempenhos com a educação dos alunos. Os dados desta pesquisa constituíram-se das respostas dos professores e coordenador pedagógico.

De acordo com Gil (1995), a pesquisa é uma atividade voltada para solução de problemas teóricos ou práticos utilizando processos científicos. É realizada quando se tem um problema e não há informações para solucioná-lo e, por isso, é desenvolvida mediante os conhecimentos disponíveis e utilização de métodos e técnicas de investigação científica.

O trabalho inclui também, o levantamento bibliográfico, o qual envolveu a educação num sentido mais amplo, bem como o ensino, a aprendizagem e as Bases Legais que norteiam o Programa de Alfabetização na Idade Certa-PNAIC. O objetivo desse artigo foi descrever o ensino de alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, observar as metodologias de escrita alfabética trabalhadas na representação dos sons e da fala, identificar o nível no ensino de alfabetização e letramento nos anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Referencial Teorico Alfabetização e Letramento

O ensino fundamental é a etapa básica que conduz a criança a ter a capacidade de aprender ler e escrever. Sendo assim, o professor deve ter clareza sobre a concepção de alfabetização e letramento para que tenha uma visão de mundo ao seu redor, sendo que a criança mesmo antes de ir à escola já traz consigo uma bagagem de aprendizado, suas características e suas peculiaridade.

Quando chega a escola para ser alfabetizado criança já domina um determinado dialeto da língua oral. Esse processo da linguagem oral pode estar, mas formal bem conveniente dos sistemas ortográficos e fonológicos. Esse procedimento de alfabetização é um método complexo pois não pode ser dissociado do letramento que corresponde os signos (SOARES,2017,p.22).

O processo de alfabetização requer habilidade de codificar a língua oral em uma língua escrita, e decodificar a língua escrita em oral. Para a Comissão de Educação e cultura (apud CARVALHO,2018,p.68), “O ensino de decodificar não esgota os objetivos de um programa alfabetização”. Diferentes objetivos requerem deferente tópicos de matérias de leitura e o uso de diferentes técnicas e métodos para promover a influência, vocabulário, compreensão e articulação com a escrita .Segundo Soares (2017, p. 16), “No procedimento da leitura, para que possa prosseguir no conhecimento adequado a criança ou adulto, além da codificação e decodificação de símbolos e caráter, é preciso passar por um processo de compreensão e expressão de significado de código e escrita.”.

O letramento refere-se à vida da criança, às questões sociais ao mundo, ao redor dela. Para Soares (2017,p.97) “O letramento ocorre quando o sujeito é capaz de usar a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais, objetivando adquirir o conhecimento ou expor a sua vida”. Dessa forma é coerente saber o significado do processo de alfabetização e do letramento. A autora explicita que é preciso repensar as práticas de Ensino que tem predominado em muitas escolas, esclarecendo a distinção entre o que é alfabetização e o que é letramento, desenvolvendo as principais facetas de cada um desses termos. Segundo a autora, letramento diz respeito a imersão do indivíduo na cultura escrita, a sua participação em eventos, que envolvem a leitura e a escrita, bem como o contato e a interação com diferentes tipos de gêneros textuais. Já nos termos da alfabetização ela abrange o processo da consciência fonológica e fonêmica, a construção das relações som e letras e o aprender a ler e o escrever alfabeticamente. (SOARES,apud MOREIRA,ROCHA,2013,p.25).

Consequentemente a criança poderá aprender a ler e escrever com sua própria experiência, com seu interesse, e com um texto que relacione suas experiências e sua convivência.

Como suportes de comunicação adotados pelas respectivas entidades para disseminar o conhecimento produzido nas áreas correspondentes, de acordo com Rosas (2008, p. 130),

Pelo o método natural, a criança conseguiu ler, sem lição especial, e sem B E BA, pela vida, pelo meio escolar, e socia, servida e refletida pela imprensa, pela correspondência pelo desenho, e pela expressão sob todas as suas formam suprimimos assim as fastidiosas sessões de repetição que os educadores usam tanto com os alunos; dominamos o sentimento de importância da criança que aprende muito cedo a traduzir em textos impressos o seu próprio pensamento (FREIRE, apud BORGES, 2018.)

O Perfil do Professor Alfabetizador

No contexto das discussões acerca do perfil do professor alfabetizador, é importante considerar que o professor necessita adotar uma forma adequada, uma estratégia que possa proporcionar ao aluno, possibilidades para desenvolver a escrita, a partir da utilização de vários tipos de atividades textuais. Assim, para o aluno se tornar um bom leitor é preciso valorizar a forma como trabalhar com eles em sala de aula, pois é útil para o crescimento de sua cultura e contando que, para ter esse hábito de ler é necessário utilizar materiais concretos que estimulem o prazer na leitura. (FRADE, apud SORAIA,CARVALHO,2018,p.9).

No âmbito escolar, os discursos sobre a importância da leitura e da formação do hábito de ler se transformam em pratica pedagógica que, em geral, não abre o espaço para refletir e discutir sobre a natureza e o desenvolvimento do processo de atribuição de sentido a um texto. E, embora se consiga ultrapassar o ato mecânico de decodificar do signo linguístico, dificilmente são criadas condições para formação de leitores efetivos. Muitos menos se indaga da peculiaridade da recepção de textos pelas crianças (MARTINS,apud CARVALHO, 2009 p.25).

O professor primeiramente precisa usar o seu pensamento como um docente enquanto estiver em uma sala de aula, mas também o aluno precisa refletir sobre a sua aprendizagem. Ainda respaldada em SCHOM (apud RODRIGUES, COSTA, 2015, p.2), o exercício desse movimento, possibilita ao docente uma prática inovadora, ou seja, transformar o que não está bom e cotidianamente sua prática pedagógica.

Nessa perspectiva é essencial que os professores busquem ampliar seu conhecimento, especialmente no âmbito do PNAIC, para que possa estes possam ser mediadores de aprendizagem e, que aprenda a planejar suas ações e adotarem estratégia didáticos pedagógicos, permitindo que os alunos do Ensino Fundamental alcancem seus objetivos de aprendizagem. Além disso, acreditar na formação continuada como um espaço de socialização das práticas pedagógicas e aprofundamento teórico sobre temas relacionados ao processo de aprendizagem.

O PNAIC, um compromisso formal assumido pelo o governo Federal, Distrito Federal, estado e município, com o proposto que toda criança na idade de 8 anos esteja alfabetizada. Avante ao contexto do plano a peculiaridades da administração no processo da alfabetização, que se torne norteadores da política pública voltada para a criança. Pressupõe que a gestão educacional, é derivada da natureza, das funções, dos objetivos e dos valores das escolas, alicerçados no campo da formação humana e sociocultural. (DOURADO,apud CRISTANE, VIEDES, 2017,p.25,26).

O docente deve participar da construção do Projeto Político Pedagógico(PPP),bem como em reuniões sobre avaliação do aluno, do desenvolvimento do projeto didático, planejamento das aulas, produção de recursos didáticos e desenvolvimento de intervenções junto aos alunos com dificuldade de aprendizagem.

O processo é preconizado pelo programa como um conjunto integrado disponibilizado pelo MEC em eixo estruturantes: formação continuada dos professores, materiais didáticos e pedagógicos, avaliações e, por fim, controle social e mobilização. Consequentemente o artigo se dividi em três parte: o primeiro desenvolvi a configuração do estado brasileiro, segundo cita as atuações do PNAIC e, por fim, norteia as atuações governamentais, que facilita a alfabetização da criança. (ARANDA, VIÉDES et.al. 2018, p. 41).

Para os professores alfabetizadores houve umas grandes mudanças no aprendizado da linguagem oral e escrita, dessa forma o programa formação continuada veio para orientar o como trabalhar com as crianças. Segundo Nóvoa (apud KLEIN, GALINDO et.al.,2016,p.131,132.) o professor flexível e o professor pesquisador podem ser representados pelos os profissionais que identificam suas práticas, discutem suas experiências, analisem situações e possibilidade com seus pares.

Metodos de Alfabetização

Nos anos 70 eram mostrados quantas as crianças reprovadas da primeira ao segundo ano, porque havia ideias que o aluno possivelmente seria alfabetizado em um ano, pois não existia um desconhecimento do processo dos métodos. Mas com o passar do tempo foi observado era possível haver vários métodos não apenas um. “Não se deve procurar só um método, mas procurar vários e ter uma forma de orientar a criança e levar a relacionar o oral com a escrita”. (SOARES,2017)

Freire (1979) sinaliza sobre a teoria e a pratica dos métodos da educação, que possa ser importante para a socialização da sociedade com o diálogo. Mas para que esse movimento de aprendizado tenha parceria com a sociedade é preciso entender que a alfabetização e a consciência são totalmente inerente,

por isso todo tipo de conhecimento deve estar afiliado e situado com a vida real do aluno, pois pode ser a única forma que a criança tem alcançar essa conscientização através de um método eficiente, um método que existam diálogo crítico.

Segundo Emília Ferreiro (2004) o desenvolvimento da leitura e escrita são separados no ambiente da escola ou fora dela. No processo da aprendizagem a criança passa por etapas, até que possa dominar o código linguístico. Pois mesmo antes de saber ler e escrever convencionalmente, o aluno tem suas próprias ideias de como dominar a escrita e a leitura. Para que o aluno aprenda a desenvolver esses processos de conhecimento é necessário que o indivíduo tenha a relação com o sistema das regras com a hipóteses da Pré- Silábico, não conseguiu relacionar letras com os sons da língua falada, utiliza letras de forma aleatório, sem correspondência sonora. A leitura é feita com o dedo deslizando por todo o registro escrito, e rabisco e desenhos.

Hipóteses silábico, a criança interpreta de sua maneira, dando valor de cada sílaba, o que ela escrever tem correspondência com o som convencional daquela sílaba, pode contextualizar que ela é quantitativa por qualidade com valor sonoro, conseguiu valorizar o som,

Hipóteses silábico -alfabética, mistura a lógica da frase anterior com a identificação de cada sílaba, a criança conseguiu associar as letras, o som com a sílaba. Comprovado pela psicogênese do aprendizado que para ser letrado e alfabetizado é fundamental que o aluno precisa passar por esse processo de aprender.

Com toda essa transformação, todos os educadores procuram resolver o problema educacionais, tentando resolver a problematização da educação, defendendo a qualidade da alfabetização, conta a professora LÚCIA SCHIMIDT MONTEIRO, falando pressuposto do tamanho eficiência dos métodos sintéti-

cos com a rapidez da aprendizagem dos métodos globais de contos.

O método global, como está demonstrado cientificamente, é superior à fonética experiencial levadas a efeito por ALEMAES e norte-Americanos demonstraram que as crianças têm percepção sincrética das coisas. É certo que o processo fonético daremos três primeiros meses resultado aparentemente superior ao global, mas na verdade inferior, com se tem seguramente verificado. (MONTEIRO, 1930, p.48).

Perez e Sampaio (2012) afirmam que o aumento da capacidade da leitura e escrita se envolve quando suas atividades forem desenvolvidas por vários métodos. Nessa composição é importante que o professor pense sobre suas práticas e formate novos métodos. Nessa perspectiva os pesquisadores afirmam que os docentes devem buscar trocas de experiências, para suas áreas profissionais.

A formação docente vai sendo tecida numa rede conversações em que os significados são construídos, desconstruídos, reconstruídos no movimento da conversa e na atitude da escuta, ou como apontam Maturana e Varela (1987), num processo de noção que provoca deslocamentos de saberes práticas e favorecer a emergência de novas experiências de convivência. (LIBÂNEO e ALVES, 2012, p.397).

Segundo as autoras citada acima, nas ideias da correria da escola, é possível que haja trocas de palavras formativa entre o professor e o aluno, para que tenha um pensamento, possa despertar interesse no estudante, e que rompa a rotação, o peso entre professor e a criança.(SOUZA,2018).

É importante e necessário, nesse processo vivenciado pelas crianças, que professora, escute as crianças; fique atenta ao que querem e desejam escrever, ao modo como, naquele momento, sabem e pode escrever, intervenha, sugerindo, ampliando de dizer e escrever; chegue mas perto, ajude se for necessário, no traçado das letras.(LIBÂNEO e ALVES,2012,p.5).

Por fim, considera-se que método de ensinar e aprender estão semelhantes, e para que esses dois processos caminhem juntos, é necessária de suma importância, o professor busque a organizar suas práticas, comprometendo a construir suas habilidades, visando que a escola possa socializar cada vez mais.

Metodologia

Esta pesquisa foi examinar sobre a alfabetização e letramento aplicado pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A sua estrutura foi norteada pelas normas contidas no livro técnico “Elaborando Trabalhos Científicos” (ABEC,2015).

Os dados desta pesquisa constituem das respostas dos professores e coordenadores pedagógicos, aos questionários aplicados, bem como das observações que foram realizadas em sala de aula. Nessa perspectiva é inevitável que a pesquisa seja equivalente ao referencial metodológico que possa amparar este estudo.

De acordo com Gil (1995), a pesquisa é uma atividade voltada para solução de problemas teóricos ou práticos utilizando processos científicos. É realizada quando se tem um problema e não há informações para solucioná-lo e, por isso, é desenvolvida mediante os conhecimentos disponíveis e utilização de métodos e técnicas de investigação científica.

O trabalho inclui também, o levantamento bibliográfico, o qual envolverá a educação num sentido mais amplo, bem como o ensino, a aprendizagem e as Bases Legais que norteiam o Programa de Alfabetização na Idade Certa-P-NAIC.

Um dos principais objetivos de uma pesquisa bibliográfica é colocar o cientista em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto, inclusive por meio de conferências (LAKATOS, 2002).Esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador, conhecer o debate acerca do assunto que se propõe e a principal vantagem reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Inicialmente procedeu-se com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos os participantes da pesquisa, a qual desenvolveu-se em 1 (uma) instituição do Ensino Fundamental dos anos iniciais da rede pública municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso. A investigação contou com 6 (seis) sujeitos, sendo 5 (cinco) professores e 1 (um) coordenador pedagógicos, que atuam diretamente no ciclo de alfabetização, ou seja, 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental.

No que se refere à observação, esta constituirá na identificação de como os professores aplicam seus métodos de alfabetização e como os educandos estão se desenvolvendo. Para a coleta de dados foi utilizado o questionário, visando identificar as concepções desses sujeitos sobre suas práticas alfabetizadoras.

O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas e envolveu questões relacionadas à prática pedagógica, avaliação, ensino e aprendizagem. Neste período de trabalho prevaleceu a atenção e disponibilidade dos participantes para a coleta de dados, primando sempre pela preservação de suas identidades.

Resultados e Discussão

Os dados que seguem são referentes aos resultados das observações e entrevistas realizadas junto aos professores de um Centro Municipal de Educação Básica, localizado na cidade de Barra do Garças-MT, no que se refere à formação continuada. De acordo com os dados coletados, foi possível examinar que todas as entrevistadas possuem licenciatura em Pedagogia e curso de especialização na respectiva área de atuação.

O Parecer do CNE/CP Na.3/11 coloca o fim de credenciamento especiais de instituição não educacionais para a oferta de curso de especialização, nas modalidades de educação presencial e a distância. Entretanto deixa claro que

desejarem garantir qualidade na oferta de seus cursos de especialização observem os padrões mínimos estabelecidos pela resolução CNE/CE n1/2007.

A necessidade e importância da conclusão de um curso de especialização no Brasil tomaram um caminho sem volta, tendo em vista a disseminação do ensino superior. Para tanto há que se pensa no comprometimento com a qualidade dos cursos de graduação no país, sem, contudo, banalizar essa formação.

De acordo com os dados obtidos, 33,3% das professoras possui de 0 a 5 anos de experiência na profissão, 33,3% de 6 a 10 anos e 33,3% dos entrevistados entre 5 a 20 anos. Tardif (2011) afirma que trazer a experiência cotidiana dos professores como sendo carregada de sentidos e não sendo menos importantes do que os saberes tradicionalmente considerados como formadores do professor, traduz-se em uma significativa ruptura com um paradigma racionalidade técnica. É o reconhecimento de que há saberes de diferentes procedências e, portanto, plurais.

Ao serem indagados sobre as razões que motivaram a escolha pela profissão, todos os entrevistados demonstraram que possuem o mesmo objetivo, que é educar as crianças e levar o conhecimento a cada um indivíduo. Assim, todos os professores informaram que escolheram essa profissão porque se sentem realizados em alfabetizar crianças e contribuir para a formação de leitores.

Os professores foram também indagados sobre a contribuição do curso de Pedagogia em sua formação. Desse modo, os entrevistados responderam que sim, porém, destacaram o fato de a profissão ser árdua e por essa razão, buscam fazer a diferença, criando novas possibilidades para suas práticas e assim contribuir com a qualidade do ensino.

Libânio (2010, p. 32) cita que “o campo educacional requer uma visão da sociedade que busque sempre o crescimento pessoal e profissional pois associa-se a processo de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, valores, atitudes.”

No que se refere ao manuseio de livros pelos alunos os professores informaram que estes o fazem diariamente, pois segundo os entrevistados a criança necessita de manusear o livro mesmo que ainda não saiba ler. A criança já vem para a escola com sua bagagem, com seu próprio conhecimento, mas cabe o educador instigar a leitura e direcionar a aprendizagem.

Gráfico 1:



Fonte: Dados elaborados na pesquisa (2019).

De acordo com os dados coletados 66% usa o livro diariamente e 34% duas vezes por semana. Soares (2017,p.22) afirma quando chega à escola para ser alfabetizado, a criança já domina uma determina dialeto da língua oral, esse dialeto pode estar mais próximo ou mais10

distante da língua escrita convencional, que se baseia numa norma padrão que na verdade, não é usada, na língua oral, por falante nenhum, mesmo em situação mais formal.

Os docentes informaram que é um desafio para o professor alfabetizar crianças em salas superlotadas, dada a responsabilidade dessa função. Segundo eles, muitas vezes o alfabetizador se depara com fortes obstáculos que limitam seu trabalho e retardam o processo de ensino com seus alunos.

Gráfico 2:



Fonte: dados elaborados na pesquisa(2019).

De acordo com os dados obtidos 66,5% das professoras estão ativas entre 0 a 4 anos na alfabetização e 33,5% há 11 e 15 anos de experiência. Ferreira (2004) constata que alguns dos desafios enfrentados pelo alfabetizador são pouca formação focada na alfabetização, a falta de participação de pais na vida escolar dos filhos e o alto índice de indisciplina presente em sala de aula.

Discussão e Análise dos Dados Coletados Junto-A Coordenação Pedagógica

Os dados que seguem são referentes à entrevista realizada com a coordenação pedagógica da Instituição campo da pesquisa. Ao ser indagada sobre as razões que motivaram a escolha pela função que exerce, ela respondeu que é para ajudar no aprendizado dos alunos, pois na escola necessita de pessoas com esse perfil. O coordenador é um profissional que deve estar constante na escola ativo nas atividades propostas. A escolha do coordenador impacta não apenas na rotina escolar, mas contribui para sua profissão. Sendo assim, o coordenador deve estar sempre atento ao acompanhamento das ações previstas no Projeto Político Pedagógico da escola.

A Coordenadora possui Licenciatura em Pedagogia, com especialização em Psicomotricidade Clínica e Relacional. Segundo ela, essa formação visa cuidar de criança e busca desenvolver nela a sua motricidade como finas e grossa e também no tratamento da criança em TDAH-Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, tratamento de dislexia, deficiências cognitivas, deficiências psicomotoras. A psicomotricidade é composta de uma unidade dinâmica entre educação, reeducação e terapia psicomotora que interatuam de forma integrada ao centro de vida emocional efetiva do ser humano. Fundamenta-se na comunicação global. Procura harmonizar o comportamento humano sob o enfoque do movimento e da linguagem pelos quais as pessoas se comunicam. Entre o mundo que as envolve (FERREIRO, 2004).

Quanto aos desafios em relação ao processo de alfabetização em sala de aula, a entrevistada cita as salas superlotadas que prejudicam as crianças no desenvolvimento do aprendizado. Sobre esse assunto, o Plano Nacional da Educação (PNE), eleito como uma das prioridades o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) recomenda quantidades máximas de aluno por turma que considera adequada para o bom andamento da aula. É necessário ter uma quantidade adequada em cada sala para que não haja transtorno ao professor e alunos, pois com a sala cheia fica a desejar os alunos que senta no fundo da sala, mesmo com cuidado do professor ainda fica alunos sem ser correspondido.

A coordenadora cita que os métodos de alfabetização, mas utilizado pelos os professores são com base nas ideias de Piaget e Vygotsky. A entrevistada cita que o ensino se baseia na Base Nacional Comum Curricular - BNCC com a aplicação de metodologias ativas e a tecnologia. Vale destacar que a BNCC é um documento que determina as competências, as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica- Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A atribuição das salas de alfabetização é feita espeitando o perfil do professor alfabetizador. Segundo a informante não é necessário ser especialista em alfabetização e sim necessário fazer contagem de pontos. Sendo assim o professor precisa estar atento ao estudo pedagógico sempre se atualizando.

No que se refere à Formação Continuada na Escola, a Coordenadora informou que esta atividade acontece semanalmente e que o tema “Alfabetização e letramento” é contemplado nos estudos coletivos. É necessário que todos os professores que atuam nas escolas participem da

formação continuada. A LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na 9.394, de 20 de dezembro de 1996 preconiza da formação continuada dos profissionais do magistério.

Considerações Finais

No âmbito das considerações finais dessa pesquisa, considera-se importante a realização de um novo olhar para a criança em processo de alfabetização, tendo em vista uma melhor compreensão acerca de suas reais necessidades no contexto escolar. Um olhar, que leve em consideração a individualidade e as competências do aluno. A pesquisa bibliográfica contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento do estudo sobre a alfabetização e letramento.

Nessa direção, o trabalho apontou para a ideia de que a prática pedagógica, os métodos de alfabetização utilizados pelo professor em sala de aula influenciam na aprendizagem da criança, à medida que essas práticas não são adequadas.

Através dessa pesquisa pode-se concluir que, de acordo com as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem dos alunos no ciclo de alfabetização e letramento no ensino fundamental, as salas superlotadas e a ausência dos pais a vida escolar dos filhos são fatores que representam o grande

desafio dos docentes.

Foi citado que poucas professoras usam diariamente os livros de leitura. Nesse caso, considera-se que por meio da leitura a criança desenvolve sua aprendizagem. Os resultados apontaram que o método, mas usado na escola, são aqueles que estão de acordo com as ideias de Vygstky e Piaget.

É importante o entendimento não só da dificuldade, mas também das causas dos problemas, considerando que não basta tentar resolver paliativamente as dificuldades, mas tentar encontrar o causador do problema para viabilizar a busca por soluções satisfatórias no processo de ensino aprendizagem.

Referências

ABEC-Faculdades Unidas do Vale do Araguaia. Elaborando trabalhos científicos-Normas para apresentação e elaboração. Barra do Garças (MT): ABEC.

BORGES, Gabriela Fernanda silva. Criar educação, 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa. Brasília, 2014.

CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e etra: um diálogo entre a teoria e a prática. 6 ed. Petrópolis, RJ, 2018.

CARVALHO, Patrícia Alves, SORAIVA, Eliane Freitas, Alfabetização e letramento: reflexões Teóricas e implicações acerca da prática pedagógica do professor alfabetizador. Dourados -MS, 2018.

FERREIRO, Emília. Psicologia da Aprendizagem: Método de Ensino, 2012. <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/psicologia-da-aprendizagem-metodo-de-ensino-emilia-ferreiro>.

FERREIRO,Emilia. Relações de (in) dependência entre oralidade e escrita. Porto Alegre:Artmed,2004.

GIL,Antônio C. Método e Técnica de Pesquisa Social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-t-c3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>.

KLEIN,Ana Maria,GALINDO, Monica Abrantes, et. al. Os significados da formação docente desenvolvida pelo pacto nacional e pela alfabetização na idade certa. p13,2016.

LAKATOS,E.M. Técnicas de Pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). Temas da Pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO,José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê?. 12ºed. São Paulo: Cortez,2010.

MATURANA, Humberto R; VARELA, Francisco Varela G. A Árvore do conhecimento: As bases biológicas do entendimento humano. Campinas: Jonas Pereira dos Santos, 1987.

MONTEIRO,L. S. Curso de Aperfeiçoamento para o professorado primário: metodologia de língua pátria. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspetoria da Instrução.Belo Horizonte. Ano V. n. 43. março de1930

PAIVA,Geisa Mongela Veloso Aparecido, VEIGA, Cinthia Greive. Métodos de alfabetização global de contos e o papel da leitura como renovação das práticas e modernidade pedagógica 1918-138. Ano 2018.

PEREZ, Carmen Lúcia Vidal; SAMPAIO, Carmen Sanches. Conversas sobre aprender ensinar a ler e escrever: (nos) alfabetizando com as crianças e sem cartilhas. Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículos. São Paulo: Cortez, 2012.

RODRIGES, Maria Elisa, ROCHA, Eliane Andreia Gonsalves Mereira, Alfabetizar Letrando: novos desafios no ensino da língua escrita, pg 36,2017.

RODRIGUES,Jaqueline Barros, COSTA,Maria Simone Ferraz Pereira Moreira. A Prática pedagógica e suas vertentes, Uberaba/MG,P2, 2015.

SOARES,Magda. Alfabetização e letramento.7. Ed.1a reimpressão-São Paulo: contexto,2017.

SOUSA, Carlos Júnior Santos. SILVA, Maria Sueli Lopes. As perspectivas profissionais do curso de pedagogia: uma análise bibliográfica dos campos de atuação do pedagogo,2017.<https://educacaopublica.cederj.edu.br/artigos/17/24/as-perspectivas-profissionais-do-curso-de-pedagogia-uma-anlise-bibliografica-dos-campos-de-atuao-p197>,2017.

VIEDES, Silvia Cristiane Alfonso. Gestão do processo alfabetizador da criança: Alguns apontamentos em tempos de planos fundos e pactos. P25, 26, 2017.

TARDIF, Maurice; LESSARD,Claude. O trabalho docente. Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAPÍTULO 11

A IMPORTÂNCIA DA FEICOOP E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO DE SANTA MARIA

Mariana Flores Wizniewsky

Doi: 10.48209/978-65-5417-167-A

Introdução

A sustentabilidade tem se tornado cada vez mais importante para o equilíbrio do ecossistema. A valorização da agricultura familiar e do consumo de alimentos saudáveis produzidos por esses agricultores se torna cada vez mais importante, uma vez que, atualmente, nosso país apresenta altos índices de insegurança alimentar. Nesse sentido, a economia solidária consolidada nas feiras de economia solidária é uma ferramenta importante na valorização da sustentabilidade comunitária.

A temática deste trabalho se centra em destacar a Feira de economia solidária (Feicoop), como um espaço transdisciplinar, no qual, se evidencia principalmente a sustentabilidade em suas diversas e múltiplas dimensões como a social, a economia alternativa, a política, a cultural, a ambiental e principalmente a dimensão ética.

A pesquisa será feita através da análise de artigos científicos e de ebooks, de tema semelhante, que abordem os seguintes assuntos: sustentabilidade, mercados alternativos, economia solidária e Feicoop. Com essa análise buscarei compreender a importância da realização das feiras solidárias, em especial a Feicoop, para a sustentabilidade da região. O presente trabalho tem natureza exploratória e descritiva, além de se caracterizar como uma investigação bibliográfica. Os artigos e ebooks que serão utilizados na pesquisa terão o tema relacionado com sustentabilidade e economia solidária.

O trabalho tem como objetivos identificar e caracterizar, a partir de uma revisão bibliográfica, a importância da Feicoop, enquanto referência de economia solidária e sustentabilidade em suas diversas dimensões. Além desses objetivos, o presente estudo buscará elaborar uma revisão sobre sustentabilidade e suas dimensões, evidenciando a relevância dos mercados alternativos para a sustentabilidade regional. Além disso, buscará analisar a importância da economia solidária para a região de Santa Maria/RS e evidenciar como a realização da feira impacta as diversas dimensões da sustentabilidade.

Sustentabilidade: conceito e dimensões

A Feira de Economia Solidária de Santa Maria/RS há anos contribui para o desenvolvimento sustentável e grande contribuição para a sustentabilidade da comunidade. Nesse contexto, conforme. Conforme SILVEIRA REINIGER et al.(2017):

O conceito de sustentabilidade tem sua origem relacionada ao termo “desenvolvimento sustentável”, definido como aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas necessidades.

A sustentabilidade deve ser vista, estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões que podem ser conflitivas entre si em realidades concretas.

Dessa forma, as estratégias orientadas à promoção da agricultura e do desenvolvimento rural sustentáveis devem ter em conta, pelo menos, seis dimensões relacionadas entre si, quais sejam: ecológica, econômica, social (observadas no primeiro nível), cultural, política (no segundo nível) e ética (terceiro nível). Nesse sentido, projetos que visem a sustentabilidade devem atingir as Dimensões Ecológica, Social, Econômica, Política, Ética e Cultural. A Feicoop atinge todas essas dimensão como será comprovado ao longo do trabalho.

Sobre as dimensões da sustentabilidade, a dimensão Ecológica conforme SILVEIRA REINIGER et al.(2017) , está relacionada, sobretudo, com todo o processo de produção agrícola e a maneira como interagimos com a natureza. Já sobre a Dimensão Social, SILVEIRA REINIGER et al.(2017), Define que:

Ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade. Isso significa que, as práticas agrícolas sustentáveis, não tem valor se não forem vinculadas com o bem-estar das comunidades agrícolas e urbanas.

A dimensão Social vincula a sustentabilidade com bem-estar das comunidades agrícolas e urbanas. Ou seja, a dimensão cultural está ligada intrinsecamente ao ser humano, como ser social, De acordo com SILVEIRA REINIGER et al. (2017):

Não existe ser humano sem cultura, e todos eles são capazes de aprender qualquer cultura, não importando sua raça ou origem. Não existe cultura superior à outra, nem mais desenvolvida, nem mais lógica. Todas elas possuem seus princípios válidos para seus respectivos indivíduos. Antes de tudo, todas as culturas têm o mesmo valor. As culturas são responsáveis pelo o homem ser capaz de transpassar os anos, sem a necessidade de modificarem-se somaticamente para resistirem às mudanças ecológicas.

A dimensão política da sustentabilidade tem a ver com os processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como com as redes de organização social e

de representações dos diversos segmentos da população rural. Sobre a dimensão política, SILVEIRA REINIGER et al.(2017) ,define que:

A dimensão política da sustentabilidade tem a ver com os processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural. Esta dimensão é ligada diretamente com a dimensão social.

A dimensão ética está relacionada, sobretudo, à solidariedade das pessoas com seus familiares, comunidades e até mesmo com pessoas e comunidades desconhecidas e a responsabilidade dos indivíduos com os recursos naturais e a paisagem, ou o ecossistema em si, quando se estabelece uma relação de preservação e conservação para com eles.

Mercados Alternativos e Sustentabilidade

As feiras são consideradas mercados alternativos que viabilizem a promoção de uma economia solidária que será pautada posteriormente. Segundo GUTERRES FERREIRA et al.(2016):

Os mercados alternativos são canais de comercialização nos quais os produtos atingem o consumidor seguindo dinâmicas diferentes das dos mercados convencionais. Esses mercados são construídos e sustentados em grande medida por iniciativas e ações da sociedade e por políticas públicas governamentais envolvidas com compras institucionais.

Além disso, esse tipo de mercado integra todas as dimensões da sustentabilidade, até mesmo a dimensão cultural. Os mercados alternativos são, em geral, mais sustentáveis, pois integram os campos social, ambiental e econômico, produzindo menores impactos. Adicionalmente, trazem consigo valores como o associativismo, o cooperativismo, o consumo consciente, o comércio justo e o reconhecimento da cultura e da diversidade. Esse tipo de mercado integra de forma todas as dimensões da sustentabilidade, até mesmo a dimensão cultural. De acordo com GUTERRES FERREIRA et al.(2016):

Os mercados alternativos são, em geral, mais sustentáveis, pois integram os campos social, ambiental e econômico, produzindo menores impactos. Adicionalmente, trazem consigo valores como o associativismo, o cooperativismo, o consumo consciente, o comércio justo e o reconhecimento da cultura e da diversidade. Em alguns casos, eles promovem a reconexão entre elementos que foram afastados pelo mercado convencional, tais como, por exemplo, a produção e o consumo, o produtor e o seu território. Também exercem função importante na revalorização da qualidade do produto, do trabalho do agricultor, dos gostos dos consumidores e, finalmente, da reterritorialização da produção ligada ao reconhecimento da identidade cultural do produto e do modo de fazer do agricultor.

Os mercados alternativos são formas de comercialização em que os produtos acabam atingindo os consumidores de uma forma distinta de mercado convencional. Esses mercados e feiras são construídos, em grande parte, por iniciativa de ações da sociedade por políticas públicas governamentais envolvidas. Nesse sentido conforme GUTERRES FERREIRA et al.(2016):

A forma dominante de desenvolvimento na agricultura, materializada através do sistema agroalimentar convencional controlado por um número muito restrito de grandes corporações empresariais, tem sido enfrentada e negociada desde as (ou nas) localidades. Daí a necessidade de valorização dos mercados locais e dos processos a eles vinculados, reconhecendo-se o lugar enquanto espaço potencialmente transformador do global.

Esse tipo de iniciativa demonstra que ela tem a capacidade de se contrapor ao discurso da modernização da agricultura, incentivando o reconhecimento da agricultura familiar por parte do Estado e da população em geral. Essas iniciativas alcançaram resultados positivos, como o surgimento de sistemas produtivos locais e diversificados, o fortalecimento das relações de proximidade entre produtores e consumidores, a diminuição da distância entre o lugar de produção e o de consumo, o reconhecimento da qualidade dos produtos locais e a valorização do trabalho do agricultor por parte dos consumidores.

Nesse sentido, as feiras de economia solidária, como no caso da feicoop são excelentes alternativas para incentivar e promover os mercados alternativos e o consumo sustentável nas comunidades. Além disso, há uma integração por

parte dos agricultores familiares com o público da feira o que é muito importante tendo em vista as dimensões social e cultural da sustentabilidade.

Economia Solidária e a Feicoop

Economia solidária é uma forma alternativa e diferenciada de produção e consumo justo de bens e serviços, tendo como base a valorização do trabalho humano, na perspectiva de emancipação das relações econômicas e sociais estabelecidas. Dessa forma ela se torna uma importante ferramenta de inclusão social. Essa forma de economia busca construir relações de produção, distribuição e consumo baseado na justiça, cooperação, reciprocidade e ajuda mútua. Contra o capital e sua acumulação, a economia solidária coloca as pessoas e o seu trabalho no centro do sistema econômico, oferecendo ao mercado um instrumento a serviço do bem-estar de todas as pessoas e preocupado com a continuidade da vida no planeta. A FEICOOP além de ser um mercado alternativo, também é uma feira de economia solidária. Sobre isso SOUTO BOLZAN MEDEIROS et al.(2013) :

Economia Solidária constitui-se no fundamento de uma globalização humanizadora, através de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo, representando práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, isso porque o valor central da Economia Solidária é o trabalho.

A economia solidária pode ser definida como um modelo de produção caracterizada pela igualdade e por isso os meios de produção nesse tipo de economia são de posse coletiva dos que trabalham com eles. Trata-se, portanto, de uma forma alternativa e diferenciada de produção e consumo justo de bens e serviços, tendo como base a valorização do trabalho humano, na perspectiva de emancipação e rompimento das relações econômicas e sociais estabelecidas.

Além desse escopo econômico e social, esse tipo de economia tem um impacto muito importante no desenvolvimento sustentável, SOUTO BOLZAN

MEDEIROS et al.(2013) :

O desenvolvimento sustentável, que considera todas as dimensões do desenvolvimento para que ele seja justo, equilibrado e duradouro enfatiza que o sujeito do desenvolvimento são as coletividades humanas, operando sob autogestão e atuando em redes sociais e econômicas solidárias, e a base desse desenvolvimento é a Economia Solidária. Essa concepção se dá através da propagação pelo trabalho emancipado, autogerido na produção de bens e serviços que atendam as necessidades da população, das comunidades humanas em seus territórios, bem como mediante o consumo responsável e solidário e por meio do desenvolvimento de tecnologias sustentáveis adequadas à proteção do equilíbrio dos ecossistemas.

Nesse sentido, a economia solidária aplicada através de um mercado alternativo traz muitos benefícios, não só para os agricultores familiares e a comunidade, mas também para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Além disso, os produtos comercializados na feira são saudáveis o que favorece a segurança alimentar dos consumidores.

A feira de economia solidária (feicoop) se constitui como proposta coletiva que reúne trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, empreendimentos, fóruns, redes e consumidores/as, movimentos sociais, pastorais, diferentes denominações religiosas, entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas. Trata-se de um processo “aprendente e ensinante”, construído em mutirão, numa caminhada de permanente cuidado, formação, mobilização e compromisso. Sobre a história da feira e sua constituição SOUTO BOLZAN MEDEIROS et al.(2013) :

As Feiras de Economia Solidária de Santa Maria – RS tiveram origem na década de 1970, com Dom Ivo Lorscheiter, bispo da região na época, tendo como base o “Banco da Providência” de cunho sócio-pastoral, criado por Dom Helder Câmara, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, e também inspirado no livro “A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade” de Albert Tévoédjrè, visando contribuir no enfrentamento da pobreza do povo. A primeira iniciativa nesse sentido foi em 1975 com a Feira da Primavera, realizada uma vez por ano, com a participação de todas as prefeituras dos municípios da Diocese de Santa Maria com o propósito de arrecadar recursos para os projetos sociais (CÁRITAS BRASILEIRA, 2009). Balbinot (2012) esclarece que esses recursos oriundos das três pri-

meiras edições dessas Feiras formaram o Banco da Esperança, em 1977, sendo essa uma instituição filantrópica de assistência social e sem fins lucrativos, vinculado à Mitra Diocesana de Santa Maria com a finalidade de realizar atividades sociais, educacionais, culturais e assistenciais da Diocese, visando uma sociedade mais justa e solidária.

Essa proposta se contrapõe às formas de exploração engendradas no modo de produção capitalista e às opressões que incidem na vida da classe trabalhadora de modo geral. O Projeto procurou desenvolver um novo modelo de cooperativismo, a economia popular solidária tratando da inclusão social por meio de alternativas concretas de desenvolvimento urbano, solidário e sustentável e a “reinvenção da economia” colocando o trabalho acima do capital.

É importante pautar que durante o ano de 2020 devido à pandemia a realização da feira ocorreu apenas de forma remota, ou seja, o evento ocorreu virtualmente. Devido aos desafios advindos da Covid 19 e por consequência a necessidade do isolamento social e medidas de segurança, a equipe optou por realizar uma edição especial em formato online.

Considerações

A importância da feira vai além do impacto na agricultura familiar, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável, na região (Dimensão cultural). Ela envolve instituições públicas, artesãos, artistas , moradores locais e de outras regiões. Ela já faz parte da cultura da cidade e incentiva a população a consumir produtos saudáveis produzidos por agricultores familiares. Tornando assim a população mais consciente e engajada acerca da importância da sustentabilidade.

Nesse contexto, percebe-se que a realização da Feira abrange diversas dimensões da sustentabilidade já que envolve diversos setores, além de promover a agricultura familiar e os mercados alternativos, que são tão importantes, principalmente na atualidade, que nos deparamos com índices alarmantes de

insegurança alimentar no país. Através de projetos como a feicoop, comprova-se que é possível estabelecer a sustentabilidade comunitária.

Principalmente nos tempos em que vivemos, onde há altos índices de insegurança alimentar e a abundância de alimentos industrializados. A importância da feicoop não se dá apenas por seu impacto na cidade, mas porque, é uma forma de contrapor o discurso da modernização da agricultura, já que incentiva a agricultura familiar, promove o fortalecimento das relações entre produtores e consumidores e a diminuição da distância entre o lugar de produção e o de consumo, o reconhecimento da qualidade dos produtos locais e a valorização do trabalho do agricultor por parte dos consumidores.

Portanto, a necessidade valorização da comunidade e das autoridades públicas a esse tipo de feira deve ser cada vez maior, já que, vivemos em tempos muito nebulosos, não só nas questões já apontadas, mas também, pelas mudanças climáticas causadas pelos danos à natureza acelerados pela revolução industrial e pela atual globalização. A produção de alimentos e os produtores familiares também são prejudicados por essas mudanças. Nesse sentido, as feiras de economia solidária são essenciais para manter a sustentabilidade no contexto dramático que vivemos.

Referências

FEIRA de Economia Solidária (Feicoop). [S. l.], 2020. Disponível em: “http://feicoop.com.br/content/knowledgebase/kb_view.asp?kbid=1”. Acesso em: 11 jul. 2021.

GUTERRES FERREIRA, Aline; NUNES PAIVA , Ana Raísa; ZÚÑIGA ESCOBAR , Marianela; FERREIRA DE CARVALHO, Escobar Natan; VALDERAMA BOHÓRQUEZ , Nathalia; KESSLER DAL SOGLIO, Fábio. Mercados Alternativos de Alimentos: Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade, UFRGS Editora, 2016. E-book.

SILVEIRA REINIGER, Lia Rejane; KAUFMANN , Marielen Priscila. Princípios da Agreocologia. 1. ed. Santa Maria: UAB/NTE/UFSM, 2017. E-book.

SOUTO BOLZAN MEDEIROS, Flaviani; DENARDIN , Élio Sérgio; TASCETTO MURINI, Lisandra; STAUDT DILL, Lourdes Maria. A economia solidária na estratégia do desenvolvimento sustentável: Um estudo na 18º FEI-COOP e 7ª Feira do Mercosul de Santa Maria – RS. Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe), [s. l.], 14 mar. 2013

SOBRE OS ORGANIZADORES

Gabriella Eldereti Machado

É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria. Participou do Grupo de Estudo e pesquisa Feministas (UFSM); do Grupo de Estudos em Políticas e Gestão Educacional (IFar - Campus Alegrete); do Grupo de Agroecologia Terra Sul (UFSM). Atualmente participa do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa (IFar - Campus Alegrete) e atua como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social - GEPEIS (UFSM). Trabalha na área da Educação, com ênfase na Formação de Professores e Imaginário Social.

Ivanio Folmer

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutor em Geografia-PPGGEO/UFSM (2022). Especialista em Coordenação Pedagógica - FCE - (2023). Participante de diversos projetos Ensino, Pesquisa e Extensão, com as temáticas de Educação no campo; Território; Sujeitos do Campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Foi Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM 2018-2023. É professor Formador da Universidade de Caxias do Sul/PARFOR 2023. Especializando em Supervisão Escolar - FCE. Integrante do Grupo de Pesquisa Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais - UFSM; Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET - UFSM e Agricultura e Urbanização na América Latina - USP. É integrante da Academia Luso-Brasileira de Letras do Rio Grande do Sul.

SOBRE OS AUTORES

Ana Cristina Sousa de Jesus

Professora da rede estadual de Aparecida de Goiânia - GO, graduação em Letras pela Universidade Federal de Goiás.

Alessandra Regina Müller Germani

Enfermeira Professora Doutora do curso de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul campus Passo Fundo.

Alexandrino da Costa Oliveira

Mestre em Geografia pela UFRN, Licenciado em Geografia pela UFC e Pedagogo pela UECE.

Bruna Santos Araújo

Assistente de aluno na rede federal de Rondonópolis, Tecnóloga de Alimentos pela IFMT-MT.

Cristiane Alves dos Santos

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia - Faculdades Cathedral (2011). Licenciada em Educação Física pela UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso (2016). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Faculdades Unidas do Vale do Araguaia - UFMT (2012).

Darcilene Nery Piaui

Licenciada em Pedagogia pela Universidade - FAVENI (2020). Pós-graduada em Educação Ambiental pela faculdade integradas de Várzea Grande - FIVE (2020).

Diego Miranda Nunes

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Edilene Pereira de Azevedo Lizzi

Gleice Kelly Sousa da Costa

Giovana Cristina Franceschi

Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Projeto de Pesquisa “Meios Consensuais de Solução de Controvérsias: mediação e arbitragem no âmbito do direito empresarial e do comércio internacional”.

Jane de Freitas Lopes

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia - Faculdades Cathedral, (2012). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Faculdades Unidas do Vale do Araguaia - UFMT (2013).

Laura Fernanda Ramos dos Santos

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia - Faculdades Cathedral, (2011). Especialista em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas de Várzea Grande - FIAVEC (2011).

Matheus Machado Berleze

Acadêmico de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul campus Passo Fundo.

Mauricio de Souza Oiveira

Professor de Matemática da Rede Municipal de Fortaleza dos Valos-RS, Mestre em matemática pelo PROFMAT-UFSM, Especialista em ABA e AEE.

Mariana Flores Wizniewsky

Formada em direito pela UFN e Licenciada em educação do campo pela UFSM.

Michele Sousa Santana

Petterson Daher de Oliveira

Professor da rede estadual de Goiás, graduado em Filosofia pela PUC - GOIÁS.

Ricardo Sandro Carneiro de Mesquita

Mestre em Matemática pela UNILAB, Engenharia Civil pela UFC, Formação pedagógica em Matemática pela UNOPAR.

Rosália Rosa de Carvalho

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG (2017). Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Instrucional pela FABEC - Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2018).

Tasso Araújo Kfuri Mafra

Acadêmico de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul campus Passo Fundo.

DEBATES CONTEMPORÂNEOS:



TEMAS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 11
